

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

**OS MODELOS EDUCATIVOS DAS MÃES EVANGÉLICAS COM
MARIDOS NÃO CRENTES: INFLUÊNCIAS DA RELIGIÃO E DO
PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

Ariane Vieira Leite

SALVADOR

2007

ARIANE VIEIRA LEITE

**OS MODELOS EDUCATIVOS DAS MÃES EVANGÉLICAS COM
MARIDOS NÃO CRENTES: INFLUÊNCIAS DA RELIGIÃO E DO
PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea, área de concentração Família e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Christine Jacquet.

SALVADOR

2007

AGRADECIMENTOS

À Trindade Santa, família perfeita, razão e sentido de minha vida, pelo chamado à realização deste mestrado e pela força, perseverança e ânimo concedidos para chegar até aqui.

Aos meus pais, Leandro e Maria Aparecida e aos meus irmãos Áderson e Leandro, pelo apoio, orações e compreensão, sobretudo por terem prescindido da minha presença.

Ao Marcelo, meu amado, pela presença constante e fiel durante o período do mestrado e suas valiosas contribuições neste trabalho. À Bruna, Margarida e Robervaldo meus sinceros agradecimentos também.

Ao Antônio Carlos Santini, grande amigo e orientador espiritual, por ter me ajudado a discernir a vocação de servir às famílias. Ao Pe. Miguel, por esta mesma orientação em Salvador.

À Rosa Inês, focolarina de Belo Horizonte, por ter me apresentado o Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família.

Aos professores da PUC Minas e Instituto Santo Inácio de Loyola, Maria Elizabeth Marques, Roberley Panasiewicz, Amauri Ferreira, César Carneiro e Geraldo De Mori, pela colaboração na preparação para o processo seletivo deste Mestrado.

À Christine Jacquet, orientadora, pelo zelo e esforço na elevação do nível desta pesquisa.

À Dom João Carlos Petrini – coordenador deste Mestrado – pela proximidade que me permite aprender sempre mais sobre os desafios enfrentados pelas famílias e a importância de se dedicar estudos a estas.

Pelas famílias que me acolheram aqui em Salvador, fazendo-me sentir em casa, sobretudo à de Lúcia e Lorival e a de Dona Ione.

Aos meus grandes amigos Elayne, Anselmo, Pe. Nascélio e aos do Ministério Universidades Renovadas por me proporcionarem vivenciar a maior necessidade de um ser humano: amar e sentir-se amado.

À Syli e Mari, pelo companheirismo e partilha de bons momentos.

Ao José Gerbasi Furtado, inesquecível amigo e companheiro de trabalho no Centro de Apoio à Família (CAF), de Belo Horizonte, e à Mirian Ribeiro, por terem assumido à minha parte neste trabalho.

Aos grupos de pesquisa “Pluralidade religiosa na esfera familiar: negociações e conflitos na socialização das crianças” e “As práticas educativas nas famílias recompostas após divórcio ou separação: o caso das famílias com padrasto”, pela oportunidade de reflexão e crescimento metodológico.

Aos professores do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pelos subsídios dados para a formulação deste trabalho, de forma especial às Professoras Lívia Fialho e Lúcia

Moreira que compuseram a banca de Qualificação, auxiliando-me a observar pontos que necessitavam de aprimoramento.

Ao secretário deste Mestrado, sr. Geraldo Barreto, pela constante solicitude e providencias no que era necessário.

Às pessoas que aceitaram participar deste estudo, por meio das entrevistas.

À todos os que rezaram e que colaboraram de alguma outra forma para que eu concluísse com êxito esta dissertação, obrigada por tudo...

Ensina à criança o caminho que ela deve seguir; mesmo quando envelhecer, dele não se há de afastar (PROVÉRBIOS 22, 6).

As forças mágicas e religiosas e os ideais éticos de dever deles decorrentes, sempre estiveram no passado entre os mais importantes elementos formativos da conduta (WEBER, M., 1987, p. 11).

RESUMO

Na contemporaneidade, princípios norteadores dos modelos educativos familiares sofreram alterações no sentido de sua democratização. Esta, assumida, sobretudo pelas classes médias, mais permeáveis a determinados ideários modernos, pode ser apreendida a partir das diferentes dimensões do processo educativo tais como as qualidades e aptidões que os pais querem que os filhos adquiram; os recursos e métodos pedagógicos que os pais utilizam para transmitir seus valores ou ensinar comportamentos adequados aos filhos; a repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe; e a atitude dos pais perante os agentes externos de socialização. Pesquisadores revelam que o sistema de crenças dos pais é determinante na relação que eles estabelecem com seus filhos. A religião norteia de maneira direta ou não, as regras de conduta dos indivíduos, regras estas que atribuem significado às atitudes e formas de ver o mundo e o “outro”. Dentro da esfera religiosa observa-se, o crescimento acentuado dos evangélicos. No geral, são as mulheres que primeiro aderem às igrejas evangélicas. A consequência é, cada vez, um maior número de casais com mulher evangélica e marido não crente, fazendo com que o fenômeno do pluralismo religioso repercuta fortemente nas famílias brasileiras. Neste estudo exploratório, de natureza qualitativa, nosso interesse foi analisar os modelos educativos das mães evangélicas - pertencentes às classes médias e cujo marido não compartilha da mesma fé - buscando compreender a influência da religião, bem como do processo de democratização das relações familiares, sobre os modelos adotados. Postulamos *a priori* uma tensão para essas mães entre dois modelos educativos diferentes: por serem mulheres de classes médias casadas com um homem que não compartilha da mesma fé, elas podem adotar o modelo democrático; mas por serem evangélicas, elas podem adotar um modelo mais tradicional. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com mães evangélicas, residentes em Salvador e casadas com maridos que não comungam da mesma fé. Para a análise dos dados, obtidos por meio das entrevistas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo temática. Para o tratamento e a interpretação dos dados construímos dois modelos educativos: o democrático e o evangélico, sendo o primeiro a partir da literatura sobre o assunto que é abundante e consensual e o segundo elaborado a partir de entrevistas com pastores. As informações fornecidas pelas mães envolvidas na pesquisa demonstraram que a maior parte delas adota o modelo evangélico, notadamente disciplinador, o que revela que as entrevistadas apresentam características que mais as aproximam do que as diferenciam. Mas os dados também apontaram para a influência do processo de democratização nas práticas educativas destas mulheres, revelando as ressonâncias do ideário moderno no campo da educação, marcado pela cultura psicanalítica individualista que introduz um novo *ethos* familiar. Assim, coexistem no relato de uma mesma mãe os dois modelos estudados.

Palavras-chave: modelos educativos; mães evangélicas; pluralismo religioso na conjugalidade; processo de democratização das relações familiares.

ABSTRACT

In the contemporaneousness, north principles of the familiar educative models had suffered alterations in the direction from its democratization. This, assumed, over all by the middle classes, more permeable of determined modern perspectives, can be apprehended from the different dimensions of the educative process such as the qualities and aptitudes that the parents want that the children acquire; the pedagogical resources and methods that the parents use to transmit its values or to teach adequate behaviors to the children; the distribution of the educative papers between the father and the mother; e the attitude of the parents before the external agents of socialization. Researchers disclose that the system of beliefs of the parents is determinative in the relation that they establish with its children. The religion guides in direct way or not, the rules of behavior them individuals, rules that they attribute meant to the attitudes and forms to see the world and the "other". Inside of the religious sphere it is observed, the accented growth of the evangelicals. In the generality, they are the women who first adhere to the evangelical churches. The consequence is, each time, a bigger number of couples with evangelical woman and not believing husband, making with that the phenomenon of religious pluralism reverberate strongly in the Brazilian families. In this exploratory study, of qualitative nature, our interest was to analyze the educative models of the evangelical mothers - pertaining to the middle classes and whose husband does not share the same faith - being searched to understand the influence of the religion, as well as of the process of democratization of the familiar relations, on the adopted models. We claim a priori a tension for these mothers between two different educative models: for being women of married middle classes with a man, who does not share of the same faith, them they can adopt the democratic model; but for being evangelical, them they can adopt a more traditional model. Interviews half-structuralized with evangelicals, resident mothers in Salvador and married had been carried through with husbands who do not share of the same faith. For the analysis of the data, gotten by means of the interviews, we use the technique of thematic analysis of content. For the treatment and the interpretation of the data we construct two educative models: democratic and the evangelical, being the first one from the literature on the subject that is abundant and consensual and as elaborated from interviews with shepherds. The information supplied for the involved mothers in the research had demonstrated that most of them adopts the evangelical model, notably disciplinarian, what it discloses that the interviewed ones present characteristics that more approach them of that they differentiate them. But the data had also pointed with respect to the influence of the process of democratization in practical educative of these women, disclosing resonances of the modern perspective in the field of the education, marked for the individualistic psychoanalytical culture that introduces new ethos familiar. Thus, the two studied models coexist in the story of one same mother.

Key words: educative models; evangelical mothers; religious pluralism in the conjugality; process of democratization of the familiar relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A DEMOCRATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	21
2.1	ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	22
2.1.2	A criança como protagonista de seu processo educativo	25
2.1.3	Diferenças de autonomia segundo os gêneros	27
2.2	A EXPLICAÇÃO DO CERTO E DO ERRADO COMO MÉTODO PREVENTIVO E A INEFICÁCIA DAS PALMADAS	29
2.3	A REPARTIÇÃO DOS PAPÉIS EDUCATIVOS ENTRE O PAI E A MÃE	31
2.3.1	Simetria de poder na esfera intrafamiliar e perda da autoridade paterna	31
2.3.2	O declínio da figura paterna	34
2.4	O COMPORTAMENTO DOS PAIS FRENTE A OUTRAS INSTÂNCIAS EDUCATIVAS	36
3	A OPÇÃO PELO DISCIPLINAMENTO ENQUANTO MODELO EDUCATIVO	39
3.1	DESTAQUE PARA O AMOR E A SABEDORIA.....	41
3.2	A INTERIORIZAÇÃO DA DISCIPLINA E AS SANSÕES NORMALIZADORAS	42
3.2.1	Valorização da assimetria entre pais e filhos	42
3.2.1.1	O cordão sanitário	50
3.2.2	A reprodução da divisão tradicional do trabalho entre os sexos	54
3.2.2.1	O papel de liderança do pai na educação dos filhos	54
3.2.3.2	Socialização diferenciada dos filhos segundo os gêneros	59
4	COEXISTÊNCIA DOS IDEÁRIOS MODERNO E TRADICIONAL	64
4.1	O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	64

4.2	ALGUMAS PONDERAÇÕES INICIAIS.....	69
4.3	AS CONCEPÇÕES DAS MÃES QUANTO À CAPACIDADE DE ESCOLHA DOS FILHOS	75
4.4	O CONTROLE E A VIGILÂNCIA COMO RECURSOS EDUCATIVOS	78
4.4.1	O “Fechamento social” e a reprodução do grupo evangélico	83
4.5	OS GENITORES COMO MAIORES ORIENTADORES DOS FILHOS.....	89
4.6	EVITANDO A INFLUÊNCIA DE CONTRAVALORES	96
4.7	A CONVERSÃO MATERNA E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	99
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICES	113

1 INTRODUÇÃO

Entre o conjunto de transformações vivenciadas pelas sociedades nas últimas décadas do século XX, observa-se a evolução na concepção dos pais sobre as formas mais ou menos desejáveis de educar os filhos. Na contemporaneidade, princípios norteadores das condutas e modelos, inclusive educativos, sofreram alterações de forma que alguns foram enfraquecidos e outros reforçados. Estas alterações, por sua vez, se concretizam tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente social mais ampliado. Assim sendo, muitas das concepções de família, relação conjugal e educação de filhos, por exemplo, já não vigoram com a mesma intensidade nos dias de hoje.

Lançando um olhar para o contexto sócio-histórico-cultural, observamos alterações ocorridas na educação familiar no sentido de sua democratização. Esta, assumida, sobretudo pelas classes médias, mais permeáveis a determinados ideários modernos (ROMANELLI, 1994, BIASOLI-ALVES, 2002; BIASOLI-ALVES; SIGOLO, 1992), pode ser apreendida a partir das diferentes dimensões do processo educativo. Roussel, citado por Montandon (2005), afirma que embora este fato alegre quem veja nele um exemplo democrático de evolução, costuma assustar aqueles que, pelo contrário, estão convictos de que reforça o individualismo e ameaça a sociedade democrática.

Biasoli-Alves (2002) afirma que na contemporaneidade a orientação na área de educação de filhos vem dos especialistas, sobretudo dos psicólogos. Desta forma, os pais são criticados severamente se cultivam certo grau de autoridade sobre o filho e temem repetir os erros do passado. Além disto, nas três últimas décadas, informações sobre a educação infantil, até então restritas ao domínio de especialistas em Pedagogia e Psicologia, começaram a ser difundidas, através de livros para leigos, entrevistas e artigos em rádios, jornais, revistas e televisão (MOREIRA, 2002). Obviamente, a influência nas relações pais-filhos não tardou a se fazer notar, de modo que estas mudanças levaram ao questionamento da eficácia da educação parental tradicional. “No tempo de nossos avós, era comum que se valorizassem as experiências de vida transmitidas por seus antepassados, ao contrário dos tempos atuais, nos quais há uma tendência a se desvalorizar o passado” (MOREIRA, 2002, p. 199).

Para Zaguri (1997) tais conhecimentos trouxeram conseqüências positivas como o crescimento do diálogo entre as gerações e a atenuação dos conflitos da antiga relação, extremamente autoritária, mas também negativas, como levar ao questionamento de quase tudo o que se fazia até então. Além disto, registra ela, assim como Biasoli-Alves (2002), que

muito do que se passou a considerar como fora de uso, antiquado ou ultrapassado em termos de educação não foi claramente substituído por outras formas de ação educacional. Neste mesmo sentido, Moreira (2002) escreve que a conquista de uma relação baseada no respeito mútuo, no diálogo e na franqueza é, sem dúvida, um passo fundamental para uma boa relação; entretanto, segundo esta autora muitos pais interpretaram essa necessidade de ouvir a criança como um sinal para abdicarem de qualquer tipo de autoridade, confundindo-a com autoritarismo. Ela também aponta para um dilema da contemporaneidade que revela uma inversão de papéis familiares: o autoritarismo dos filhos em relação aos pais.

Pela importância da influência familiar no desenvolvimento infantil (NOVAK *apud* VITALI, 2004), muitos trabalhos têm se focado em classificar os diferentes padrões de relação entre pais e filhos e em avaliar as correlações destes padrões com diferentes resultados em termos de comportamento social, resultados escolares e outras avaliações. Um conceito que, ao longo das últimas décadas, demonstrou sua eficácia e eficiência na compreensão dos efeitos do relacionamento pais-filhos é o de Estilo Parental. Desenvolvido a partir do estudo de Baldwin, citado por Vitali (2004), permite identificar o contexto familiar onde se manifestam as práticas parentais e por isso se torna uma ferramenta conceitual particularmente útil para a análise desta esfera.

Acerca dos estilos parentais, encontramos trabalhos como o Vitali (2004), que pretendeu verificar a hipótese de transmissão intergeracional dos estilos parentais. Os resultados deste autor mostraram que os estilos negligente e autoritativo foram os que prevaleceram, seguidos pelos estilos indulgente e autoritário. Os resultados também evidenciam que houve um leve padrão de mudança na dinâmica familiar em relação à educação dos filhos, ou seja, os pais apresentaram-se menos autoritários e mais indulgentes do que os avós. O fato sugere que houve uma mudança para uma sociedade menos fundamentada sobre os valores tradicionais e hierárquicos do autoritarismo e mais voltada para a compreensão dos desejos dos filhos.

Weber, L. *et al.* (2004a) apoiados em Baumrind - que propôs um modelo de classificação dos pais baseado em protótipos de controle - classificam os estilos educativos parentais em quatro tipos: participativo, negligente, permissivo e autoritário. Os pais do primeiro tipo controlam e apóiam seus filhos, são atentos, fixam-lhes regras a respeitar, mas, simultaneamente, encorajam sua independência. Desta forma, centram-se tanto na relação quanto na socialização e no desenvolvimento dos filhos, sendo tão exigentes quanto responsivos, ou seja, “dão bastante, mas também pedem muito. São aqueles que educam

dando muito apoio, atenção emocional, estrutura positiva e direção para os filhos” (2004a, p. 323).

Os pais negligentes são considerados pais ausentes pois são pouco responsivos, pouco exigentes, apresentando afeto e envolvimento insuficientes, bem como baixo número de regras e limites. Deixam os filhos fazer o que querem, mas “quando sentem culpa de sua ausência podem controlar exageradamente ou punir” (WEBER, L. *et al.*, 2004a, p. 323).

Por sua vez, os pais permissivos (também chamados de indulgentes), são muito mais responsivos do que exigentes; apresentam muito afeto e desenvolvimento, mas poucas regras e limites. São pais centrados nos filhos, que exercem um controle fraco e um apoio forte, mas tendem a aceitar os desejos da criança, exigindo pouco dela. Deste modo, permitem em demasia devido à culpa da falta de presença ao lado dos filhos, por causa do trabalho, e tendem a ser inconsistentes. A pouca resistência dos pais acaba levando as crianças a ficarem mimadas (2004).

Por último, os pais autoritários são centrados em si próprios, portanto, desejam sempre a obediência dos filhos. São muito mais exigentes do que responsivos, apresentam muitas regras e limites, mas são pouco afetivos e envolvem-se pouco com os filhos. Além disto, caracterizam-se por nível baixo de apoio e atenção emocional, querem que os filhos façam o que eles desejam, comandam a vida do filho e não deixam que estes se expressem (WEBER, L. *et al.*, 2004a). Portanto, os pais deste tipo controlam muito, mas apóiam pouco a criança, tendendo a educar segundo regras que não se discutem.

Alguns fatores considerados como integrantes da contemporaneidade são ressaltados pela sua capacidade de exercer considerável influência na maneira de criar e educar filhos. Entre eles está o aumento da escolarização, que produz brechas muitas vezes de difícil superação entre as gerações. Muitos são os autores que abordam o assunto da entrada maciça da mulher no mundo do trabalho e o seu conseqüente afastamento das tarefas exclusivamente domésticas (BIASOLI-ALVES, 2002; MONTANDON, 2005; ROMANELLI, 1995). Há que se lembrar que atuou de forma decisiva na redefinição da posição da mulher na família e na sociedade, como na construção de novas representações, a corrente feminista. Observa-se também que este redimensionamento da divisão sexual do trabalho causou alterações dos vínculos que unem estas mulheres aos seus esposos e filhos (ROMANELLI, 1995).

A exigência de grande mobilidade das gerações mais novas, levando os casais jovens a residirem, com seus filhos, distantes de sua família de origem, os deixa muitas vezes isolados, sem apoio e orientação em como lidar com suas crianças (BIASOLI-ALVES, 2002). Além disto, observam-se formas de sociabilidade entre os gêneros mais equilibradas,

passando o marido a dividir com a mulher tarefas domésticas antes realizadas exclusivamente por ela (BIASOLI-ALVES, 2002; MONTANDON, 2005; ROMANELLI, 1995). Não se pode deixar de lembrar que a Psicanálise teve larga influência na construção de novas representações acerca do masculino e dos vínculos entre o pai e seus filhos (ROMANELLI, 1995) e da adoção do discurso psicológico como base para a orientação das relações interpessoais (BIASOLI-ALVES, 2002).

Além disto, ocorreu a perda de prestígio do papel da mulher como dona de casa, a diminuição do valor social colocado na função de criar filhos e a redução do tamanho das famílias, sendo não só menor o número de crianças, como os de adultos na casa (BIASOLI-ALVES, 2002).

Nota-se ainda o fato dos laços pessoais da família estar passando de uma base de afinidade e proximidade para serviços impessoais e especializados com uma escolarização cada vez mais precoce, fazendo com que cuidar de crianças esteja se tornando arte perdida, porém uma profissão rentável e em crescimento (BIASOLI-ALVES, 2002). Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se recorrer a uma observação de Montandon: “o efeito educativo dos pais pode ser reduzido, anulado ou ampliado, pelas interações com outras pessoas próximas” (2005, p. 493).

Além do mais, Montandon (2005) adverte que não existe um modelo único de práticas educativas e que estas dependem de muitos fatores. Assim, o quadro é complexo e é preciso levar em conta o conjunto das variáveis e de suas interações, caso se queira compreender sua evolução. O modelo educativo depende da camada social das famílias e do seu repertório cultural, entretanto, esta autora ressalta que, dentro da mesma classe social, as famílias podem ter funcionamentos diferentes, os quais se refletem nas suas maneiras de educar e socializar seus filhos.

Assim sendo, além da classe social, o pesquisador que se depara com diferenças entre os modelos parentais precisa se ater a elementos como a interdependência entre os sistemas conjugal e parental. Deste modo, entre os fatores que influenciam na configuração dos modelos educativos, contribuindo para sua diversidade, está a qualidade do relacionamento conjugal. Segundo Braz *et al.* (2005, p. 152) “há consenso na literatura sobre a existência de uma forte correlação entre a qualidade das relações conjugais e parentais” e informam que os estudos de Goldberg e Easterbrooks (1984) demonstram a influência da relação conjugal no modo de ser pai e mãe. Braz *et al.* (2005) afirmam também que os cônjuges que ofereciam suporte mútuo e cujas relações maritais eram satisfatórias apresentavam maior sensibilidade em seu papel parental (com filhos também responsivos ao pai e à mãe) que aqueles cônjuges

cujas relações eram insatisfatórias. Este estudo mostra ainda que a relação marital tem um papel fundamental tanto nas relações entre pais e filhos, como no desenvolvimento geral das crianças: “uma relação marital negativa ou conflituosa provoca irritação e desequilíbrio emocional dos cônjuges, o que influencia os seus comportamentos como genitores, tornando-os menos atenciosos e menos sensíveis às suas crianças” (2005, p. 152). Portanto, defendem ser fundamental considerar a interdependência entre os sistemas conjugal e parental, para não negar a complexidade de tais influências e suas conseqüências para o desenvolvimento infantil: “os esforços para se aumentar a qualidade das relações parentais podem ser acentuados se forem dirigidos às dificuldades maritais” (2005, p. 152).

Outro fator interfere nas práticas educativas, diversificando-as (ao produzir alterações e/ou reestruturações), além da influência das classes sociais e da qualidade do relacionamento conjugal - a religião dos genitores. Neste sentido, Barbosa afirma que “a religião, enquanto sistema nunca deixou de ser uma fonte de ordenamento para a conduta dos fiéis” (1999, p. 19). Ele registra também que as ordenanças religiosas contribuem na organização da subjetividade dos conversos ao penetrar na vida privada destes, direcionando suas escolhas.

Pesquisadores (GRUSEC e LYTTON; HANICH, TOLAN E GUERRA *apud* WAGNER, 2003) revelam que o sistema de crenças dos pais é determinante na relação que eles estabelecem com seus filhos. Além disto, a religião está de tal maneira integrada à vida das pessoas que seria impossível pensá-la de forma isolada em relação aos aspectos da vida social (BARBOSA, 1999). Se seguirmos a lógica durkheimiana podemos vislumbrar a religião como o fundamento dos sistemas de representações construídos socialmente pelos homens e que norteiam ainda hoje, de maneira direta ou não, as regras de conduta dos indivíduos. Estas regras, por sua vez, atribuem significado às atitudes e formas de ver o mundo e o “outro”. Deste modo, assumindo como verazes as diretrizes transmitidas pelas igrejas, entendidas como inspiradas ou embasadas nas ordenanças divinas, os fiéis tendem a aplicar os conteúdos que recebem nas instituições religiosas também na educação dos filhos.

Dentro da esfera religiosa observa-se o crescimento acentuado dos evangélicos. Os dados do Censo Demográfico do IBGE evidenciam o aumento deste grupo social na população brasileira. Na tabela a seguir podemos observar essa expansão desde a década de 40.

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
2,6%	3,4%	4%	5,8%	6,6%	9%	15,4%

Entre os evangélicos observa-se um crescimento maior do número dos pentecostais se comparados aos históricos, sobretudo na década de noventa¹. Embora existam estudos que apontem que dentre as regiões do Brasil, aquela que mais resistiu ao aumento avassalador dos evangélicos tenha sido a Nordeste² (LOPES, 1999), não se pode deixar de notar que o percentual de crescimento destes continua, nesta região, maior que o de outras religiões. Segundo Lopes (1999) esta diferença entre Nordeste e o restante do país, deve-se principalmente à pequena porcentagem de evangélicos nas cidades do interior³, já que nas principais cidades da região Nordeste “os percentuais de evangélicos se aproximam aos do restante do país” (LOPES, 1999, p. 294).

Deste modo, nos grandes centros urbanos nordestinos, como é o caso de Salvador, podemos notar a presença de gigantescos e suntuosos templos evangélicos em áreas de grande fluxo de pessoas⁴. A presença das igrejas evangélicas se dá tanto em áreas de periferia quanto nos bairros de classes alta e média, como na Pituba e no bairro da Graça, demonstrando que existe uma estratégia de conquista de adeptos para todas as camadas sociais.

Segundo Couto (2001a), no geral, são as mulheres que primeiro aderem às igrejas evangélicas, sobretudo em fase inicial da vida conjugal. Machado e Mariz (1996) ao tratarem do pentecostalismo, afirmam que este chama atenção da população feminina por conta da ênfase que dá à problemática da família. Assim, no decorrer dos últimos anos houve um crescimento cada vez maior das denominações evangélicas, sendo maior o aumento das mulheres e, mais especificamente, das casadas. Machado também confirma isto ao registrar que “o gênero feminino parece mais suscetível às experiências religiosas, convertendo-se primeiro e independentemente de seus maridos” (1996, p. 125). A consequência é, cada vez, um maior número de casais com mulher evangélica e marido não crente, fazendo com que o fenômeno do pluralismo religioso repercuta fortemente nas famílias brasileiras. Na pesquisa desenvolvida por Couto (2001a), a maior expressividade do fenômeno do pluralismo religioso, que abrangeu 34% das famílias pesquisadas, concentra-se em arranjos compostos por: católicos e pentecostais, pentecostais e sem religião e católicos e protestantes históricos.

¹ Para se ter uma idéia, “dos 3.477 templos evangélicos registrados na região do Grande Rio, 61,03% são de denominações pentecostais e 38,97% de igrejas protestantes históricas. Esta diferença cresce significativamente quando se destacam os três primeiros anos da década de 1990, período em que os grupos pentecostais foram responsáveis pela criação de 91,27% dos tempos registrados” (MACHADO, 1996, p. 44).

² Rolim citado por Lopes (1999, p. 301) confirma esta assertiva ao afirmar que: “O Nordeste aparece como a região mais resistente à penetração evangélica, o que confirma seu caráter de catolicismo tradicional. A significação protestante nesta área é menos expressiva em 1940, 1950 e 1970.”

³ Segundo Lopes (1999), na zona rural do Nordeste, os evangélicos representam menos de 1% da população em certas áreas e este fator é significativo, uma vez que a zona rural do Nordeste tem um percentual populacional maior do que o das demais regiões.

⁴ Tal como o da IURD – Igreja Universal do Reino de Deus, próximo ao Shopping Iguatemi.

Assim sendo, vários pesquisadores, dentre eles Fernandes (1994) afirmam que o crescimento notável do culto evangélico indica a ocorrência de mudanças no cenário religioso brasileiro mudando as porcentagens da fé. Pesquisas qualitativas indicam que, enquanto as famílias dos fiéis católicos caracterizam-se por uma homogeneidade de afiliação religiosa, os lares dos pentecostais tendem a ser religiosamente mistos (COUTO, 1992). Um levantamento em Recife indica, por exemplo, que 72,2% das unidades domésticas dos entrevistados pentecostais eram heterogêneas quanto à religiosidade de seus membros (MARIZ, 1993).

Entretanto, o trabalho de Machado (1996) mostrou que os efeitos da conversão às denominações evangélicas variam muito, conforme a conversão do casal ser conjunta ou solitária. No primeiro caso, a tendência a relações mais simétricas entre os cônjuges é maior do que no segundo.

Censurando a dupla moral sexual e o adultério masculino, comuns ao patriarcalismo brasileiro, ‘os padrões éticos protestantes’ atenuariam a simetria de relacionamento entre os sexos, propiciando, conseqüentemente, maior igualdade de direitos e deveres para ambos os cônjuges. (CAMARGO *apud* MACHADO, 1996, p. 28)

O segundo caso varia conforme a parte convertida. Assim sendo, é preciso diferenciar os efeitos nas relações de gênero, dos casos em que a mulher se converte sozinha daqueles em que o homem é o único crente na família (MACHADO, 1996). Esta última situação tende a levar os homens à “domesticação”, entendida por Mariz e Machado (1994) como a ênfase na família, a restrição das condutas masculinas nocivas às mulheres como o alcoolismo e a paternidade irresponsável, dentre outros fatores. Neste sentido, o protestantismo desenvolve o “aprendizado da humildade, da generosidade, da docilidade por parte dos homens e pode fazer aumentar o diálogo, modificando a natureza das relações entre os parceiros” (1994, p. 143). Assim, a conversão masculina tende a trazer o homem para o mundo doméstico e, participando o homem da comunidade, crescem as possibilidades de uma redução da assimetria de poder e autoridade no mundo doméstico. Deste modo, a pesquisa de Machado (1996) demonstrou o caráter paradoxal da doutrina protestante: embora reafirmasse a ordem hierárquica e patriarcal dos gêneros, ao mesmo tempo, abre brechas para redefinições dos papéis e imagens femininas e masculinas com resultados positivos para as mulheres. Dentre estes, cita também a oferta da rede de apoio das denominações pentecostais às mulheres e o reforço da auto-estima destas.

Acerca da conversão dos homens, Couto (2001b) afirma ainda que esta envolve atualizações da identidade masculina herdada. Assim sendo, esta autora registra que a

necessidade de reconstruir-se como sujeito, levando a ruptura e construção de um novo *ethos* masculino, talvez faça com que os homens tenham mais dificuldades de se engajarem ou de permanecerem nas igrejas evangélicas. A necessidade de re-conceitualizar os espaços de atuação masculina poderia impor certa diminuição da referência que o espaço público imprimiu aos homens de classes populares, uma vez que a ética religiosa evangélica a ser incorporada pelos sujeitos traz conseqüências para as relações familiares, num sentido de valorização e preservação da família (2001b).

Segundo Machado e Mariz (1996, p. 143), “quando a conversão é exclusiva das mulheres, a abnegação feminina é reforçada, podendo aumentar ainda mais o conformismo com os modelos familiares tradicionais e opressores” e o processo de autonomização feminina faz refletir alterações, sobretudo na esfera pública. Entretanto, Machado (1996) ainda aborda a necessidade de se considerar a dependência das mulheres em relação aos homens no universo extradoméstico, mesmo que estas pertençam a extratos de maior renda, já que em sociedades com características patriarcais, as mulheres enfrentam enormes dificuldades no processo de individuação.

Para Machado (1996), um aspecto importante da conversão e filiação solitária das mulheres é que ela em geral desperta imediatamente a reação negativa dos parceiros, ligada em grande parte ao intenso envolvimento das mulheres em atividades extradomésticas e religiosas. A participação nas atividades da comunidade, passíveis de mudar a rotina doméstica, é reforçada pela crença por parte das convertidas de que “a própria opção religiosa (‘entrega radical de sua vida a Jesus’) vem sempre acompanhada da perseguição pelos familiares não-convertidos” (MACHADO, 1996, p. 94). Couto, afirma isto acontece também pelo fato do cônjuge não converso não reconhecer “os ‘novos’ valores referenciais como legítimos porque estes representam uma ruptura com os valores usuais ou tradicionais” (2001b, p. 338).

Jacquet e Costa (2004, p. 51) observam que “embora em alguns casos a conversão promova uma ‘cisão’ no núcleo familiar, esta cisão se abranda à medida que os membros da família reconhecem aspectos positivos advindos da conversão”. Estas autoras registram ainda que “a conversão a uma igreja de crente pode, às vezes, revelar-se útil na administração das brigas do casal”. (2004, p. 63)

Apesar da mãe ser a principal responsável pela educação dos filhos⁵, a participação do pai nem sempre é marginal, sobretudo nas classes médias, e ele pode se opor à efetivação do modelo dos evangélicos.

A responsabilidade com a educação dos filhos tem sido atribuída cada vez mais aos genitores. Embora a noção de infância como fase educativa tenha sido repassada pela burguesia aos demais nichos familiares, só no século XIX esta noção passa a ser assimilada pelos pais, mas de forma diversa a depender da camada social (COUTO, 2001b). Segundo Couto (2001b), vários pesquisadores já apontaram para as diferenciações presentes nas relações entre pais e filhos no universo da pobreza e nas classes médias e altas. Estes autores indicam que entre as camadas mais abastadas, a criança, não raro, é veículo central de um projeto familiar de longo prazo. Tal projeto exige então alguns investimentos que são indispensáveis à sua concretização. Desta forma, “êxito escolar, estabilidade conjugal, cuidado com o bem-estar e a formação da criança” (2001b, p. 331) são vistos como fatores indispensáveis na conformação deste projeto que é, ao mesmo tempo, filial e de reprodução social da família. A constituição da infância como momento a ser priorizado e valorizado socialmente exigiu a saída dos pais dos espaços públicos de sociabilidade (rua) para a privacidade do lar, o que

remete à necessidade de vincular-se mais à casa e à família, sendo a educação dos filhos algo que passa a ser computado como responsabilidade também paterna. A orientação dos filhos não é mais algo exclusivo das mulheres, embora ainda incidam sobre elas o dever cotidiano de cuidado e vigilância das orientações repassadas aos filhos através dos acordos entre o casal. (COUTO, 2001b, p. 332)

Paralelo ao aumento da influência paterna na orientação dos filhos, nota-se a ocorrência de discordâncias entre os pais acerca das práticas e dos conteúdos educativos. Na pesquisa de Braz *et al.* (2005), de um total de 28 entrevistados, somente cinco relataram não existir divergências entre eles e seus respectivos cônjuges sobre a educação dos filhos. As discordâncias entre estes cônjuges estudados referem-se às estratégias de socialização, às práticas relativas à alimentação dos filhos, o excesso de rigidez ou de flexibilidade acerca das

⁵ Segundo Braz *et al.* (2005), as mães são as principais responsáveis pelas atividades relativas ao cuidado dos filhos e pela execução das tarefas domésticas. Na pesquisa realizada por estes autores, as mães relataram uma participação intensa nas atividades de dar comida e banho, levar e trazer da escola, orientar dever escolar, levar para atividades de lazer e colocar para dormir. Mesmo quando ambos os genitores trabalham fora, o cuidado dos filhos fica sob a responsabilidade das mães, embora 27% delas recorram à ajuda de tios ou tias da criança e 21% aos serviços de empregadas domésticas. O mesmo acontece com as mães evangélicas. Segundo Machado (1996, p. 133), “as mulheres que se filiaram sozinhas ao movimento pentecostal absorvem as responsabilidades pela educação dos filhos, e cabem a elas todas as decisões relativas à vida escolar e, mas também as que se referem à orientação sexual”.

punições físicas e/ou verbal das crianças e o oferecimento de reforçadores primários aos filhos como presentes e doces. No caso de cônjuges que não seguem a mesma religião, o conflito pode ser desencadeado pelo confronto de valores, já que o evangélico tende a estabelecer uma diferenciação entre os valores divinos e “mundanos”.

Posto isto esta pesquisa busca caracterizar os modelos educativos de mães evangélicas, pertencentes às classes médias e cujo marido não compartilha da mesma fé. Podemos postular *a priori* uma tensão entre dois modelos educativos diferentes:

- por serem mulheres de classes médias casadas com um homem que não compartilha da mesma fé, elas podem adotar o modelo democrático;
- porém, por serem evangélicas, elas podem adotar um modelo mais tradicional, pelo fato da religião cristã caracterizar-se por uma moralidade conservadora.

Com o intuito de responder a tal questionamento, foi necessário, num primeiro momento, construir dois modelos educativos: o democrático e o evangélico. Para tanto, privilegiamos a noção de modelo educativo tal como elaborada por Montandon e Kellerhals (1991) – que identificam, a partir de uma revisão da literatura sobre o tema, quatro dimensões do processo educativo familiar: as qualidades e aptidões que os pais querem que os filhos adquiram; os recursos e métodos pedagógicos que os pais utilizam para transmitir seus valores ou ensinar comportamentos adequados aos filhos; a repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe; e por fim a atitude dos pais (abertura ou fechamento) perante os agentes externos de socialização, tais como amigos, televisão, escola, etc.

Visto isto, construímos o primeiro modelo, o democrático, a partir da literatura sobre o assunto que é abundante e consensual (Capítulo 1). Depois elaboramos o segundo modelo, o evangélico, a partir de entrevistas com pastores (Capítulo 2). Só assim se tornou possível a caracterização das práticas educativas das mães evangélicas (Capítulo 3), procurando verificar se estas tenderiam mais para um modelo ou mais para o outro.

Pensamos que esta pesquisa pode contribuir para enriquecer os estudos sobre família no Brasil e abrir novas pistas de pesquisas em áreas até agora pouco abordadas - como a da influência dos valores religiosos na educação de filhos, por exemplo. É importante salientar que não pretendemos dar conta, neste trabalho, da extensão do tema escolhido. Este estudo, de caráter exploratório, apresenta informações que podem alimentar um diálogo interdisciplinar sob um ângulo ainda pouco debatido. Reforçamos a necessidade de novas pesquisas sobre as relações entre religiosidade e interações intrafamiliares, haja vista que vertentes

antropológicas têm estudado as religiosidades populares enquanto sistemas de cura, mas “pouca atenção tem sido dirigida à expressão cotidiana que a nova visão de mundo imprime aos indivíduos” (COUTO, 2001b, p. 38).

2. A DEMOCRATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

O processo de alterações de valores ocorrido durante o séc. XX repercutiu fortemente nas práticas educativas adotadas pelos pais. Estas transformações se fizeram acompanhar de mudanças na maneira de pensar a socialização das gerações mais novas e certas práticas para o controle do comportamento foram sendo questionadas, discutidas e muitas vezes desvalorizadas (BIASOLI-ALVES, 2002; ROMANELLI, 1995; CALDANA; OLIVEIRA, 2004; MONTANDON, 2005).

Pesquisas voltadas para o estudo da educação familiar da criança apontam para a transição de um ideário tradicional para um moderno no decorrer no século XX. Segundo Caldana e Oliveira (2004), a expressão mais enfática desta transição seria a adoção de “um enfoque antiautoritário ligado à preocupação com a felicidade da criança, traduzida como bem-estar emocional, e à importância atribuída à expressão de afeto e a proximidade através do brincar” (2004, p. 586). Roussel, citado por Montandon (2005), afirma que no Ocidente as mudanças sociais, bem como as ocorridas nas relações de autoridade pais/filhos, têm levado ao deslocamento de um modelo baseado na imposição e no controle a outro, fundamentado na participação e na negociação.

Desta forma, estudos têm demonstrado alterações ocorridas na educação familiar no séc. XX, no sentido de sua democratização. A criança é introduzida como um elemento ativo, participante e determinante de seu processo educativo. Observa-se o investimento dos genitores na autonomia dos filhos, mas, apesar dos progressos nesta dimensão, observam-se diferenças entre os sexos, com maior liberdade para os meninos.

Constatam-se também mudanças nas interações entre pais e filhos, notadamente na questão ligada à esfera da disciplina. Reforça-se a importância da explicação do certo e do errado como método preventivo e a ineficácia das palmadas, sendo a punição física, gradativamente, substituída pelo diálogo ou correção verbal. Além disto, a comunicação abre-se integralmente e passa a ser valorizado pelos pais o “dizer tudo sempre” e do “se expressar”, levando a preocupação com o bem-estar subjetivo da criança também à exigência de compreensão, de afeição por parte da mãe.

Adicionado a isto, tem-se o fenômeno do decréscimo maior na autoridade do pai do que o da mãe, contando esta com outras estratégias para a obediência dos filhos, como o uso

da afetividade, o que gera o deslocamento do centro da família da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”. Segundo Romanelli (1995), a redução da autoridade do pai e do marido, cada vez mais presente nas famílias de camadas médias, contribui fortemente para que os filhos assumam a posição de “sujeitos de direitos”, ficando para segundo plano a condição de “sujeitos de deveres”.

Todos estes fatores colaboram para a passagem do controle externo dos pais ao autocontrole das crianças, acreditando que a livre-determinação destas é fundamental para uma vida futura saudável. As alterações nos papéis parentais ainda podem ser apreendidas a partir dos programas televisivos, ocorrendo uma “supervalorização da figura feminina ao preço, porém de uma redução da validação social de ser pai” (BRITO, 2005, p. 52). As crianças transformadas em figuras de autoridade, “parecem encontrar menores objeções e limites, dadas a insignificância e a indefinição do alcance da autoridade de seus responsáveis” (BRITO, 2005, p. 55).

A conversão dos pais em amigos anula, idealmente, as posições de hierarquia e poder no interior da família, ficando todos os membros num nível mais ou menos semelhante. Deste modo, a democratização da vida doméstica contribui para a emergência e concretização de interesses individuais.

Mas, se mudanças nas práticas educativas parentais estão ocorrendo, elas não atravessam de forma monolítica todas as gerações, grupos e extratos sociais. As classes médias constituem-se no segmento mais suscetível a estas mudanças e, portanto, mais abertas ao ideário moderno.

2.1 ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A ação de quem educa, guia-se por objetivos imediatos e mediatos que são determinados por valores e contextos sócio-histórico-culturais estabelecidos (CALDANA, 1994). Em outras palavras, a conduta do educador é guiada pelo ideário, valores e costumes do contexto no qual está inserido. Tais valores de alguma forma determinarão as imagens da criança e adulto ideais nos contextos citados, que certamente influenciarão nos objetivos da educação.

Conforme Biasoli-Alves (1997), nas primeiras décadas do séc. XX predominou a Moralidade Religiosa, ou seja, as crenças e as atitudes a respeito da criação e educação dos filhos vinham basicamente da religião e do sistema em que as mães haviam sido educadas. Existia a valorização e a exacerbação da autoridade paterna, a ausência ou não expressão do afeto, além da preocupação com a formação moral das crianças (CALDANA; OLIVEIRA, 2004, BIASOLI-ALVES; SIGOLO, 1992). Predominava a idéia de salvar as almas das crianças, fazendo-as obedientes e tementes a Deus, já que a morte na infância era muito freqüente (BIASOLI-ALVES; SIGOLO, 1992). Observa-se o cultivo de valores morais, a exigência do cumprimento de normas, uma educação voltada para o trabalho, fundamentada no “bom exemplo” das gerações mais velhas. O contato entre as diferentes gerações acontecia de forma natural – as próprias condições de moradia contribuía para isto – implicando na responsabilidade dos mais velhos com os mais novos e por divisões, de acordo com papéis de comando e submissão, em que o domínio social mais amplo pertence ao sexo masculino e a casa é o reino do feminino (BIASOLI-ALVES, 1997). Esta autora caracteriza ainda mais este tempo:

As crianças estavam sempre sob os olhos das mães, mas tinham a oportunidade de muitas e variadas atividades, nos grandes espaços onde brincavam, podendo livremente determinar o uso de seu tempo. Nos contatos, os adultos tinham o controle da criança em suas mãos e exigiam que fosse muito obediente e bem comportada, para obter isto eles puniam severamente. Havia pouco elogio e agrado, apenas em ocasiões especiais e freqüentemente dizendo “você não fez mais do que a sua obrigação”. Não fazia parte das tarefas dos adultos que dessem explicações de suas ordens e proibições, a exigência extremada era a regra, em especial, quanto aos padrões sociais, em outros termos a criança era tratada com muita seriedade e os excessos sempre reprimidos. (BIASOLI-ALVES, 2002, p. 248).

Sucedeu-se a esta moralidade, a Higienista (dec. 50 e 60), que conservou ainda uma boa parte das formas e modos tradicionais de da educação criança. Neste período continua o controle do comportamento da criança, realizado em menor grau de punição porque o objetivo se volta para uma “meninice” feliz, despreocupada e alegre. Segundo Donzelot, foi organizada progressivamente “uma transferência de soberania da família ‘moralmente insuficiente’ para o corpo dos notáveis filantropos magistrados e médicos especializados em infância” (1986, p. 80). Desta forma, as práticas educativas, que têm a figura do médico como fonte de diretrizes, comportam tanto a exigência quanto a afetividade, além de um baixo nível de independência e de oposição aos adultos, por parte das crianças, bem como de explicação, por parte dos adultos. Busca-se um corpo sadio e a formação de um caráter igualmente sadio, treinando as crianças em uma regularidade de hábitos e na total ausência de expressão e

satisfação de suas vontades (BIASOLI-ALVES; SIGOLO, 1992; BIASOLI-ALVES, 2002). Segundo Caldana e Oliveira (2004), o ideal de família que prevaleceu aproximava-se do modelo familiar burguês europeu, no qual há uma rígida demarcação de papéis.

Nela a identidade dos membros é posicional, ou seja, é determinada pelas suas características intrínsecas [homem e mulher, pai e filho], que os apresentam como naturalmente diferentes, o que determina uma rígida demarcação de papéis. As regras dicotômicas são definidas externamente, por valores dicotômicos, onde certo e errado são muito bem delimitados. (CALDANA; OLIVEIRA, 2004, p. 586).

Chega-se então, no final do século XX a duas moralidades: a das Necessidades Naturais e a Individualista e de Curtição. O ideário da educação, que sofre influência do movimento feminista, vem dos especialistas: pediatras, professores e principalmente os psicólogos e psicanalistas. Tudo é natural, bom e permitido, desde que expresso pela criança. A orientação é permitir para não tolher, para não frustrar e não desestimular, procurando ver em cada criança suas especificidades, suas idiossincrasias. São quebradas as regras absolutas e consistentes para dar lugar à liberdade. “O discurso das mães enfatiza o diálogo com a criança, a exigência de compreensão, de afeição, chegando-se ao extremo da preocupação com o seu bem-estar subjetivo” (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 43). Os pais são criticados severamente se cultivam certo grau de autoridade sobre o filho e temem repetir os erros do passado. A criança é vista como uma pessoa agradável, objeto de afeto e fonte de aprendizagem, mas, nesta última moralidade, reconhece-se a necessidade de voltar a uma regulação moderada de suas vontades (BIASOLI-ALVES; SIGOLO, 1992; BIASOLI-ALVES, 2002).

O viés psicanalítico, presente e influente neste tipo de contexto sócio-histórico-cultural, vincula a educação à promoção da saúde, amadurecimento e equilíbrio emocional do filho e aponta para o cuidado nas relações entre pais e filhos sobretudo nos primeiros anos de vida destes. A concepção da educação dos filhos volta-se então para a promoção da saúde mental do indivíduo, em detrimento da transmissão de valores morais (CALDANA, 1998). Segundo esta autora (2004), as informações advindas da Psicologia e da Psicanálise acerca das condutas norteadoras com os filhos, podem ser agrupadas em quatro idéias principais, quais sejam:

(1) o desenvolvimento sadio da personalidade depende das experiências da infância, (2) o calor emocional e todos aqueles afetos incluídos no complexo denominado amor materno servem de base para o crescimento físico, social e psíquico da criança, (3) a mãe, na função de mediadora entre a criança e o

espaço social, exerce papel fundamental no processo de adaptação da criança ao mundo dos adultos; e (4) a individualidade da criança deve ser compreendida, respeitada e atendida. (CALDANA; OLIVEIRA, 2004, p. 586).

As alterações ocorridas na educação familiar no séc. XX, no sentido de sua democratização, se refletem mais especificamente nos objetivos visados pelos pais que podem ser reconhecidos a partir das qualidades e aptidões que os pais querem que os filhos adquiram (normas a serem transmitidas, expectativas e aspirações); dos recursos e métodos pedagógicos que os pais utilizam para transmitir seus valores ou ensinar comportamentos adequados aos filhos, dando forma e significado às relações entre seus membros; da repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe (autoridade e tarefas); e da atitude dos pais (abertura ou fechamento) perante os agentes externos de socialização, tais como amigos, televisão, escola, etc (MONTANDON ET KELLERHALS, 1991).

2.1.2 A criança como protagonista de seu processo educativo

Nas classes médias brasileiras, observa-se o investimento dos genitores na autonomia e independência dos filhos. A criança é introduzida como um elemento ativo, participante e determinante de seu processo educativo. Segundo Biasoli-Alves e Sigolo (1992, p.110), a participação da criança é muito maior no momento de decidir o que vai comer, nas atividades a serem por elas desenvolvidas e nos contatos sociais que estabelecem: “as mães têm por norma permitir que a criança tome iniciativas e a visualizam como capaz de tomar decisões, mesmo que dentro de limites”. Tal postura se diferencia da educação que elas receberam, fundada em regras bem determinadas, seguidas ao “pé da letra”, sem muita permissão para que a criança tivesse “voz e vontade”. Estes autores constataram que o número de regras que as mães utilizaram para criar os filhos nas últimas décadas é menor se comparado ao que exigiam as mães dos anos 30/40; por outro lado, cresceu o número de permissões, à medida que o tempo foi passando. Ademais, atualmente, nas práticas religiosas, as crianças estão muito mais livres e descompromissadas bem como “na exigência de privacidade para a realização de determinadas atividades ligadas ao Cuidado Pessoal, em especial daquelas que implicavam a visão do corpo da criança sem roupa” (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 45).

Ao abordar a autonomia das crianças, Montandon registra que essa questão apresenta variações segundo o sexo, a composição da família ou o pertencimento social dos pais.

Em termos de ação, mais particularmente das atividades que implicam uma autonomia concreta, as diferenças segundo o meio ou o sexo variam em função das atividades e do tipo de responsabilidades implicadas. Por exemplo, cuidar de crianças menores é uma tarefa mais recente entre crianças cujos pais são operários ou têm uma formação pouco elevada, ao passo que dormir na casa de um colega é uma atividade mais freqüente entre as crianças de classe média. (MONTANDON, 2005, p. 499).

Desta forma, esta autora ressalta que é importante apreender o que a autonomia significa para as crianças e analisar seu modo de tratar as exigências da autonomia de que são objeto, observando os contextos culturais e sociais nos quais estão inseridas (MONTANDON, 2005).

Biasoli-Alves observa ainda, dentro deste quesito, que existe um enorme esforço dos genitores em oferecer às crianças um ambiente estimulante, com atividades, jogos, brinquedos e brincadeiras, restritos a casa e ambientes pequenos a ela afins (2002; 1997). “A liberdade do filho vem condicionada à necessidade de desenvolvimento de sua autonomia, visando um adulto competitivo, independente e realizado profissionalmente” (1997, p. 45).

Montandon (2005) alerta ainda para o esforço permanente e intenso que resultam do exercício da autonomia, preço a ser pago no processo da democratização:

As práticas que encorajam a autonomia são exigentes para o indivíduo e podem ter um efeito desestabilizador sobre a criança e seus pais. É o preço da democratização, por assim dizer. No processo educativo, alcançar um equilíbrio entre excesso de submissão e excesso de liberdade, questão que preocupou Locke, Rousseau e tantos outros, é um exercício delicado. Além do mais, quando a autonomia se torna uma norma para um indivíduo, ela suscita um exame de si permanente e intenso, e logo, pesaroso. (MONTANDON, 2005, p. 487).

Seguindo a perspectiva da saúde emocional das crianças, outras expectativas dos genitores quanto ao futuro de seus filhos estão relacionadas à personalidade, aos comportamentos e à saúde da criança. O futuro profissional, as relações interpessoais e a aquisição de valores também foram dimensões mencionadas pelos genitores pesquisados por Braz *et al* (2005). Quando os pais das classes médias e baixas foram questionados por estes autores sobre os valores que transmitem às suas crianças e quais são suas expectativas quanto ao futuro dos filhos, os valores mais relatados foram: educação/boas maneiras, respeito aos mais velhos e às pessoas em geral, valores morais e obediência (relativos à conformidade);

afetividade, justiça, religiosidade e honestidade (valores humanitários) e a sociabilidade (dentre os valores relativos à autonomia). Nesta pesquisa, a ordem destes valores variou conforme o sexo dos genitores e a classe social destes, contudo não abordou as diferenças para meninos e meninas.

Com relação à classe social, os respondentes da classe média consideram mais importante transmitir para os filhos a sociabilidade, a afetividade e a obediência. Já os de classe baixa, a educação, o respeito, os valores morais e a dedicação ao estudo. (BRAZ *et al*, 2005, p. 155).

2.1.3 Diferenças de autonomia segundo os gêneros

Apesar dos progressos na dimensão da autonomia, observam-se diferenças entre os gêneros, com maior liberdade para os meninos. Na questão do controle ou da interferência na vida privada, Salem pontua, em estudo publicado em 1980, que as filhas sofriam maior vigilância, sobretudo na esfera da sexualidade, e menor privacidade no âmbito familiar (1980). Estes aspectos as levavam a desejar maior espaço e a agir no intuito de romper as “amarras” ou a empenharem-se por uma maior emancipação com respeito aos pais (1980), enquanto que os rapazes, pelo fato de geralmente cumprirem bem o papel que deles se esperava, a preparação da vida profissional por meio dos estudos, vivenciando uma menor interferência dos genitores em sua vida privada, não sentiam necessidade de buscar autonomia ou a independência destes. “O efetivo comprometimento dos jovens com o projeto de reprodução social da família parece explicar, pelo menos em parte, a autonomia e a independência que eles sustentam ter com respeito aos pais” (1980, p. 208). Ademais, afirma Salem que,

as expectativas que recaem sobre o filho na família pressupõem o estímulo a ações mais independentes e uma maior emancipação psicológica com respeito aos pais, embora preservando a fidelidade aos valores centrais da geração mais velha. (SALEM, 1980, p. 132).

Montandon confirma esta diferença de tratamento entre os filhos segundo o sexo, ao registrar que “pesquisadores acharam que o sexo da criança influencia os modos de educação, os pais sendo mais estritos com suas filhas que com os seus filhos” (2005, p. 489). Entretanto, ela afirma que as diferenças de tratamento das moças e rapazes estão relacionadas a uma

multiplicidade de fatores que exercem influência sobre os estilos educativos dos pais, tais como o pertencimento social e cultural destes, a história de vida da família, o tipo de funcionamento familiar, a integração da família na comunidade, etc; “outros fatores importantes a considerar são as representações que as famílias têm da infância, dos filhos ou ainda da autoridade” (2005, p. 490).

Contra-pondo-se à autonomia desejada pelos pais, ao menos em seus discursos, constatou-se, até a década de 80 uma superproteção na criação, sobretudo por parte das mães com relação às filhas (SALEM, 1980), podendo este retardo, na emancipação com relação à família, comprometer a transição do papel de filha para o de esposa e prejudicar a mudança psicológica necessária para a família de procriação (SALEM, 1980).

Acerca das diferenciações entre os gêneros, até a década de 80, os genitores preocupavam-se em preparar os filhos para o trabalho e as filhas para o casamento, o que gerou socializações diferentes, conforme afirma Salem (1980). Deste modo, com relação aos pretendentes para o casamento com os filhos, enquanto os pais esperavam que a filha se casasse com alguém que tenha ou já tem um futuro profissional promissor, as qualidades que as pretendentes deveriam apresentar estavam ligadas ao papel de mãe e esposa, de cunho mais afetivo do que instrumental: ser meiga, delicada e carinhosa (SALEM, 1980). Tanto é assim que as esferas prioritárias para as interferências parentais eram estabelecidas de forma diferente para os dois sexos: as moças sofriam de maior vigilância na área afetiva/sexual, ao passo que o controle básico exercido sobre os rapazes gira em torno de sua atuação acadêmica e profissional (SALEM, 1980).

Na pesquisa desta autora, os pais apontaram também como importantes os estudos das filhas e a atuação profissional destas, desde que não compromettesse o desempenho de seu maior talento: a maternidade. Percebe-se então que existe uma hierarquia de atribuições à mulher, estando a maternidade sobrepondo todas as demais áreas. Desta forma, o estudo e o trabalho não poderiam retirar da mulher o tempo devido aos filhos.

Outra diferença entre os gêneros pode ser notada na área do lúdico. O esforço dos pais pelo desenvolvimento das habilidades é diferenciado para meninos e meninas, sendo os jogos esportivos ensinados quase que somente para os meninos (BIASOLI-ALVES, 2002, 1997).

2.2 A EXPLICAÇÃO DO CERTO E DO ERRADO COMO MÉTODO PREVENTIVO E A INEFICÁCIA DAS PALMADAS

Ocorreram mudanças nas interações entre pais e filhos, notadamente na questão ligada à esfera da disciplina. Weber, L., Viezzer e Brandenburg (2004b), observam que as indicações para o uso de punição corporal como método disciplinar remontam há milênios, estando presentes em ditados populares de diferentes culturas, como a russa, “ama as crianças com o coração, educa-as com a tua mão”, ou a grega, “quem não foi bem castigado com a vara, não foi bem educado”, e em passagens bíblicas, como a que pode ser encontrada no livro de Provérbios, capítulo 23, versículos 13 e 14: “Não poupes ao menino a correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá, castigando-o com a vara salvarás sua vida da morada dos mortos”. Contudo, muitas maneiras de se educar as crianças, transmitidas ao longo das gerações, deixaram de ser vistas como verdades inquestionáveis, adotando os genitores outros recursos.

Desta forma, a punição física como recurso para corrigir comportamentos de desobediências das crianças aos pais foi gradativamente substituída pelo diálogo ou correção verbal, sendo atribuída grande eficácia à explicação do certo e do errado. Isto se deu em grande parte devido à crítica acentuada à surra, à palmatória, às chineladas (principalmente por parte da Psicanálise) e isto forçou uma mudança nos comportamentos disciplinares por parte dos adultos. Segundo Biasoli-Alves, a orientação é que os “encontros disciplinares” sejam cada vez mais preventivos, já que “o explicar/induzir propiciam uma base para a formação tanto de um conteúdo para a chamada consciência moral quanto da capacidade para se auto-restringir” (2002, p. 256). Esta mesma autora ainda adverte que permitir que a criança erre para depois corrigir vai exigir do ambiente altas doses de punição e, portanto, de violência contra ela.

Neste sentido, recordamos novamente a grande influência do campo psicológico na Contemporaneidade. Pesquisas na Análise do Comportamento, tal como a de Weber, L., Viezzer e Brandenburg (2004b) apontam que, apesar de a punição corporal produzir efeito imediato, possui diversas conseqüências nocivas para a criança, tais como raiva, vergonha, culpa, ansiedade, medo e fuga diante da pessoa que pune. Estes autores afirmam ainda que além de prejudicar o desenvolvimento infantil (gerando baixa auto-estima, comportamentos agressivos e anti-sociais, altos níveis de sintomas psiquiátricos e baixo bem-estar geral), a punição corporal traz muitos prejuízos a longo prazo, inclusive para outros com quem

convive, devido ao risco de delinquência, de criminalidade violenta, de violência contra o cônjuge (WEBER, L.; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004b). Apontam ainda para um caminho de redução dos comportamentos indesejados das crianças:

Se o uso da disciplina positiva [uso de reforçadores] for sistemático, se o estabelecimento de regras [limites] for consistente e lógico, se houver supervisão constante, modelos positivos, incentivo à autonomia da criança e fortalecimento de sua auto-estima, não sobrarão muito espaço para a ocorrência de comportamentos inadequados significativos. (2004b, p. 229)

No trabalho de Moreira e Biasoli-Alves (2005), sobre as concepções e práticas de genitores da camada média, acerca da educação de filhos, as autoras demonstram que pais e mães ainda utilizam a punição física. Segundo essas, quando os filhos ultrapassam “os limites estabelecidos” e os pais não conseguem resolver os problemas através de conversas, “retomam do passado à punição física e introduzem também o castigo” (2005, p. 147).

A Psicologia reformulou o conceito de disciplina. Este é compreendido como “ajudar uma criança a desenvolver seu autocontrole, estabelecer limites, ensinar comportamentos adequados e corrigir os inadequados” (WEBER, L., VIEZZER; BRANDENBURG, 2004b, p. 235). Envolve também o encorajamento da criança e o desenvolvimento de sua auto-estima e de sua autonomia, ou seja, prepará-la para o mundo.

Uma vez que a comunicação abre-se integralmente e passa a ser valorizado pelos pais o “dizer tudo sempre” e do “se expressar”, nos últimos tempos a partilha dos problemas do mundo adulto foi ficando cada dia mais freqüente. Segundo Biasoli-Alves, “foi aberto um canal de liberdade para que as crianças se dirijam aos adultos de forma livre, sem levar em conta diferenças de papel, de experiência, de conhecimento” (2002, p. 252). Antes, o pouco diálogo, não possibilitava o questionamento do comportamento dos pais.

Uma outra mudança observada foi no uso da afetividade, por parte das mães, como forma de conseguir a obediência dos filhos. Para Romanelli, “o uso da afetividade permite estabelecer uma relativa igualdade nas relações entre a genitora e os filhos, o que contribui de modo decisivo para aproximação de ambos e para preservar parte da autoridade materna” (1995, p. 87).

Biasoli-Alves nota ainda a passagem do controle externo dos pais ao autocontrole das crianças, “deixar fazer tudo o que elas querem” (2002, p. 249) acreditando que a livre-determinação destas é fundamental para uma vida futura saudável. Nos trabalhos sobre educação parental, atribui-se às práticas educativas dos genitores os inúmeros males à deterioração da relação entre educadores e crianças e, mais particularmente, ao

enfraquecimento da autoridade dos pais (MONTANDON, 2005). Biasoli-Alves (2002), por exemplo, afirma que os processos sociais e o pensamento democrático atingiram diretamente a vida familiar de forma que, num espaço de poucas décadas, a autoridade dos adultos passou de extremamente valorizada a criticada e depreciada. Em outra produção, ela afirma ainda que:

Existe uma elevação da importância de valores mais democráticos tendo havido uma transformação profunda dos valores sociais em que os libertários substituíram os autoritários, fazendo com que nas famílias, nas escolas e no trabalho as pessoas estejam menos dispostas a aceitar a autoridade. (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 36).

Contudo, Montandon (2005) ressalta que embora os pais não exijam a submissão incondicional dos filhos, como costumava ser no passado, a antiga geração não abre mão da autoridade que, segundo esta autora, está sendo redefinida. Desta forma, um caminho que está se traçando pode ser o da flexibilização da autoridade, mas não uma extinção dela. Apesar de notar que as práticas autoritárias são substituídas pelas democráticas, Montandon (2005), citando Singly (2002), concorda com a idéia de que a negociação não é sinônima de abandono da autoridade. Este autor ressalta que nenhuma família funciona segundo um princípio explícito de recusa da autoridade e afirma que “nas famílias ainda existem certas proibições e regras que os pais não discutem e que os filhos aprendem que, se algumas coisas são negociáveis, outras não o são” (2005, p. 488).

2.3 A REPARTIÇÃO DOS PAPÉIS EDUCATIVOS ENTRE O PAI E A MÃE

2.3.1 Simetria de poder na esfera intrafamiliar e perda da autoridade paterna

Ao se tratar da evolução da autoridade do pai e da mãe, observa-se no modelo hegemônico de família nuclear⁶, a força incontestável que o pai possuía, no comando e

⁶“Uma estrutura hierarquizada no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e os filhos, a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre estes e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mães e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual” (ROMANELLI, 1995, p. 75).

transmissão de orientações aos filhos, estando a sua autoridade legitimada em fatores como: a provisão financeira da família, o saber adquirido, as posições hierárquicas de marido e pai, e pelo caráter institucional de representante da unidade doméstica (ROMANELLI, 1995). Já a autoridade da mãe se baseava também no conhecimento acumulado no passado, assim como nos afazeres domésticos, nos cuidados em caso de doenças e na afetividade.

Com a extensão da escolaridade, os filhos passam a considerar o saber acumulado dos pais como inadequado frente às novas situações que, por não terem sido vivenciadas pelos genitores, torna nula a sua experiência. Este fato, somado à entrada da mulher e dos filhos no mercado de trabalho (sendo o pai por muito tempo o único provedor), gerou o aumento da simetria entre os membros da família, num contexto antes marcado por relações mais hierarquizadas. A alteração nos vínculos que unem os esposos e eles aos filhos, somada à divisão sexual do trabalho, recrudescer a perda da autoridade do pai.

A articulação que Foucault (1987) faz entre saber e poder é útil para o estudo de questões educacionais, como no caso do descrédito do filho diante do conhecimento do pai. Segundo este autor, poder e saber, como dois lados do mesmo processo, entrecruzam-se no sujeito, seu produto concreto. Não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não pressuponha e não constitua relações de poder. Saber é poder. Então, inferimos que quando o filho não reconhece como válido o conhecimento do pai, o poder que o pai tem sobre ele diminui.

O interesse de Foucault é onde o poder se manifesta, ou seja, o micropoder que se exerce (não que se detém) e que se distribui capilarmente. Buscando elucidar como se deve entender a resistência na perspectiva foucaultiana, Veiga-Neto sustenta algo que pode ser relacionado à resistência da autoridade do pai pelo filho, ao afirmar que o poder se dispõe em uma rede, na qual há pontos de resistência minúsculos, transitórios e móveis. "A resistência ao poder não é a antítese do poder, não é o outro do poder, mas é o outro numa relação de poder - e não de uma relação de poder" (VEIGA-NETO *apud* GALLO, 2006, p. 34). Isto nos faz pensar em como fica a assimilação dos ensinamentos paternos neste momento do processo educativo.

Segundo Alberti e Martinho, citados por Gallo (2006), discussões sobre as noções como carência paterna, declínio do pai, enfraquecimento do poder familiar e da autoridade do pai no seio da família e a desvalorização da imagem social do pai estiveram em voga no período do pós-guerra, a partir de meados do século XX. "A idéia de 'carência paterna' coloca o pai no banco dos réus: as imagens de pais fracos ou ausentes constituem tal fenomenologia do pai". Estes autores afirmam ainda que a expressão "carência paterna" aparece no conjunto

de produções dos que se propõem a estudar os efeitos psicológicos e sociais da ausência do pai, ou “os efeitos da ausência de algumas de suas características - a de comando, por exemplo - em relação a uma realidade familiar”.

Se os pedagogos, frente a essa carência, temem pelo futuro das famílias, os psicólogos, por sua vez, receiam que se realize a perda das identificações sexuadas das crianças. A diminuição da autoridade dos pais no seio das famílias é considerada como causa direta do enfraquecimento da imagem paterna da criança, fenômeno esse que, segundo tais especialistas, acarretaria perturbações psíquicas nas crianças. (ALBERTI, S.; MARTINHO, M.H. *apud* GALLO, 2006, p. 34).

Então ocorre um decréscimo maior na autoridade do pai do que o da mãe, contando esta com outras estratégias para a obediência dos filhos, como o uso da afetividade, como já foi dito. Assim, o deslocamento do centro da família faz-se da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”. A redução da legitimidade da autoridade do chefe de família abre espaço para o questionamento, tanto de sua autoridade quanto do exercício de seu poder no interior de uma estrutura familiar que, lentamente, deixa de ser hierarquizada para tornar-se igualitária (ROMANELLI, 1995). No ideal de família igualitária que sucedeu o da família patriarcal – na qual a identidade dos membros é posicional e que determina uma rígida demarcação de papéis que os torna diferentes – a identidade dos sujeitos passa a ser idiossincrática, ou seja, homens e mulheres, pais e filhos são iguais enquanto indivíduos e as diferenças são atribuídas à individualidade de cada sujeito que, é livre para optar e as escolhas não são consideradas certas ou erradas de antemão (CALDANA; OLIVEIRA, 2004).

Segundo Romanelli (1995), a redução da autoridade do pai e do marido, cada vez mais presente nas famílias de camadas médias, contribui fortemente para que os filhos assumam a posição de “sujeitos de direitos”, ficando para segundo plano a condição de “sujeitos de deveres”. A democratização da vida doméstica, estando todos os membros num nível mais ou menos semelhante, também contribui para a emergência e concretização de interesses individuais. Nota-se então que o familismo – expressão utilizada por Ariès (1981) para denominar uma realidade em que o interesse coletivo da família predominava sobre as vontades individuais – passa a ser gradativamente substituído pelo individualismo. A ação socializadora das famílias de camadas médias concorre então para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo. Uma sociabilidade entre os gêneros mais equilibrada, com maior repartição dos afazeres domésticos e do cuidado das crianças entre a esposa e o marido se dá com mais frequência entre os segmentos da classe média, com maior escolarização e mais abertos às inovações culturais (ROMANELLI, 1995, BIASOLI-

ALVES, 2002; BIASOLI-ALVES; SIGOLO, 1992).

Uma outra alteração na atitude dos pais com respeito aos filhos pode ser observada no aumento das trocas afetivas, sobretudo do pai, que antes não manifestava muito carinho e mantinha-se mais distante, em consonância com o modo como a sociedade estruturava os papéis anteriormente. Segundo Romanelli (1995) era esperado que o pai desse o exemplo, a orientação, a provisão e encarnasse a figura de autoridade do lar, da mãe se esperava os cuidados e o afeto. Neste sentido, este autor ainda enfatiza que “como a autoridade masculina, a afetividade materna era considerada natural, já que o vínculo entre mãe e filho é naturalmente dado na reprodução biológica” (1995, p. 78).

Por fim, a conversão dos pais em amigos anula idealmente as posições de hierarquia e poder no interior da família. No universo pesquisado por Salem (1980), a autora constatou que a recusa de um maior envolvimento nos problemas da outra geração (pais e filhos) é duplamente ameaçante. Enquanto para as filhas o envolvimento excessivo apoiava-se na perda de uma identidade própria, para os pais a ameaça surge ao se depararem com o filho como uma pessoa independente da família. Esta independência dos filhos pressupõe uma distribuição desigual de poder, o que implica na perda relativa da autoridade dos genitores sobre os jovens. Assim sendo, a superproteção e o controle exercido sobre as jovens podem ser encarados como mecanismos para evitar esta paridade de poder, no que tange aos destinos dos filhos (SALEM, 1980).

2.3.2 O declínio da figura paterna

As alterações nos papéis parentais ainda podem ser apreendidas a partir dos programas televisivos. Realizando em sua pesquisa uma análise histórica que abordou os últimos quarenta e cinco anos, Brito (2005) constatou que houve uma “supervalorização da figura feminina ao preço, porém, de uma redução da validação social de ser pai” (2005, p. 52), acarretando grandes mudanças dos diferentes papéis acumulados pela mulher e, conseqüentemente, certo estremecimento no sólido lugar ocupado até então pelo homem.

No início da década de 60, os seriados e desenhos reproduziam a visão sócio-cultural dada ao homem na época, como “chefe de família”, “defensor do espaço público e o privado”, que ministrava importantes lições de vida às crianças, simbolizando o saber paterno, transmitido a partir de suas vivências. “Ponderado, inteligente, sempre dispunha de palavra

sábua ou de solução gloriosa para as situações criadas por seus filhos” (2005, p. 50). Além disto, aliada às teorias científicas da época, a mídia reafirmava o lugar da esposa como aquela que cuida dos filhos e auxilia o marido, este sim alçado à categoria de pai-herói, divulgando e reforçando a mentalidade abaixo registrada.

A desvantagem física e o instinto materno eram argumentos utilizados pela sociedade para distanciar a mulher do espaço público. Ao mesmo tempo, homens eram afastados das tarefas domésticas, vistos como aqueles que “não tem jeito para isso”, preparados, no entanto, para zelar por uma ética da família. As desigualdades em relação aos direitos e deveres entre homens e mulheres eram aceitas e legitimadas culturalmente. A boa mãe era aquela que se sacrificava e educava os filhos na ausência do marido, empenhada em manter um ambiente acolhedor em que todos pudessem se sentir bem. (BRITO, 2005, p. 50).

Porém, enquanto na década de 60, alguns programas televisivos da época retratavam a supremacia dos homens sobre as mulheres, nos anos 70, seriados retratam a astúcia das mulheres que por meio do “jeitinho feminino”, ou seja, de seu poder de persuasão, impõem a sua vontade e influenciam o marido, sendo as verdadeiras controladoras das situações (BRITO, 2005). Brito (2005), citando Dumont, afirma que mudanças iniciadas na década de 70 - como a perspectiva dos “novos pais”, influenciada pelos movimentos feministas – contribuíram para a visão de parceria entre os cônjuges, quando a família passou a ser classificada como “simétrica”. Ela alude também a Figueira quando registra que este autor já usava o termo “igualitária” para se referir à família da década de 80, advertindo a coexistência do hierárquico e do igualitário, ou ainda, a oscilação de um pólo a outro, dependendo da situação enfrentada.

Nesta época, não se pode deixar de ressaltar a repercussão que obteve o movimento feminista na luta contra a opressão direcionada às mulheres, incluindo a contestação da ordem familiar hierárquica vigente e a busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres. (BRITO, 2005, p. 51).

Analisando alguns desenhos animados da década de 90, Brito (2005) alerta para o enaltecimento do papel da mulher e os abalos sofridos não só na autoridade paterna, mas também na figura masculina:

o papel do homem é enfraquecido enquanto imagem social, quando, contrariamente, o das mulheres é enaltecido. Ou seja, é feita uma comparação de atitudes e comportamentos, sendo o pai menosprezado no que diz respeito à dimensão simbólica da palavra, com fragilização de sua figura. Compreende-se que tais abalos se estendem não só à figura masculina, como também à autoridade paterna na forma como era representada na família nuclear. (BRITO, 2005, p. 52).

Além das alterações nas imagens ou representação dos genitores, programas infantis lançados na década de 90 expõem situações da vida a partir do ponto de vista das crianças. Desta forma, os adultos, tais como o pai, a mãe e o avô são retratados como aqueles que apenas cuidam das necessidades básicas das crianças. Na série *Rocket Power*, por exemplo, o principal adulto, que é pai de duas crianças, comporta-se como se fosse um irmão de seus filhos. Outras séries mostram que são os filhos que salvam as famílias de grandes dificuldades ou então que os menores de idade são cercados por adultos irresponsáveis. Em outras palavras, há uma exaltação da criança e uma desvalorização do adulto e o fato da criança ser considerada mais esperta do que este, revela uma característica do ideário moderno: a desvalorização do conhecimento adquirido no passado, considerando-se este ultrapassado.

Ressaltamos ainda que em vários desenhos e programas televisivos as crianças têm sido transformadas em figuras de autoridade e “parecem encontrar menores objeções e limites, dadas a insignificância e a indefinição do alcance da autoridade de seus responsáveis” (BRITO, 2005, p. 55). Sendo as crianças e jovens os extratos mais bombardeados pela mídia, a autora registra que:

parece difícil aos pais sustentarem por muito tempo o seu lugar junto aos filhos, ou seja, o lugar de autoridade, de transmissor de valores, já que sofrem diversas pressões sociais para que tornem seus filhos, cada vez mais cedo autônomos, ou, quem sabe consumidores autônomos. (BRITO, 2005, p. 54).

2.4 O COMPORTAMENTO DOS PAIS FRENTE A OUTRAS INSTÂNCIAS EDUCATIVAS

Apesar de a família ser considerada como a matriz básica das relações e emoções, e o local que forja a “identidade primeira” do indivíduo (BIASOLI-ALVES, 1995) ou onde são internalizadas as normas culturais e estabelecidos os nexos básicos para o desenvolvimento ulterior (BIASOLI-ALVES, 1997), a partir das décadas de 1960/70 passa-se a se explicar o desenvolvimento da criança por meio de uma socialização interdependente, ou seja, são considerados, além das influências da família, principal responsável pela “moldagem” do indivíduo, os fatores que ela traz internamente e outros meios do ambiente que a circunda. Até este momento pensa-se a determinação do homem de fora para dentro, mas a partir de então o ideal é colocado no homem com sua individualidade, em sua subjetividade. “Assim, o

‘entorno’ é importante, mas existe a capacidade do homem assimilar o ambiente transformando-o de acordo com suas características pessoais” (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 45).

Desta forma, existem vários outros ambientes que afetam o processo de socialização: escola, igreja, mídia e grupo de pares. Este último, porém, tende a constituir-se como referência fundamental na orientação da conduta de crianças e adolescentes (ROMANELLI, 1995), sobretudo as das camadas médias, que vão mais cedo para o ambiente coletivo, sendo influenciados por valores e normas que não são os da família (BIASOLI-ALVES, 1997). Na pesquisa de Salem, constatou-se que os pais tendem a apontar os amigos dos filhos como “seu grande competidor” e sugerem que o contato dos filhos com “más influências” leva-os a desviarem das expectativas desejáveis. Assim, a proveniência familiar dos amigos dos filhos mostrou-se ser de suma importância para a maioria dos genitores entrevistados por Salem (1980). Estes afirmam ter vivenciado uma época em que a contradição existente entre o ambiente de casa e o dos amigos não era tão marcante quanto na atualidade e atribuíram ao grupo de pares a grande responsabilidade pelo aumento do hiato geracional ou do choque de gerações.

No ambiente em que eu vivi não havia discrepância entre o que o meu pai me ensinava e o que eu aprendia fora de casa. Mas hoje o que eu quero transmitir em casa não tem nada a ver com o ambiente de meus filhos e por isto meus conselhos não têm eco. O que eu falo não tem força de exemplo, não tem força de lei, não tem força de recomendação. É por isto que a transmissão do meu pai para mim tinha maior efeito do que a minha para os meus filhos. (SALEM, 1980, p. 155)

Salem (1980) constatou ainda que as divergências entre as gerações deviam-se sobretudo à visão de mundo diferente entre estes atores, ou seja, a base valorativa era diferente. Ao abordar a importância dos pares na influência do comportamento das novas gerações, esta autora afirma que no curso da interação social, quando as interpretações da realidade são contestadas por outras definições, os padrões decaem, sendo parcialmente redefinidos ou até mesmo substituídos.

Biasoli-Alves (1997) registra ainda que tem aumentado a divergência de interesses e atividades entre as gerações, sendo que as mais jovens têm procurado sistematicamente se colocar contra os modelos com que se identificavam na infância e vislumbram um projeto de vida - em termos afetivos, profissionais e no seu papel de socializadores - que se distancie do que foi levado a efeito pelos pais.

Neste capítulo, apresentamos os elementos constitutivos da democratização das

práticas educativas, uma vez que a identificação e a contextualização histórica deste processo são tarefas essenciais para a compreensão das alterações do processo de socialização de filhos.

Como foi visto, ocorreram mudanças expressivas nas relações de poder e autoridade tanto entre os cônjuges quanto entre estes e os filhos. Fatores como o aumento da escolarização dos filhos, profissionalização e emancipação da mulher, mobilidade das gerações mais novas, maior simetria nas relações entre os sexos no interior do casal e da casa e a forte influência do movimento feminista contribuíram para a democratização da vida doméstica.

Com o advento, no final do século XX, da moralidade “Individualista e de Curtição”, que passa a constituir-se como o ideário moderno da educação, a cultura psicanalítica introduz um novo *ethos* familiar.

Apesar do processo de modernização dos valores familiares, existem grupos, como é o caso dos evangélicos, que mantêm concepções ligadas à tradição cristã e as transmitem aos seus fiéis. O principal fator a interferir na efetivação do modelo protestante constitui-se então o processo de democratização em curso na sociedade, haja vista a influência dos contextos sócio-histórico-culturais nos objetivos da educação.

3 A OPÇÃO PELO DISCIPLINAMENTO ENQUANTO MODELO EDUCATIVO

Como já assinalei no Capítulo 1, a literatura brasileira sobre as práticas educativas parentais tem apontado para alterações no modelo tradicional no sentido de sua democratização, cujos elementos constitutivos, delineados por vários estudos são: o investimento dos pais na autonomia e independência dos filhos, a adoção de “um enfoque antiautoritário ligado à preocupação com a felicidade da criança, traduzida como bem-estar emocional, e à importância atribuída à expressão de afeto e a proximidade através do brincar” (CALDANA; OLIVEIRA, 2004, p. 586).

Com vistas a entender melhor o paradigma adotado por eles, entrevistei pastores e pessoas responsáveis pela área familiar de algumas denominações evangélicas e o que mais me chamou atenção em meu primeiro encontro com estes foi a pergunta: “você é evangélica?” Informando-os que minha família de origem também possui evangélicos, senti que os entrevistados se sentiram mais à vontade para falar e demonstraram receptividade.

A moral cristã sempre esteve presente de forma marcante no âmbito sócio-histórico-cultural brasileiro, mas tem havido um consenso entre os estudiosos quanto às interferências do processo de secularização dos valores religiosos nas sociedades, sobretudo no período contemporâneo.

No universo cristão, a dualidade estabelecida entre o bem e o mal, Reino de Deus e mundo, hierarquiza estas dimensões, sendo os primeiros apresentados como superiores e contrapostos aos segundos. “Uma rígida forma de regulação do corpo, da sexualidade e da saúde é acionada na demonstração clara do rompimento com o mundo” (COUTO, 2001a, p. 41).

Visto o conteúdo do primeiro capítulo, nos perguntamos: até que ponto o processo de democratização penetrou nos valores educativos transmitidos pelos evangélicos? Este capítulo foi desenvolvido no intuito de nos fornecer subsídios para responder esta questão.

Pesquisadores (GRUSEC e LYTTON; HANICH, TOLAN E GUERRA *apud* WAGNER, 2003) revelam que o sistema de crenças dos genitores é determinante na relação que eles estabelecem com seus filhos. Desta forma, podemos afirmar que as orientações educativas dos pais estão baseadas em valores que por sua vez se relacionam à sua crença religiosa.

A fim de identificar as orientações transmitidas pelas denominações evangélicas acerca da educação de filhos, realizaram-se entrevistas com pastores e pessoas engajadas nos ministérios de famílias das mesmas igrejas freqüentadas pelas mães que compõem a amostra deste trabalho. Contudo não foi possível contemplar todas as denominações pela falta de disponibilidade, tanto dos representantes das mesmas, quanto desta pesquisadora.

Entrevistamos representantes das igrejas Presbiteriana, Batista, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular e Metodista Wesleyana, sendo as duas primeiras classificadas como tradicionais e as três últimas como pentecostais, ligadas ao chamado “pentecostalismo clássico”⁷. O quadro abaixo caracteriza as igrejas estudadas de forma mais sistemática:

Denominação	Ano de Fundação no Brasil	Local de origem / País de origem	Classificação (Tradicional ou Pentecostal)
Presbiteriana (IPB)	1859	EUA	Histórica
Batista ⁸	1882	EUA	Histórica
Assembléia de Deus	1911	Brasil / Pará	Pentecostal
Evangelho Quadrangular	1953	EUA	Pentecostal
Metodista Wesleyana	1967	Brasil/Rio de Janeiro	Pentecostal

Fonte: Núcleo de Pesquisa – ISER e CIN: Censo Institucional Evangélico de 1992

O local de realização destas entrevistas foi na sede destas igrejas, geralmente na sala de trabalho de cada um dos relatantes. Estes foram abordados com o intuito de esclarecermos as orientações gerais dadas pelas Igrejas para a educação de filhos. Ainda foram tratados outros aspectos que envolvem a diferença religiosa dos pais e suas ressonâncias no processo educativo dos filhos.

As entrevistas com os representantes das igrejas⁹ duraram entre 1h e 1h30, divididos em dois momentos¹⁰. No primeiro deles o roteiro foi composto de uma pergunta geral e quatro específicas referentes aos quatro aspectos eleitos nesta pesquisa para a abordagem da

⁷ Segundo Bittencourt Filho (1994), esta designação que corresponde às igrejas originadas do movimento missionário pentecostal dos EUA, do início do séc. XX, se contrapõe à do Pentecostalismo Autônomo (PA) que constitui-se no grande fenômeno religioso brasileiro atual. Este baseia-se na tríade: cura-exorcismo-prosperidade.

⁸ Segundo Freston (1994) a primeira Igreja Batista foi fundada na Bahia, mas o Rio de Janeiro logo se firmou como o centro de irradiação.

⁹ A formação profissional dos seis entrevistados perpassa as seguintes áreas: Pedagogia, Psicologia e Teologia, sendo ainda dois deles Especialistas (Metodologia do Ensino Superior e Aconselhamento Pastoral).

¹⁰ No caso da Assembléia de Deus, o primeiro momento foi respondido pela Diretora do Departamento de Ensino da Igreja e a segunda parte foi o pastor presidente que respondeu.

educação de filhos, quais sejam: as qualidades e aptidões que os pais devem incentivar ou transmitir aos filhos; os métodos e recursos que os pais devem privilegiar para educar os filhos; o papel do pai e da mãe na família e como os pais devem se comportar frente a outras instâncias educativas, tais como a escola, os amigos, a TV e a Internet. No segundo dia, foram realizadas perguntas referentes à diferença religiosa dos pais e suas ressonâncias no processo educativo dos filhos. Estas envolvem questões como: a influência da religião materna na educação do filho, as principais características do modelo adotado pelas mães evangélicas para educar seus filhos, as habilidades que devem ser desenvolvidas nos filhos por genitores que não partilham da mesma fé, dentre outras.

O tempo de atuação dos entrevistados nestas igrejas (nos cargos que ocupam) variou entre um ano e meio a 26 anos. Estes foram considerados por nós pesquisadores, como capacitados para expressar o pensamento da igreja sobre educação de filhos, uma vez que trabalham nesta instituição diretamente nesta área, ministrando formações para pais, filhos e educadores. Lembramos que as informações que transmitem exercem influência na construção das representações sociais que norteiam a vida dos indivíduos que participam destas instituições religiosas.

Não analisamos as especificidades de cada denominação em relação à educação familiar, mas procuramos abordar os pontos consensuais existentes entre elas. Três das cinco maiores denominações evangélicas¹¹, em termos de número de adeptos, estão entre as estudadas neste trabalho, segundo dados do IBGE (Atlas da filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil), de 2004.

3.1 DESTAQUE PARA O AMOR E A SABEDORIA

Sobre qualidades e aptidões que os pais devem incentivar ou transmitir aos filhos, as lideranças evangélicas ressaltaram sobretudo os valores e virtudes pertencentes à moral cristã: amor, obediência, continência, submissão aos pais, honestidade, integridade, sinceridade, lealdade, fidelidade, domínio próprio, mansidão, respeito, honestidade, presteza, solidariedade, não roubar, não adular, não matar, não mentir, respeito. Dentre estes

¹¹ A primeira delas é a Assembléia de Deus, com 8,4 milhões de adeptos, seguida pela Batista, com 3,1 milhões, a Congregação Cristã no Brasil, com 2,5 milhões, a Igreja Universal do Reino de Deus, com 2,1 milhões e a Igreja do Evangelho Quadrangular, com 1,3 milhão de fiéis.

apontam o primeiro, o amor (a Deus e ao próximo) como requisito para a vivência de todos os outros, sendo ainda apontado como fator inibidor de ações que prejudicam a convivência social.

O primeiro princípio que passamos aos pais é ensinar seus filhos a amar a Deus acima de todas as coisas e ao seu próximo, a falar sempre a verdade, a nunca fazer aliança com a mentira, por pior que seja, deve ser falada a verdade, ta entendendo? (Quadrangular)

“Amarás a Deus sobre todas as coisas e ao seu próximo como a Ti mesmo”. Isto é o resumo de todas as coisas, porque se eu amar ao meu próximo, eu não vou adular com a mulher dele, eu não vou roubá-lo, eu não vou mentir, eu não vou matá-lo, eu não vou desrespeitar meus pais [...] (Batista)

Os entrevistados também trataram de qualidades ligadas aos papéis masculinos e femininos definidos pela clássica divisão sexual do trabalho, esperando que os filhos sejam trabalhadores e estudiosos e que as filhas sejam caseiras e tenham de “bom comportamento”. Os evangélicos alertam também para a importância da sabedoria da mulher para a harmonia, união e edificação familiar. “A Bíblia fala que ‘a mulher sábia edifica a casa, mas a tola, com suas próprias mãos a derruba’, então é necessário que ela tenha este entendimento” (Assembleiana).

[...] esta questão da sabedoria é importantíssima...então cada mulher tem que procurar ser sábia para ter paz em sua casa, sabe? [...] Então, quando ela não é sábia ela põe tudo a perder, a casa, os filhos, o marido, uma relação...tudo.” (Batista)

3.2. A INTERIORIZAÇÃO DA DISCIPLINA E AS SANSÕES NORMALIZADORAS

3.2.1 Valorização da assimetria entre pais e filhos

Como foi visto no primeiro capítulo, um dos aspectos da democratização é a amizade entre os genitores e seus filhos. Este aspecto foi também apontado pelos representantes das denominações religiosas: os genitores devem se esforçar para serem as pessoas mais próximas do filho, os melhores amigos que este pode ter. Todavia, apesar de pregar a amizade, que supõe relações simétricas entre as partes, os evangélicos reconhecem a existência de uma relação desigual entre pais e filhos que se expressa, dentre outros modos, pela obediência que deve manifestar o filho perante as ordens e decisões parentais. Essa hierarquia é julgada

necessária e sadia, já que os genitores se encontram em posição superior por sua experiência de vida, devendo o filho colocar-se na posição de aprendiz. Assim sendo, a amizade para os entrevistados se refere à confiança (e não a uma relação simétrica entre os genitores e os filhos), necessária para criar um espaço de socialização homogêneo, controlado pelos pais, a fim de garantir a transmissão de valores, ideários e assim a reprodução do grupo.

Indiscutivelmente, o pai e a mãe estão num plano diferente do filho. Agora ser amigo, é muito interessante [...] o amigo é uma pessoa que se faz semelhante ao outro para se conviver com ele, então, apesar do pai ser o líder, ele tem que sentar com o filho. (Assembléia de Deus)

Os evangélicos por entenderem que a confiança é fator que aumenta a possibilidade de suas orientações serem acolhidas pelos filhos, consideram-na imprescindível no relacionamento pai-filho. Assim, o filho se sente “à vontade” com seus genitores e tem a coragem de confidenciar-se a estes, sem temor de dizer-lhes a verdade dos fatos, não sentindo necessidade de “esconder as coisas”: o filho só se mostra por inteiro aos pais quando os consideram pessoas compreensivas, capazes de acolhê-los incondicionalmente, aceitando-os como são e como estão, inclusive com seus erros, como faz um amigo. Sendo amigos de seus filhos, os genitores não correm o risco que esse papel seja ocupado por pessoas que não tenham posturas ou posições condizentes com seus ensinamentos.

Uma outra coisa que os pais têm que entender é que eles têm que ser amigos dos filhos. Eu e meus filhos éramos amigos, porque se você não for, outros serão [...] amigos a ponto de saírem juntos porque muitas vezes os filhos não têm confiança de sair junto com os pais porque os pais são muito repressores [...] e eu deixava elas bem à vontade, porque eu não tive problemas delas quererem fazer algo escondido, porque era tudo conversado, tudo sem elas terem medo de falar [...] e mesmo coisas que nós não concordávamos, eu explicava porque não concordava e dizia que quando ela fosse maior ela ia decidir, entender. (Quadrangular)

[...] que os pais procurem ser amigos dos filhos para que os filhos confiem neles e não em outros colegas que não tem uma boa instrução para dar. (Assembléia de Deus)

Este grupo social valoriza a assimetria nas relações pais e filhos. Estando os primeiros num nível hierarquicamente superior exigem dos últimos a obediência perante seus direcionamentos e decisões. Neste sentido, os evangélicos entendem como importante o exercício da autoridade parental para o êxito do processo educativo e para a manutenção da “ordem do lar” e até mesmo da sociedade, já que os filhos aprenderão assim a respeitar outras

figuras de autoridade. Entretanto, a afetividade é um recurso utilizado neste processo de docilização.

Desta maneira pode-se entender porque os evangélicos encaram como benéfica a delimitação dos limites aos filhos por parte dos pais: a demonstração ao filho de seu lugar na hierarquia da família, contribui para a obediência deste e para a legitimidade da produção de regras por parte dos genitores. Assim sendo, as concepções de limite dos evangélicos envolvem o estabelecimento de regras, cujo não cumprimento implica em “sanções normalizadoras” nos termos foucaultianos, e estas se concretizam por meio do que chamam de “correções”, entendidas como atos necessários para o disciplinamento da criança (questão que será tratada mais adiante). Sobre as sanções, Foucault afirma que a aplicação da penalidade disciplinar se dá quando há inobservâncias do que foi explicitado por uma “lei”, sobre aquele que a infringe.

na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal que é beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. (FOUCAULT, 1987, p. 149).

No segundo capítulo de sua obra “Vigiar e Punir”, Foucault comenta acerca dos recursos para o bom adestramento: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Sobre a vigilância hierárquica, este autor faz referência ao olhar que deve ver sem ser visto e que busca informações sobre o outro “através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo” (1987, p 143). Tais observações permitem um “controle interior articulado e detalhado” e de forma constante, dado que o aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar a tudo ver permanentemente. Foucault afirma que “nada escapa ao olho perfeito que é ao mesmo tempo centro em direção ao qual todos os olhares convergem” (1987, p. 156). Assim sendo, “na disciplina são os súditos que devem ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles” (1987, p. 156).

Seguindo este raciocínio é possível compreender porque os limites são valorizados e apontados como necessários na formação de filhos. Um dos motivos apontados é o da não inversão dos papéis e assim passem a lhes dar ordens ou coagi-los a fazer algo em seu próprio benefício ou para a sua conveniência. Relacionada à questão dos limites, está a importância dos pais ensinarem o que é correto e de estabelecerem acordos antecipadamente, numa atitude pró-ativa. Ferramentas que podem substituir atitudes parentais como a reação e a punição.

Determinar limites bem cedo, os limites não podem ser deixados para depois [...] Se você não tem limite, vai matar alguém, fazer mal ao outro. Esta geração tem pais modernos e por isto, não tem limites. É por isto que é uma geração de pequenos marginais, de pequenos tiranos, que fazem o que querem [...] E também o pai tem que dizer o que é bom para o filho, porque a maioria dos pais não define nada e querem proibir. Se não existe um princípio, então não há como proibir, como o filho vai saber que o pai não quer que ele chegue à uma hora da manhã se ninguém determinou um horário certo? (Assembléia de Deus)

Condizente com o relevo dado pelos evangélicos à amizade como método educativo, o diálogo aparece como meio privilegiado de orientação, correção, resolução de impasses e de mudança de atitudes. A maneira de se exortar também é abordada como um ponto importante. O ideal para os evangélicos é que os genitores, ao corrigirem a criança, chamem-na à parte, a fim de que esta não se sinta constrangida na frente de outras pessoas. O poder de transformação pelo diálogo tem sua eficácia relacionada ao afeto, ou seja, quando ocorre sem agressão (violência verbal). Entendendo o diálogo neste caso como uma exortação, penso que este pode constituir-se em uma sanção normalizadora.

Então se o pai determinar limites bem cedo, nunca ele vai precisar disciplinar ou tocar a mão no filho, porque as palavras terão poder sobre ele. (Assembléia de Deus)

Primeiro é o diálogo, diálogo significa ‘através da palavra’ [...] chamá-la (criança) à parte, para uma conversa, e em cima de uma repetição de diversas desobediências enfim, aplicar-lhe um castigo que lhe seja didático, às vezes é tirar-lhe um bem, tirar um privilégio [...] o ideal é: o diálogo, tirar privilégios e estabelecer conseqüências assim. (Presbiteriana)

Os evangélicos entrevistados indicam ainda uma ordem “ideal” de atitudes parentais para se educar uma criança em desobediência: o diálogo, o castigo e, se ainda assim o filho não obedecer, as palmadas. A pesquisa de Moreira (2005) indica que este tipo de comportamento por parte dos genitores se relaciona à classe social a qual pertencem: a média. Estes dois últimos recursos devem sempre estar associados ao diálogo ou a importância de se explicar à criança o motivo que a levou recebê-los. Evidencia-se assim, a crença de que a compreensão, por parte da criança, do sentido da correção levá-la a não repetir o mesmo erro. Não sendo informada do “por que” ou do “motivo” que a levou a “merecer” o castigo, ela provavelmente não relacionará sua atitude com o “dano causado” e conseqüentemente, não terá consciência do seu erro. Se isto ocorrer, o objetivo daquele procedimento disciplinar não será alcançado. Novamente ressaltamos que este tipo de mentalidade, fortemente influenciada pela Psicologia, está ligado em grande parte à classe social à qual estes entrevistados pertencem.

O defendido “castigo didático” constitui-se então em levar à criança a perceber que quando quebra um acordo estabelecido com os pais, ela sofrerá o cumprimento de uma pena. A pedagogia está em fazê-la entender que o seu ato provocou tal atitude parental e aprender com aquela transgressão, para que ela não se sinta vítima daquela atitude dos genitores. Estes devem também levar a criança a entender a importância de se respeitar o que foi acordado. Tal lógica faz parte dos conceitos modernos de educação: “trazer a educação para a criança”. Em outras palavras, os pais devem fazê-la participante do processo de educação por meio do entendimento das coisas e conseqüente tomada de decisões (interiorização da disciplina).

O castigo, a disciplina precisa ser didática. A criança precisa saber por que está sendo disciplinada [...] Quando a coisa sai do eixo a Bíblia orienta a correção ainda que seja física. Não é o castigo em nível de machucar, mas fazer a criança entender que toda a ação tem uma conseqüência e que às vezes a conseqüência é dura e que se o pai e a mãe não ensinam, o mundo ensina [...] E tudo isto porque a criança está em fase de aprendizagem [...] Bater na criança, às vezes é uma coisa extrema, mas quando seja necessário dar uma palmada, etc. (Presbiteriana)

O bater seria a última coisa e mesmo assim, não o bater por bater, mas sim como processo educativo. [Como assim?] No sentido de recurso educativo, quando a palavra não teve força suficiente [...] tem crianças que nunca receberam nem um beliscão, nem um tapinha, só uma olhada basta [...] então bater no último caso, mas não é recomendado. (Batista)

Observa-se assim a valorização da aplicação da disciplina: se as palavras não forem suficientes, se aceita o uso das palmadas ou da “vara”, que se constituem em punição física.

A prática das palmadas, dentre outras, nos remetem aos conceitos foucaultianos de disciplinamento e controle, que podem ser observados nas relações familiares dos evangélicos. Como forma de manter o controle disciplinar sobre os filhos, muitos pais evangélicos não deixam de considerar a possibilidade do uso da punição. Observa-se a educação concebida, sobretudo como um processo “de fora para dentro”, o que é compreensível no modelo familiar disciplinar e normalizador, tal como o dos evangélicos.

Foucault (1987), ao tratar da punição, diz que esta é aplicada visando à correção. De forma semelhante, o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Este autor afirma também que o que faz alguém receber uma penalidade disciplinar é a inobservância à regra e ressalta que “os dispositivos disciplinares produziram uma ‘penalidade da norma’ que é irreduzível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da lei” (1987, p. 153).

Segundo Foucault (1987), para a aplicação da penalidade, é preciso que esta seja hierarquizante. Desta forma, as classificações, divididas em pólos positivos e negativos ou valores opostos, tem um duplo papel: “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar” (1987, p. 151). Algo semelhante pode ser percebido nas concepções das lideranças evangélicas entrevistadas, na medida em que estas fazem uma divisão muito clara entre diversos fatores tais como bem e mal, certo e errado, Reino de Deus e mundo, dentre outros. Desta forma, tendem a relativizá-los com menor frequência ao compará-los com um sistema de leis, contido na Bíblia. Assim, algo é entendido como certo ou errado em comparação aos mandamentos de Deus, que são considerados princípios imutáveis e reguladores da conduta das pessoas.

Tal como a vigilância, Foucault afirma que a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder e obriga à homogeneidade (1987). Este autor aponta também como efeito desta penalidade hierarquizante o exercício de “uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos ‘à subordinação, à docilidade [...], à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina’. Para que, todos, se pareçam” (1987, p. 152). A respeito da docilização, como pode ser percebida no extrato abaixo, ela será tanto mais eficaz quanto mais partilhada com os membros da família ela for. Assim, quanto mais estes tiverem pensamentos ou concepções parecidas, menor será o espaço para discordâncias e conflitos e, ao mesmo, tempo, maior ainda será o reforço destas normas uns pelos outros.

Como a gente tem uma assistência dominical, quarta, vários cultos, aonde as famílias vêm, então a gente tem este recurso maravilhoso. Estão presentes para ouvir o pai e os filhos ao mesmo tempo, então tem uma palavra específica que chega a todos no mesmo tempo, com uma música apropriada, tem todo um contexto que leva a pessoa a refletir. Então eu vou só dar um exemplo bem prático para você entender [...] a gente fala de princípios, porque o princípio é regulador e não um modelo que a pessoa pode identificar e procurar aplicar que seria como uma roupa que a gente veste e às vezes não dá. Então o princípio regula a coisa [...] Então a gente pega o princípio como um todo e orienta mais ou menos assim: “Pai querido, mãe, você que está aqui, acompanhando, preste atenção, veja bem filho que está aqui, preste atenção, veja a derrocada, perceba qual é o fim disto [...] Então pai veja o que está na mochila do seu filho, veja qual é a música que ele ouve, qual é o livro que ele lê [...] os amigos que andam com ele. Vocês filhos vejam até onde vai a estória destes filhos que não obedeceram [...] a gente aponta todo o drama, mostra para eles a realidade e faz o apelo, faz uma oração por eles [...] então como a gente tem como recurso os pais e os filhos juntos, a gente mostra um princípio bíblico, aponta a realidade presente e tenta dar um direcionamento [...] filho você quer ser feliz na vida? Olha o que é que a Bíblia diz [...] Então, honra pai e mãe, não adianta depois você levar uma flor para o túmulo, chorando, com remorso, o tempo de você obedecer é hoje [...] então a gente trata mais ou menos assim. (Presbiteriana)

Tratando agora da homogeneização, Foucault (1987) chega ainda à constatação de que a penalidade aplicada pelas instituições disciplinares - entre elas lembramos a família e a igreja - “compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra ela normaliza” (1987, p. 153), moldando os indivíduos de uma mesma forma. Foucault ainda relaciona o poder da sociedade sobre o indivíduo, ao afirmar que o indivíduo é a representação “ideológica” da sociedade. De modo semelhante diríamos que os filhos são reflexos da disciplina a que foi submetido ou é reflexo do grupo ao qual é partícipe, como a família por exemplo.

Os entrevistados evidenciaram também o pensamento de que os pais devem corrigir os comportamentos dos filhos, que firam os costumes socialmente estabelecidos para que estes não tenham que ser penalizados, no futuro, pela própria sociedade.

O ato de bater recebe, entretanto, ressalvas. O genitor deve atentar-se ao seu estado emocional (não deve bater na criança em momentos de nervosismo e exaltação, a fim de que se evite “excessos” e “injustiça” para com a mesma) e a parte do corpo da criança (nunca no rosto ou local que a leve a se sentir humilhada), uma vez que alguns evangélicos entendem que humilhar ou subjugar a criança traz-lhe “prejuízos” de natureza psicológica e emocional. Neste mesmo sentido, é ressaltada a importância de não se bater na criança na frente de outras pessoas. Por considerarem a criança um ser em formação, afirmam os entrevistados que os pais devem atentar-se às conseqüências negativas que este tipo de correção pode gerar em quem se aplica.

“Não poupes ao menino a correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá; castigando-o com a vara, salvarás a sua vida da morada dos mortos” (PROVÉRBIOS 23,13-14). Este, provérbio bíblico, entre outros, mostra que as indicações para o uso de punição corporal como método disciplinar remontam há milênios. Contudo, nem todos os evangélicos dão um sentido literal à vara, podendo este termo então assumir diversas definições, tal como corrigir por meio da conversa, como foi explicitado por uma pentecostal.

A Bíblia diz “corrigir com a vara”, mas a gente pode compreender a vara sob vários aspectos, para mim a vara com a minha filha é eu conversar com ela, porque ela teme tanto quando eu vou conversar com ela que é uma solução melhor do que eu bater nela, porque ela ia ficar irritada, triste, magoada e eu não ia alcançar meu objetivo, porque quando eu chego para conversar com ela, ela me respeita, mas do que eu chegasse de qualquer maneira batendo [...] então para mim a vara é eu sentar e conversar com ela e não pegar um chinelo e bater e não é por aí. (Assembléia de Deus)

Assim, dada que a homogeneidade dos sujeitos, no pensar e no agir, é fruto do processo de internalização das regras, valorizada pelos evangélicos, novamente, chamamos a atenção para uma pedagogia concebida “de fora para dentro”.

E a gente vê que os filhos não aceitam, os princípios ficam porque eles foram formados biblicamente. A gente mostra dentro da palavra para eles porque os meus mesmo vinham indignados da escola e diziam, porque a gente tem diálogo aberto com eles. “Hoje na escola eles falaram isto e eu não concordei, porque a gente aprendeu diferente.” (Quadrangular)

Foi observada também, no grupo social estudado, a valorização da infância como fase privilegiada à assimilação dos ensinamentos paternos, fenômeno que Foucault chama de “lapidação” ou “moldagem” da criança, tornando-a apta a se adequar às regras. Notamos uma valorização por parte dos genitores do adestramento, com vistas à futura autodisciplina e não da autodeterminação da criança, como apontam as tendências da educação democrática. Deste modo, os castigos aplicados recebem o sentido de “correção” de forma a evitar os “desvios” que não são vistos como benéficos à ordem socialmente estabelecida. O fortalecimento da definição do “correto, bom e justo” aponta para uma visão absolutista das coisas.

Os valores tradicionais refletem uma moralidade clara, definida e regida por leis universais inexoráveis, em um mundo de regras flexíveis e particularistas, tal como expressou Mariz (1994) ao tratar do pentecostalismo.

Os primeiros anos de vida da criança - como época apropriada para a conformação da pessoa às normas desejáveis pelos genitores - são apontados pelos entrevistados como uma época estratégica.

Porque, graças a Deus, se você passar uma boa base você pode ficar tranqüilo, como eu fiquei tranqüila, tanto é que meus filhos foram evangélicos, mas não na base da opressão [...] mesmo que se ensinam na faculdade coisas contra a Bíblia, eles mesmos se posicionam contra e foi porque a gente passou para eles, aprenderam quando crianças e cresceram assim [...] dentro da palavra de Deus. (Quadrangular)

Recorrendo ao livro dos Provérbios, capítulo 22 versículo seis, os evangélicos afirmam que, sendo as instruções dos pais bem assimiladas pelos filhos na infância, estes continuarão por toda vida trilhando o caminho ensinado, sendo que este não se refere só ao sentido religioso. Deste modo, a infância é vista como a fase mais adequada para a aprendizagem, ou seja, é o momento propício para que ela aprenda o que se pode e o que não se pode fazer. Assim, nota-se a relevância dada à educação nos primeiros anos de vida, o que,

no entendimento dos entrevistados, garantiria a tranquilidade dos pais no futuro, por saberem que seus filhos serão conduzidos pelas orientações por eles apreendidas. Aqui se ressalta a idéia de que será a convicção dos filhos o fator que evitará desvios da conduta ensinada pelos genitores.

Depois que os nossos filhos são ensinados, eles podem ir para qualquer lugar [...] O que foi ensinado a eles fica gravado no coração e na mente, os princípios bons não mudam, mesmo com tanto modernismo [...] Se você passar uma boa base você pode ficar tranquilo. (Quadrangular)

Quando você ensina o caminho de Deus, o estilo de roupa, os princípios de vida, tudo isto vai nortear, é um estilo de vida, o caminho é Jesus mas isto implica em todo um estilo de vida e conduta moral e ética também, tudo. (Batista)

Sendo o livre-arbítrio defendido pelos evangélicos como algo que Deus deu aos homens e que por isto os pais cristãos afirmam não poder negar ao filho, observa-se a necessidade de formar as futuras gerações no sentido desejado pelos genitores desde cedo. Desta forma, os genitores pensam que quanto mais cedo as “razões da fé” forem transmitidas e assimiladas pelos filhos, mais rápida se dará à homogeneização ou a conformação desejada. A reprodução social do grupo é então facilitada pela assimilação dos valores evangélicos transmitidos pelos pais por parte dos filhos. Assim, entendem os genitores que quanto mais cedo o filho abraçar a fé e a religião, mais dificilmente ele se afastará deste caminho.

3.2.1.1 – O cordão sanitário

A TV e a Internet, a depender de seu conteúdo e principalmente da forma como são utilizadas, são consideradas como meios educativos para alguns evangélicos. Entretanto, muitos ainda consideram estes instrumentos como perigosos e problemáticos, dada a transmissão de valores diferentes dos ensinados no ambiente familiar e por oportunizarem elementos que podem gerar precocidade sexual, como é o caso dos sites pornô e cenas de novelas. Desta forma, os evangélicos defendem que os genitores devem selecionar a programação televisiva e os sites que os filhos terão acesso, controlar o tempo de uso de modo a assegurar que os filhos utilizem estes meios de forma equilibrada, acompanhar de perto o que as crianças estão assistindo ou acessando, e por fim orientá-las de forma a não se permitir um “laissez-faire” da educação. Estas medidas são justificadas com vistas a salvaguardar o

convívio familiar, uma vez que as crianças tendem a não ver os limites, “dado o hipnotismo que estes meios exercem sobre elas”. Argumentam também que se necessário for o “uso da autoridade” para fazer valer suas decisões, os genitores devem fazê-lo.

Comumente vista com restrições pelos evangélicos, a televisão é acusada de ser um meio de disseminação de contravalores e grande responsável pelo aumento de circunstâncias domésticas e sociais negativas, tais como a violência, a erotização infantil e a promiscuidade sexual. Assim, ao abordarem o tema da educação de filhos, a maior parte das lideranças evangélicas entrevistadas alerta para alguns cuidados que os genitores devem ter diante dos desenhos e de outros programas televisivos, já que estes são diferentes dos que os pais desejam que seus filhos assimilem.

Os entrevistados apontaram para a necessidade dos pais oferecerem outra opção no lugar daquela programação, advinda, por exemplo, da locação de um vídeo ou da assinatura de uma TV a cabo, cujo conteúdo seja educativo e em conformidade com os princípios cristãos. Desta forma, os participantes afirmam que a criança não se sente confusa com o choque de valores, nem é influenciada negativamente ao assistir cenas que envolvam violência, sexo e drogas, considerados temas impróprios para crianças. Disseram ainda que os pais devem oportunizar programas com conteúdos que considerem positivos, dado que as crianças ainda não têm discernimento de “separar o bom do ruim” e por isto reproduzem o que assimilam. Para Foucault (1987) a função de fiscalização é justificada por um papel pedagógico.

Uma relação de fiscalização definida e regulada está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência. (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Dado o significativo número de horas que os filhos passam nas instituições de ensino, os evangélicos entrevistados consideram que a relação dos genitores com as escolas deve ser de proximidade. Afirmam também que estes devem buscar diálogo e participar das atividades propostas pelas escolas, tal como a reunião de pais, encarando-a como um compromisso. Uma das entrevistadas¹² afirmou que a educação começa em casa, de forma que os genitores não devem transferir para a escola a responsabilidade que lhes compete: a educação dos filhos.

¹² A assembleiana.

Ressalta-se aqui que a maior orientação que os filhos devem receber em sua formação deve ser a dos pais.

[...] a mulher não está mais no interior da casa neste sentido do acompanhamento, a “Rainha do lar” está fora do lar, está no escritório, na indústria, da escola...então a consequência natural é que quem acompanha os filhos são outros, a escola, os amigos [...]quando os pais em função deste deslocamento do lar, vão abrir os olhos, o tempo já passou, não viram o crescimento dos filhos...foram outros os orientadores, por isto utilizei a expressão de “prejuízo natural”, ou seja, uma consequência deste deslocamento do lar, desta conquista da mulher, mas pagando este preço elevado. (Presbiteriana)

A importância do acompanhamento do desempenho escolar dos filhos pelos genitores também foi citada pelos participantes, demonstrando o pensamento de que o desenvolvimento intelectual dos filhos deve constituir-se em um interesse parental. “Então, a relação do pai com a escola deve ser a mais próxima possível [...] o pai precisa saber o que está acontecendo no mundo do filho, ele precisa andar junto.” (Batista). A este respeito, o estudo de Nogueira e Nogueira (2002) aponta que a escola continua sendo o melhor instrumento de ascensão social e por isto, o estudo é visto como uma das qualidades desejáveis para os filhos. Citando Bourdieu, estes autores tratam sobre a importância da escola na reprodução da posição social de determinadas frações das classes médias; inclusive das estratégias educativas parentais no sentido da escolarização dos filhos. Então, Nogueira e Nogueira (2002) afirmam que, para Bourdieu, a bagagem transmitida pela família inclui, além do conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela mesma, certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural na sua forma “incorporada”. Como elementos constitutivos dessa forma de capital estão as informações sobre o mundo escolar. Do ponto de vista de Bourdieu, o capital cultural constitui - sobretudo, na sua forma incorporada – o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. A Sociologia da Educação de Bourdieu se notabiliza, justamente, pela diminuição que promove o peso do fator econômico, comparativamente ao cultural, na explicação das desigualdades escolares. Em primeiro lugar, a posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares.

As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos [cultos, apropriados] e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 21).

Enquanto a educação escolar, no caso das crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, seria uma espécie de continuação da educação familiar, para as outras crianças significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador. A posse de capital cultural favoreceria o êxito escolar daquelas crianças também porque propiciaria um melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação.

Diversos autores, dentre eles Salem (1989) já enfatizaram que, em geral, o grupo de amigos tem mais influência na vida do adolescente do que o grupo familiar. Conscientes desta fase, em que a opinião dos amigos conta mais do que a dos pais (vulnerabilidade dos filhos perante os amigos), os entrevistados recomendam aos genitores estarem atentos às companhias dos filhos, evitando o quanto antes as “más” influências, para não chegar o tempo em que estas sejam mais fortes do que a dos genitores. Assim, a postura defendida para os pais, na orientação de seus filhos, é a da seletividade, da escolha por afinidade, sobretudo nos valores. Ao mesmo tempo em que os genitores são instruídos a decidir junto com os filhos pequenos acerca de seus amigos, crendo que até certa idade ele não tem capacidade para decidir sozinho, também aprendem a importância de ensinarem os filhos a fazerem suas próprias escolhas, ou seja, a autodisciplina. Mas, sobretudo, os pais devem se esforçar para que os melhores amigos dos filhos sejam eles mesmos (os genitores).

Uma outra coisa que os pais têm que entender é que eles têm que ser amigos dos filhos. Eu e meus filhos éramos amigos, porque se você não for, outros serão [...] e eu deixava elas bem à vontade, porque eu não tive problemas delas quererem fazer algo escondido, porque era tudo conversado, tudo sem elas terem medo de falar [...] e mesmo coisas que nós não concordávamos, eu explicava porque não concordava e dizia que quando ela fosse maior ela ia decidir, entender [...] (Quadrangular)

Entendemos então que as denominações e os genitores evangélicos exercem “policiamento” no sentido mais amplo dado por Donzelot (1986), qual seja de regular comportamentos e hábitos sociais que sirvam à consolidação e o aumento do poder religioso institucional, potencializando-o; bem como englobando “todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação” (DONZELOT, 1986, p. 12). Desta forma, também estas instituições regulam as ações dos indivíduos, consolidando nestes a doutrina que transmitem, aumentando desta forma o seu poder.

A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em consolidá-la, melhorá-la e em agir de forma que tudo concorra para a felicidade dos membros que a constituem. Ela visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva à consolidação e ao aumento de seu poder. (DONZELOT, 1986, p. 12).

Observamos então a preocupação dos genitores evangélicos em enfraquecer ao máximo as influências de outros meios educativos, com sentido contrário aos que apregoam e, ao mesmo tempo, abrir espaço para o acolhimento da orientação religiosa transmitida. Assim, apesar das pessoas deste grupo social afirmarem que a adesão ou conversão do filho à denominação evangélica se dá por seu livre-arbítrio, observa-se que os pais criam muitas condições para este aceite do filho durante sua formação. Visto isto, este processo de “fechamento” ocorre devido à tentativa deste grupo em garantir a sua reprodução. Este fenômeno ainda pode ser notado com relação aos amigos dos filhos. Os genitores, apesar de não proibirem as amizades destes, fazem ressalvas e insistem em reafirmar que os melhores amigos ou interlocutores que os filhos devem ter são eles mesmos.

Assim sendo, os evangélicos entendem que os pais devem ser os maiores modelos educativos para seus filhos ou os principais responsáveis pelo processo de transmissão de conhecimento às novas gerações, também porque são estes os que estão em condições mais favoráveis de ensinar princípios e valores, dentre estes, os cristãos. Ressaltam-se assim as orientações parentais. Neste sentido, há a valorização de um maior convívio familiar, bem como da paternagem e maternagem das crianças por parte dos genitores, especialmente da mãe, ao invés de babás, escolas, etc, realidade constatada hoje em famílias das camadas médias. Em outras palavras, a mãe não deve transferir seu papel de maternagem para outras instâncias educativas. Os pais e mães, de classe média, entrevistados por Moreira (2005), também afirmam serem os principais responsáveis pela educação dos filhos. A diferença é que partilham com outras instâncias a tarefa da educação dos filhos. Neste estudo, são citados principalmente as instituições de ensino infantil, sobretudo as creches, os avós e as babás.

3.2.2 A reprodução da divisão tradicional do trabalho entre os sexos

3.2.2.1 O papel de liderança do pai na educação dos filhos

Cada membro da família (pai, mãe e filhos) desempenha funções e responsabilidades diferentes. O pai é considerado pelos evangélicos como o líder em dois níveis: material e espiritual ou simbólico. No que concerne a este último nível, o pai é reconhecido como o sacerdote do lar, o pastor, o orientador (responsável pelo ensino da criança na Lei Divina, da

formação moral) e o supervisor nas questões da fé. Assim, cabe ao homem - principal referência espiritual e maior autoridade do lar - a responsabilidade da apresentação de Deus ao seu filho e da manutenção da “chama” da fé na família. A ele cabe o pastoreio, o cuidado para que os membros de sua casa permaneçam nos caminhos de Deus.

O pai é o líder espiritual [...] é uma orientação que Paulo coloca [...] a responsabilidade maior é cobrada do pai, ou do líder, do marido. Então, ele como líder espiritual [...] é ele quem vai chamar para fazer o culto doméstico, quem vai orientar é o pai [...] isto não significa que a mãe não vá orientar, entendeu? Mas a liderança espiritual é dele [...] então, o responsável pelo setor espiritual da família é o pai. (Batista)

Mas se o marido não assume esta liderança espiritual os pastores afirmam que as mulheres devem fazê-lo, orientando os filhos em sua fé, apresentando-lhes o que ela julga ser bom, transmitindo assim bons valores. Ao tratarem do pluralismo religioso entre casais, a maior parte dos entrevistados afirmou que a fé é “questão de foro íntimo” e por isto, marido e mulher devem respeitar a opção religiosa um do outro. O fato de a crença religiosa passar a ser encarada como algo que pertence ao campo privado ou assunto de âmbito “pessoal” constitui-se um reflexo da privatização e subjetivação da religião.

A liderança do pai não é só a espiritual, mas também relativa à esfera doméstica. Desta forma, a ele é considerado como o “cabeça da casa” ou o “chefe da família”, sendo atribuídos a ele o cuidado, a proteção e o amparo da família. Esta concepção de liderança da casa, em nome da “boa ordem” familiar, atribuída ao homem, além de estar relacionada ao fator cultural, mediante o qual o homem é considerado como aquele que assume as diretrizes do lar, que decide em última instância ou que dá “a última palavra”, é confirmada¹³ pela crença religiosa. Segundo Machado (1996), considerando as mulheres evangélicas que o homem “foi abençoado por Deus para guiar a família”, estas deixam sempre as escolhas para ele, inclusive se livrando de qualquer responsabilidade por algo que não deu certo. Neste sentido, entendemos afirmação de Barbosa (1999) de que em contextos religiosos específicos, estatutos considerados divinos acabam por legitimar socialmente alguns comportamentos, bem como a de Couto (2004, p. 6), ao registrar que “para os que tiveram uma educação, ao menos em parte evangélica, a idéia de família nuclear com uma clara divisão de papéis para os gêneros e centrada na autoridade masculina foi reforçada e legitimada segundo os preceitos bíblicos”.

¹³ Os representantes Batista, Quadrangular e Presbiteriano.

O homem é a cabeça do lar. Ele tem que ter voz, porque o homem que não tem voz no lar, este lar está de ponta a cabeça, ele precisa ter decisão, ter voz, mas não que a decisão dele seja a última palavra, mas é necessário ter o compartilhamento para que chegue a um denominador comum, quando a gente casa não é mais “eu”, somos nós, então, cabe ao homem as diretrizes do lar, ele tem que ser o cabeça do lar, mas compartilhando as idéias. (Assembléia de Deus)

Dois entrevistados (um histórico e outro pentecostal)¹⁴ advertem ainda para a importância do reconhecimento da figura de autoridade doméstica (o pai) para o convívio social dos filhos, ou seja, é necessário que aprendam em casa a respeitar a pessoa instituída em autoridade para que não enfrentem problemas relacionados à submissão em seus locais de trabalho ou em outros ambientes.

O papel do homem dentro da casa primeiro é ser líder. A sociedade moderna está partindo para um ponto de equilíbrio entre o homem e a mulher e respeitamos isto, mas hoje o nosso princípio é que tenha uma liderança e quem é a liderança da casa? O marido. (Assembléia de Deus)

Barbosa (1999) afirma ser preciso que novos estudos que abordem os evangélicos tratem da questão da submissão feminina e da autoridade masculina no espaço doméstico. “Os múltiplos discursos reproduzem o posicionamento da igreja em relação ao fato de que a mulher deva ser submissa ao marido e que o cabeça da família tem que ser o homem.” (1999, p.134). Contudo, segundo esta autora, a hierarquia entre os sexos não impede a complementaridade entre eles. Desta forma, ela afirma que no plano das representações, a analogia que os evangélicos fazem entre a relação Cristo/Igreja e marido/mulher, deve levar a pensar na possibilidade da atenuação dos conflitos no relacionamento conjugal. Isto porque “se Cristo se entregou totalmente pela igreja, o marido também deve dedicar-se à esposa, à família e a esposa deve reconhecer esta dedicação” (1999, p. 141).

A atribuição da provisão do lar como um papel do homem ainda é reproduzida em algumas denominações cristãs¹⁵. Constatamos que o trabalho externo remunerado das mulheres é encarado como auxílio financeiro à família, o que é confirmado na pesquisa de Barbosa entre os presbiterianos. “O provedor, no plano das representações, continua a ser o homem, o marido, e a mulher, no seu papel de “auxiliadora”, cuida dos afazeres domésticos e ainda o auxilia na captação de recursos financeiros através de seu trabalho extradoméstico.” (1999, p. 145). Desta forma, a autora constata a ocorrência na comunidade estudada, de uma reafirmação da divisão tradicional das tarefas no interior da família entre homens e mulheres.

¹⁴ O presbiteriano e o assembleiano.

¹⁵ Uma histórica e outra pentecostal: a Presbiteriana e Assembléia de Deus.

Couto (2004) adverte que a cultura de gênero machista que afasta o pai da criação dos filhos e o coloca como provedor material é reforçada na medida em que cabe à mulher evangélica orientar e educar os filhos.

Com relação aos papéis atribuídos pelos evangélicos à figura da mãe, estes estão ligados, sobretudo à área emocional. Assim, percebe-se a prevalência de características expressivas, tais como o afeto, a sensibilidade, o carinho, a união familiar e conjugal e a conciliação dos membros da família, a geração de harmonia no lar, a garantia da estabilidade emocional da criança e o sustento de todas as relações domésticas. Os evangélicos alertam também para a importância da sabedoria da mulher na manutenção do vínculo conjugal e da harmonia, união e edificação familiar. Para algumas lideranças evangélicas¹⁶, o ideal é que ela permaneça mais tempo em casa, sobretudo para se dedicar ao cuidado dos filhos, crendo na imprescindibilidade da presença maternal nos cuidados e na formação do caráter dos filhos. Aqui se pode observar que o masculino e o feminino estão associados à clássica separação entre o público e o privado (SARTI, 1989). Desta forma, tem-se que ao público usualmente estão associados o mundo da rua, do trabalho, da política, da economia e a reprodução social; enquanto que o privado associa-se os espaços da família, da casa, da reprodução biológica, das relações afetivas, etc (BARBOSA, 1999). Em outras palavras, a mãe é tida como aquela que detém o papel central na educação dos filhos.

Ensinamos à mulher que seja a responsável pelo lar, no aspecto de cuidar dos filhos, ser mais próxima, da formação do caráter deles, já que a mulher tem mais tempo com os filhos, o pai então tem o papel mais de liderança e a mãe tem o papel mais emotivo, lida com as emoções [...] a visão de amor, de carinho, é da mãe, a mulher é mais emoção, mais carinho, mais detalhista. (Assembléia de Deus)

Couto (2004 e 2001b), em sua pesquisa sobre os evangélicos, também confirma o quanto o simbolismo associado às complementaridades entre o universo feminino-casa e masculino-rua constituem as referências pelas quais os gêneros se expressam.

Neste contexto, os atributos de gênero são tomados a partir de uma complementaridade hierárquica. Ao masculino está destinado uma maior exterioridade e a associação com o que é de domínio público, dimensão consolidada na esfera do trabalho. De forma complementar a este, emerge o privado, espaço associado à interioridade e ao domínio do natural, portanto espaço feminino. Ser homem significa, em termos ideais, exercer com firmeza o papel de provedor material e moral, o que garante o respeito por parte do grupo e perante o universo social que o rodeia. À mulher, em contrapartida, está associado o desempenho de tarefas como cuidar da casa, do marido e dos filhos. (2001b, p. 33).

¹⁶ Os presbiterianos e assembleianos entrevistados.

Algumas lideranças evangélicas entrevistadas¹⁷, confirmando o que registra Caldana e Oliveira (2004), afirmam que pais e mães possuem papéis distintos devido às suas características intrínsecas (naturais), como homem e mulher. Segundo seus relatos, este modelo deve ter “contornos bem delimitados”, para os filhos terem referências claras do masculino e do feminino.

Quando tratam da igualdade entre os gêneros, esta parece se referir à semelhante dignidade como seres humanos. A diferenciação neste caso parece não ser entendida como desigualdade, mas como questão de complementaridade: homens e mulheres são diferentes e complementares, tendo cada um o seu território.

Existe o papel do pai, o papel da mãe e as responsabilidades dos filhos [...] existem elementos que o homem carrega que devem ser passados para os filhos, assim como a mulher tem elementos na maternidade, especificamente, que são elementos que os filhos vão administrar [...] eles olham para a mãe e devem vê-la como uma mãe, digo isto relacionado às figuras masculinas e femininas, então a mãe ao andar com a filha, conversar com ela, deve passar trato, postura, visão da feminilidade e com o rapaz da mesma forma [...] eles olham para o pai e devem vê-lo como um pai. (Presbiteriana)

Reconhecemos o papel da mulher em igualdade com o homem, não sendo subjugada ou sendo colocada abaixo do homem, mas numa relação de mesmo nível entre o homem e mulher, respeitando as suas características. (Metodista Wesleyana)

Assim sendo, a pesquisa de Barbosa (1999) confirma a diferenciação de papéis entre os gêneros pelas denominações evangélicas que adotam um modelo de família caracterizada por Romanelli como “uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e filhos e que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas” (1995, p.75).

Os evangélicos, de forma geral, defendem a presença da mãe ao lado do filho e vêem a falta desta convivência como um problema ou “prejuízo”, tanto para a criança quanto para a mãe. Evidencia-se assim o pensamento de que nada substitui a presença materna junto à criança, acompanhando-a, orientando-a. Assim sendo, preocupam os entrevistados o fato dos genitores responsáveis pela paternagem e maternagem de suas crianças, estarem terceirizando um papel que é deles, sobretudo da mãe. Novamente aparece a questão que a educação dos filhos é um papel que deve ser assumido em primeiro lugar pela família, mas que tem sido transferido para outras instâncias educativas, tais como a escola, a academia, os amigos, a igreja.

¹⁷ Das denominações presbiteriana e da assembleiana.

Como foi visto, os evangélicos valorizam a diferenciação nas posições intrafamiliares e no desempenho das responsabilidades dos membros da família. Desta forma, ao homem cabem tarefas diferentes das mulheres, devido às suas características intrínsecas (naturais), constituindo-se a mãe como a principal responsável pelo cuidado e orientação dos filhos, e a divisão sexual do trabalho em público e privado. Ao homem cabe ainda a liderança e à mulher a ternura e a submissão, características justificadas inclusive por interpretações baseadas nos textos bíblicos.

Apesar dos genitores afirmarem o desejo que seus filhos façam opções voluntárias, utilizando a expressão “deixar nas mãos de Deus”, o que se observa é a aplicação do “cordão sanitário”. Deste modo, o princípio do livre-arbítrio pode dificultar a reprodução do grupo. Assim, caso o filho opte por não ser evangélico, mesmo tendo sido formado para isto, ele não contribuirá para o crescimento deste grupo social. É exatamente para não correrem este “risco” que os genitores evangélicos se esforçam por “barrar” a entrada de elementos que abalam ou enfraquecem os conteúdos transmitidos no processo educativo. Desta forma, ao mesmo tempo em que esta “camada de proteção”, para alcançar a eficácia desejada, deve ser realizada cedo pelos pais, ou seja, nos primeiros anos de vida dos filhos, o livre-arbítrio destes é permitido só mais tarde, pelos genitores.

Eu tenho a função de educá-lo como cidadão e cidadã, como pessoa, honesta, que ama o próximo, que ama a Deus, que respeita o próximo, então eu estou na Terra com a finalidade de educá-lo, quando ele estiver maior, com 18 ou 19 anos, eles vão decidir. (Quadrangular)

3.2.3.2 Socialização diferenciada dos filhos segundo os gêneros

Se o papel do homem é diferente do da mulher, então meninos e meninas devem aprender, desde pequenos, coisas diferentes, relacionados aos papéis femininos e masculinos? Segundo os representantes das denominações sim, os filhos devem ser criados de forma diferenciada segundo seu sexo, em vista dos papéis variados que vão desempenhar. Desta forma, na convivência com os pais, as crianças devem observar e reproduzir o comportamento de homem, caso seja um menino e o comportamento de uma mulher, caso seja uma menina. Sendo o pai considerado como líder da casa ou “cabeça” do lar, os filhos devem assumir um dia este papel de liderança no espaço doméstico. Da mesma forma, a filha deve aprender com a mãe a ser submissa ao seu marido. Além disto, assim como a mãe deve estar presente em

casa, para acompanhar os filhos, a filha deve aprender que, enquanto o mundo da rua compete mais ao homem, a casa é o reino da mulher.

A entrevistada assembleiana afirmou que as meninas precisam de um “cuidado especial”, relacionado à tradicional visão de fragilidade da mulher. Aponta também para algo dito por Salem e ressaltado anteriormente: a maior vigilância das meninas do que dos meninos ou das moças que dos rapazes. Couto (2004), trabalhando em sua pesquisa o aspecto da sexualidade, confirma a socialização diferenciada dos gêneros também nesta área.

a gente precisa ter um cuidado com as meninas até maior do que os meninos, e eu acho que isto em qualquer sociedade, porque o homem se decide até mais cedo, mas a gente precisa ter um cuidado maior com as meninas [...] porque a mulher é mais vulnerável para qualquer atitude de violência, como o estupro [...] não deixando os meninos à parte [...] mas é o cuidado de olhar mais, observar mais, ver com quem estão andando [...] (Assembléia de Deus)

A orientação evangélica geral é a de que tanto os rapazes quanto as moças evitem envolvimento e comportamentos que seriam condenáveis aos olhos de Deus, porque referido na Bíblia. Mas, ao mesmo tempo em que o discurso de universalidade para os gêneros é proferido, na prática o cuidado maior se volta para as filhas.

Com relação ao gênero, nota-se que tanto as denominações históricas quanto as pentecostais relacionam as diferenças do homem e da mulher à questão natural. Neste sentido, afirmam que os papéis paternal e maternal são permanentes porque estão ligados a natureza do homem e da mulher. Assim sendo, estes paradigmas sexuais devem ter “contornos bem delimitados”, para os filhos terem referências claras do masculino e do feminino. Desta forma, as crianças devem olhar para os pais e ver neles um modelo sexual claro a ser reproduzido, com riscos de não ficarem confusas acerca do papel que cabe a elas. Pode-se perceber que esta é uma visão essencialista dos papéis atribuídos a cada um dos gêneros, enquanto são inúmeros os teóricos, tal como Mead, citado por Barbosa (1999), que argumentam que as diferenças entre os sexos são culturalmente estabelecidas e transmitidas por meio da socialização.

Naturalizadas pelo senso comum, as diferenças de gênero condicionam não só o comportamento distinto de homens e mulheres como também o conteúdo e a forma de expressão de sentimentos. Na nossa sociedade, ainda se predomina a idéia de que homem não chora e de que a mulher é um ser intrinsecamente mais emocional. Assim, vemos claramente que o temperamento mais racional e o temperamento mais emocional foram definidos, respectivamente, como um atributo típico do comportamento masculino e como um atributo típico do comportamento feminino. (MEAD *apud* BARBOSA, 1999, p.35).

Estas diferenças entre os sexos apontadas como “naturais” também se relacionam à esfera da sexualidade dos filhos. Couto (2004, p. 14) ao constatar em sua pesquisa a dissociação entre a valorização da castidade pelos pais e a sua liberação para os filhos do sexo masculino, afirma que “se há uma diferença ‘natural’ entre homens e mulheres, que impulsiona o homem à prática do sexo e é isto que consubstancia sua formação cultural como homem, esta lógica não tem como estar em harmonia com a tradição religiosa evangélica”.

Como já foi visto, para a mulher foram indicadas características mais ligadas à esfera emocional: o afeto, o carinho, postura continente, etc. Já do homem se espera a iniciativa, a ação, a provisão e a segurança. Ele é ainda comparado a um pastor. Tal como este cuida das ovelhas e as protege, o pai de família deve cuidar dos filhos e da esposa e protegê-los.

a função paterna, a função materna, são funções que a Igreja entende que são permanentes e que devem ser experimentadas [...] o homem, tal como o pastor, é aquele que cuida, que supervisiona, que é o amparo, que é a proteção da casa [...] este pastoreio, este cuidado pertence à natureza dele, então, o zelo, o cuidado, a manutenção, como um pastor cuida das ovelhas. (Presbiteriana)

Os entrevistados também ressaltaram que as regras a serem seguidas, sobretudo na área de valores, são as mesmas para ambos os sexos. A representante da Igreja Batista ainda ressaltou que por mais que meninos e meninas venham a desempenhar papéis distintos no futuro, as socializações destes deve ser realizada de forma abrangente ou “geral”, com o intuito de prepará-los melhor para a realidade contemporânea que exige versatilidade de ambas as partes.

As entrevistas com os pastores e responsáveis pela área familiar das denominações evangélicas ajudaram-nos a conhecer o conteúdo da orientação dada aos pais para a esfera da socialização de filhos. Tal verificação é imprescindível para percebermos as concepções que estão por trás das práticas educativas das mães evangélicas.

Uma vez observados que os conceitos parentais da educação contemporânea exaltam fatores como a idiosincrasia da criança, sua autodeterminação, autonomia, etc e que o modelo evangélico de educação familiar baseia-se em valores tradicionais - tais como a assimetria na relação pais e filhos, a socialização diferenciada dos filhos segundo os gêneros, o estabelecimento de regras cujo não cumprimento envolve sanções, dentre outros - concluímos que este não reflete os valores democráticos.

Observamos então que o modelo transmitido aos genitores é o do disciplinamento, marcado por um caráter conservador e controlador no campo da socialização dos filhos, demonstrado pelos seguintes aspectos: valorização da obediência, disciplina e submissão aos pais por parte dos filhos; estabelecimento de regras e limites; adoção do modelo de “liberdade protegida”; enfraquecimento dos ideários e valores “negativos” e contrários aos que apregoam, reforço dos valores abraçados pelos genitores; diferenciação das posições intra-familiares com a valorização da autoridade parental; socialização diferenciada dos filhos segundo o sexo; “vigilância hierárquica” sobre as amizades, o namoro dos filhos, bem como sobre outras instâncias educativas (TV, escola) e a consideração dos genitores como os maiores orientadores dos filhos.

Comparando os indicadores deste ideário com os do democrático, explicitados no Capítulo 1, percebemos que alguns elementos de um e de outro modelo contrapõem-se entre si, como por exemplo, a ênfase dos genitores no controle e vigilância de um lado, e na autonomia do outro. Desta forma, o modelo pregado pelas lideranças evangélicas aponta para o fortalecimento de uma contratendência modernizadora expressa na internalização de valores ligados à cultura tradicional, tal como a socialização diferenciada de filhos segundo o sexo - baseada em grande parte na concepção de que os papéis femininos e masculinos relacionam-se às características intrínsecas ou naturais do homem e da mulher ou àqueles definidos pela clássica divisão sexual do trabalho, esperando-se que filhos sejam trabalhadores e estudiosos e as filhas doces, meigas e de bom comportamento.

Notamos ainda que além de se manterem conservadoras em alguns tópicos - como na valorização da autoridade parental e na hierarquização das posições dos membros da família no espaço doméstico - as denominações evangélicas procuram utilizar exemplos da cultura secular, em temáticas constantemente debatidas na contemporaneidade, como a falta de limites na educação dos filhos, para reforçar a eficácia do método que propõem, por exemplo, a valorização da disciplina e o estabelecimento de normas, cujo não seguimento, por parte dos filhos, acarreta em sansões.

Porém, da mesma forma que observamos forte reforço de elementos constitutivos da cultura tradicional por parte das lideranças evangélicas, também não podemos deixar de dizer que, dentre os métodos e recursos apontados por estas, encontramos também indicadores relacionados com o ideário democrático, como a consideração do diálogo como meio privilegiado de orientação (no sentido de ser o primeiro fator da ordem de correção, na qual as palmadas aparecem como último recurso). Além disto, apesar de validarem a punição física como um método de correção, é interessante observar as ressalvas que fazem quanto à forma

de bater na criança: em particular, sem excessos e sem humilhá-la, com vistas a evitar que ela tenha prejuízos emocionais e psicológicos. Esta orientação, bem como outras duas: “a valorização dos acertos dos filhos, recompensando-os” e o “ensinamento do ‘correto’ e estabelecimento antecipado de acordos, numa atitude pró-ativa” revelam a influência da corrente psicológica também entre as orientações dadas pelas lideranças evangélicas.

Por fim, chamamos atenção para a relação direta que os genitores evangélicos fazem entre o livre-arbítrio e a idade dos filhos. Desta forma, a autodeterminação destes só é permitida pelos pais quando os filhos estiverem maiores ou mais velhos. Então, quando estes são crianças, devem se submeter. Esta falta de liberdade de escolha da criança também se relaciona ao entendimento da infância como fase privilegiada para assimilação dos ensinamentos parentais. Assim, a internalização dos valores e dos conteúdos transmitidos pelos genitores, inclusive religiosos, torna os filhos aptos a adequarem-se as regras (adestramento) diminuindo as possibilidades de desvio. O processo de autodisciplinamento dos filhos visa ainda dar aos filhos critérios para as escolhas que farão na vida privada. Deste modo, nota-se que a educação é concebida, sobretudo “de fora para dentro” e daí entende-se porque as lideranças evangélicas insistem em dizer que os maiores orientadores e amigos dos filhos devem ser seus pais, fato que leva a uma outra exigência: a presença ou o acompanhamento pessoal dos genitores, sobretudo da mãe.

4. COEXISTÊNCIA DOS IDEÁRIOS TRADICIONAL E MODERNO

Nos Capítulos 1 e 2 apresentamos as características dos modelos democrático e protestante de educação de filhos. Com o intuito de realizarmos agora a análise das entrevistas das mães evangélicas, retomamos de forma esquematizada os elementos que compõem este dois modelos.

Nosso objetivo agora é responder ao problema deste trabalho, levantado na introdução: como se caracterizam os modelos educativos de mães evangélicas, pertencentes às classes médias e cujo marido não compartilha da mesma fé?

Para tanto, também queremos retomar nossos pressupostos que postulam *a priori* uma tensão entre dois modelos educativos estudados: por serem mulheres de classes médias, casadas com um homem que não compartilha da mesma fé, elas podem adotar o modelo democrático; porém por serem evangélicas, elas podem adotar um modelo mais tradicional, pelo fato da religião cristã caracterizar-se por uma moralidade conservadora.

Também queremos verificar que ressonâncias as concepções educativas da contemporaneidade, as da religião e as ligadas à cultura tradicional, encontram nestas famílias religiosamente plurais. Iniciamos este capítulo com o método utilizado para a realização da pesquisa.

4.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Participaram deste trabalho oito mulheres com o seguinte perfil: evangélicas, casadas com maridos que não comungam da mesma fé, ou seja, se afirmam ateus ou pertencentes a outra religião. Elas se converteram após a união conjugal e quando os filhos ainda estavam na primeira infância. A razão da nossa opção pela conversão após o casamento deveu-se ao desejo de checar alterações nas práticas educativas por causa da religião. No intuito de verificar a questão do gênero na socialização, o casal deveria ter filhos de ambos os sexos. As participantes residem em Salvador – Bahia e são oriundas das camadas médias, observando-se para isto o critério da escolaridade, qual seja: mulheres, preferencialmente, com formação pós-segundo grau. O nível de estudo como critério usado para definir o meio social se justifica pelo fato do capital escolar representar o aspecto mais discriminante dos valores e

das estratégias educativas familiares do que a renda ou a profissão, como salientam inúmeras pesquisas (BOURDIEU, 1966; NOGUEIRA, 1991; MARTIN, 1992; LE GALL, 1996; etc).

Para localizar a amostra foram contatados pastores de diversas igrejas evangélicas da cidade de Salvador-Ba, pedindo a estes que verificassem junto aos membros da sua igreja, mulheres que correspondessem aos critérios anteriormente citados.

Todas as mulheres envolvidas na pesquisa eram casadas legalmente, sendo que sete casaram-se também na Igreja Católica. O tempo da união dos cônjuges variou de 12 a 35 anos. A faixa etária das mulheres foi de 34 a 52 anos, com média de 45 anos. O nível de escolaridade das entrevistadas foi superior ao de seus maridos. Entre as mães, todas haviam completado o ensino médio e seis chegaram ao ensino superior. Já entre os esposos, um havia completado apenas o ensino fundamental, um completou apenas o ensino médio e três chegaram ao nível superior. Mais da metade das participantes trabalhava 8 horas diárias. Suas ocupações eram: diretora de escola pública (1), professora (3), auxiliar de enfermagem (1), dona de casa (2), secretária (2) e funcionária da área de segurança de uma empresa pública. Não constatamos divergências entre as mães com relação à idade dos filhos. A faixa etária dos filhos varia de 11 a 32.

Utilizei neste estudo como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. Este instrumento nos ofereceu a possibilidade não apenas de reconstruir as histórias familiares individuais, como também de apreender as representações dos atores articuladas a seu "contexto experiencial" (BLANCHET, GOTMAN, 1992). Convém ressaltar, para justificar nossa escolha de instrumento de levantamento de dados, como também, aliás, de técnica de análise destes, o caráter exploratório da pesquisa proposta.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas para as mães que apresentou seis partes distintas, a saber: na primeira delas buscou-se a identificação do entrevistado e de seu cônjuge, permitindo a caracterização dos entrevistados. Depois se passou para o conhecimento do percurso religioso do casal e dos filhos, incluindo a conversão da esposa ao protestantismo, a prática religiosa da esposa, a religião de seu marido e a prática religiosa dos filhos. Na terceira parte buscamos conhecer as famílias de origem dos entrevistados, bem como a criação que tiveram. Em seguida indagamos sobre a existência de uniões anteriores, que ocorreu apenas com uma das entrevistadas. Na quinta perguntamos sobre os dados do casal, envolvendo questões como namoro, casamento, chegada dos filhos, modalidades de organização conjugal, sociabilidade do casal, papéis relacionais, convivência religiosamente plural e nível de satisfação com o relacionamento conjugal. Após estas informações, tratamos da criação dos filhos, incluindo as aspirações e os modelos educativos adotados, os papéis dos

genitores na educação dos filhos, seus comportamentos frente a outras instâncias educativas, bem como do relacionamento entre pais e filhos.

O trabalho de campo foi realizado entre junho a dezembro de 2006. Ao serem contatadas, perguntamos às mulheres se elas concordavam em conceder uma entrevista. Após os aceites delas, foi agendada a primeira seção em local e horário convenientes para cada participante, recebendo-nos algumas em seus locais de trabalho e outras em suas casas. Houve mais uma sessão de entrevista, com cada participante, na qual concluíram-se os encontros.

As entrevistas duraram em média três horas, sendo uma hora e meia cada sessão. As informações obtidas através das entrevistas foram trabalhadas de acordo com a técnica de análise temática segundo Bardin (1977) que busca selecionar categorias sem perder de vista os objetivos do estudo e o referencial teórico abordado.

Neste estudo o meu interesse foi analisar os modelos educativos das mães evangélicas, buscando compreender a influência da religião, bem como do processo de democratização das relações familiares, sobre os modelos adotados.

Para realizar a análise das mães entrevistadas¹⁸, utilizamos o seguinte método: em primeiro lugar, tomamos os indicadores citados nos Capítulos 1 e 2 deste estudo, referentes aos modelos de Democratização e Disciplinamento, respectivamente. A partir de então, elaboramos dois quadros, contendo cada um, os indicadores correspondentes a estes modelos.

Principais componentes da DEMOCRATIZAÇÃO
Qualidades e aptidões
Preocupação com a autonomia da criança.
Recursos e métodos pedagógicos
Adoção de um enfoque anti-autoritário.
Ênfase no diálogo com a criança.
Explicação do certo e do errado como método.
Uso da afetividade como forma de conseguir a obediência dos filhos.
Importância atribuída à expressão do afeto inclusive por parte do pai.
Regras negociáveis.
Respeito à individualidade da criança.
Participação da criança em seu processo educativo.
Substituição da punição física pela correção verbal.
Preocupação com a felicidade da criança, traduzida como bem estar emocional.
Preocupação em transformar os filhos adultos competitivos, independentes e realizados

¹⁸ A fim de preservar o anonimato das mães e pais entrevistados, eles foram identificados nesta pesquisa por nomes fictícios.

profissionalmente.
Esforço dos pais no desenvolvimento da auto-estima dos filhos. Elogios.
Educação voltada para a promoção da saúde mental da criança, em detrimento da transmissão de valores morais.
Ênfase no cuidado das relações pais e filhos, sobretudo no primeiro ano de vida destes.
Passagem do controle externo dos pais ao auto-controle das crianças, sendo estas vistas como capazes de tomar decisões, mesmo que dentro de limites.
Repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe
Maior simetria entre os membros da família - estrutura igualitária. A conversão dos pais em amigos, anula, idealmente, as posições de hierarquia e poder no interior da família.
A mãe como principal mediadora entre a criança e o mundo dos adultos.
Exigência de compreensão e afeição por parte da mãe (para o bem estar subjetivo da criança).
Deslocamento do centro da família da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”.
Pouca autoridade do pai no seio da família.
Maior participação do pai nos afazeres domésticos e no cuidado das crianças.
Comportamento dos pais frente a outras instâncias educativas (tais como a escola, a TV e o grupo de pares)
Importância dos ambientes externos à família, no processo de socialização dos filhos.

Principais componentes do DISCIPLINAMENTO

Qualidades e aptidões
Preocupação com as virtudes morais (obediência, continência, submissão).
Valorização de caracteres ligados ao gênero masculino e feminino segundo a cultura tradicional.
Recursos e métodos pedagógicos
Controle/regulação do comportamento e hábitos da criança, mantendo-as em espaços de maior vigilância.
Exercício da autoridade parental visando o êxito do processo de socialização intra e extrafamiliar.
Valorização do disciplinamento e normalização na prática educativa.
Enfraquecimento de ideários e valores considerados negativos e reforço da doutrina/valores abraçados pelos genitores.
Genitores considerados como as referências fundamentais na orientação da conduta dos filhos.
A amizade com os filhos como meio de criar um ambiente de socialização homogêneo
Ensino do “correto” e estabelecimento antecipado de acordos.
Infância vista como fase privilegiada para assimilação dos ensinamentos paternos e redução dos desvios.
Correção dos comportamentos inadequados dos filhos por meio do diálogo, castigo e punição física.
Explicação à criança do castigo ou palmada recebida (interiorização da disciplina).
Livre arbítrio do filho é condicionado à idade destes.
Diálogo, exercido com afeto, como meio de orientação.
Estabelecimento de limites e regras por parte dos pais, cujo não cumprimento envolve sanções.
Valorização dos acertos dos filhos manifestada por meio de recompensas.
Uso da afetividade como forma de conseguir a obediência dos filhos.
Valorização da postura regrada e negação de vícios.
Socialização diferenciada dos filhos segundo o sexo.
Repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe
Valorização da diferenciação das posições intrafamiliares.

Valorização da autoridade paterna.
Reconhecimento das características naturais do homem e da mulher na atribuição de papéis educativos, sendo os aspectos emocionais relacionados à mãe.
A mãe como principal responsável pelo cuidado e orientação dos filhos.
Visão do pai como maior responsável pela provisão do lar e pela formação religiosa do filho.
Comportamento dos pais frente a outras instâncias educativas (tais como a escola, a TV e o grupo de pares)
Instrução dos filhos levando-os a decidirem de acordo com os valores dos pais (auto-disciplina).
Acompanhamento pessoal dos filhos, não delegando o processo educativo para outras instâncias educativas.
Seleção e vigilância sobre as amizades e namoro dos filhos.
Importância da aproximação com as escolas dos filhos.
Apoio e interesse pelo desempenho escolar dos filhos e seu desenvolvimento intelectual.
Oferta de alternativas e exercício do controle sobre o uso da TV e da Internet.

Após a formação destes quadros, tomamos cada entrevistada, separadamente, identificando no relato de cada uma delas os indicadores de democratização e disciplinamento presentes.

Somando o número de ocorrências destes indicadores, por cada entrevistada, colocamos-lhes em ordem crescente de disciplinamento e democratização. Além disto, calculamos a porcentagem de ocorrências dos dois modelos para cada uma das mães entrevistadas. Assim, pudemos observar de forma proporcional aos indicadores apontados qual dos dois modelos preponderava no relato daquela entrevistada. Desta forma, montamos dois grupos, conforme a tendência a um dos dois modelos educativos.

As características dos modelos democrático e disciplinador estão presentes no relato de todas as mães, mas ao somarmos o número de indicadores de ambos, para cada uma das entrevistadas, observamos que todas as mães pesquisadas apresentam um número maior de indicadores do disciplinamento. Desta forma, das oito mães, cinco foram classificadas como disciplinadoras e as demais integraram o grupo das democráticas. Com o intuito de facilitar a leitura do trabalho, qualifiquei algumas mães como democráticas por apresentarem um maior número de características democratizantes se comparadas às demais. Entretanto, ressaltamos que estas mães foram classificadas desta forma apenas no sentido de apresentarem traços mais democráticos que as outras embora ainda sejam, preponderantemente, disciplinadoras. Registramos na tabela seguinte os percentuais de disciplinamento das mães entrevistadas.

Porcentagem do disciplinamento entre as mães	
Mães	% de disciplinamento
Vilma	91 %
Ângela	88,5 %
Iran	87,2 %
Maria José	86 %
Meire	82,6 %
Helena	75,3 %
Jussara	70,5 %
Vera	65,2 %

Após a classificação das mães, segundo este critério, buscamos encontrar aspectos de diferenciação entre os dois grupos e para tanto, observamos nas entrevistadas fatores como idade, tempo de conversão, denominações as quais pertencem e que frequentaram, aceitação ou não do marido com relação à religião da esposa, nível de estudo, atuação na igreja e renda. Esta tarefa também foi realizada a partir da leitura de Couto (2004), que adverte algumas questões que devem ser observadas no estudo do pluralismo religioso. Segundo esta autora, é necessário para a identificação das significativas diferenciações do pertencimento religioso, ater-se a referenciais como classe social, gênero, geração, trajetória de vida pessoal e familiar e o significado das “passagens” por denominações religiosas para os sujeitos. Outros dois aspectos a autora considera interessante para o entendimento do processo de re-significação de valores associados à família: “tempo de conversão” e “momento no curso de vida”.

4.2 ALGUMAS PONDERAÇÕES INICIAIS

Com relação às igrejas frequentadas pelas entrevistadas, observamos que o trânsito por outras denominações ocorreu entre as mulheres dos dois grupos, excetuando-se duas que afirmaram ter feito apenas visitas ocasionais (Verônica - Democrática e Iracema - Disciplinadora). No que concerne à aceitação ou não do marido com relação à religião da esposa, também encontramos uma mãe de cada grupo, cujo marido não aceita a religião da esposa (Heloísa – Democrática e Iracema - Disciplinadora). Acerca da atuação das entrevistadas nas igrejas evangélicas que frequentaram ou pertencem, do total das mulheres entrevistadas, seis tiveram ou tem forte atuação, inclusive em cargos de destaque, enquanto

somente duas mulheres (pertencentes a mais alta faixa de renda familiar: 11 a 20 salários mínimos), uma de cada grupo, não executam ou executaram algum trabalho na igreja. As características religiosas das entrevistadas seguem na próxima tabela.

Nome	Denominação	Idade na conversão	Tempo de conversão	Religião do esposo	Frequência de outras denominações?	Aceitação do marido c/ relação à religião da esposa	Atuação na igreja (alto / baixo)
Janete	Assembléia de Deus	32	8	Sem religião	Sim	Sim	Baixo
Verônica	Congregação Cristã do Brasil	31	14	Sem religião	Não	Sim	Baixo
Heloísa	Maranata	29	6	Sem religião	Sim	Não	Baixo
Valquíria	Evangelho Congregacional	44	8	Sem religião	Sim	Sim	Alto
Mariza	Metodista Wesleyana	39	10	Sem religião	Sim	Sim	Baixo
Ana Maria	Presbiteriana	38	12	Sem religião	Sim	Sim	Baixo
Mônica	Quadrangular	27	12	Sem religião	Sim	Sim	Alto
Iracema	Presbiteriana	35	12	Sem religião	Não	Não	Alto

Com relação à faixa de renda familiar das mulheres democráticas, observamos uma igualdade de distribuição das entrevistadas entre cada uma das faixas de renda apresentadas: 0 a 5 (1), 6 a 10 (1) e 11 a 20 (1) salários mínimos. Por outro lado, as mães disciplinadoras se dividiram entre os dois extremos, concentrando-se a maior parte delas entre 0 a 5 (3) salários mínimos e as outras na faixa de 11 a 20 (2). Com relação ao nível de estudo das mães entrevistadas, os resultados que obtivemos mostram que não há ligação entre nível de estudo e modelo educativo. As características sócio-demográficas das entrevistadas podem ser melhor visualizadas na tabela seguinte:

Nome	Idade	Nível de Estudos	Profissão	Rendimento pessoal (sal. Mín.)	Número de filhos	Modelo educativo ao qual pertence
Janete	44	2º grau	Dona de casa	0	4	Democrática
Verônica	45	Superior completo	Professora	3	3	Democrática
Heloísa	35	Superior em curso	Professora	1,5	2	Democrática
Valquíria	52	Superior incompleto	Dona de casa	0	5	Disciplinadora
Mariza	49	Superior completo	Diretora de escola	0 a 5	2	Disciplinadora
Ana Maria	50	Superior completo	Professora	3,5	4	Disciplinadora
Mônica	39	2º grau	Funcionária Pública	2	2	Disciplinadora
Iracema	47	Superior em curso	Professora	0 a 5	3	Disciplinadora

Queremos realizar ainda um esclarecimento sobre a apresentação dos dados. Optamos por demonstrar as diferenças entre os dois grupos de mães, a fim de evidenciar as características e concepções de cada um dos modelos democrático e disciplinador que, por vezes, se contrapõem. Entretanto, como acabamos de registrar, os dois grupos das mulheres pesquisadas não apresentam características muito diferenciadas. Antes, mais se aproximam do que divergem.

Assim sendo, queremos registrar alguns indicadores, ligados ao modelo disciplinador, compartilhados por todas as mães ou por quase todas. Foram recorrentes, por exemplo: a valorização da obediência e da submissão dos filhos; o estabelecimento de regras e limites; o controle do comportamento e hábitos dos filhos, oferecendo uma “liberdade protegida”; a valorização da autoridade parental, considerada imprescindível para o êxito do processo educativo; o enfraquecimento de ideários que os genitores consideram negativos, reforçando, ao mesmo tempo, os valores abraçados por estes; o exercício da “liberdade vigiada” para com os filhos, dirigindo-os para espaços de maior vigilância ou habitação familiar; a valorização da disciplina, o condicionamento do livre-arbítrio e da autodeterminação do filho à idade deste, sendo permitidos só a partir de uma certa idade (geralmente a partir da adolescência) e a valorização da infância como fase privilegiada para a assimilação dos ensinamentos paternos. Relacionados a estes, as mães citaram com frequência a valorização da assimetria entre genitores e filhos; a socialização diferenciada dos filhos segundo o sexo; a divisão sexual do trabalho, sendo a casa o reino do feminino e o pai como o maior responsável pela

provisão da família; a presença da mãe ao lado do filhos, considerada principal responsável pelo cuidado e orientação destes; a seleção e a fiscalização sobre as amizades e o namoro dos filhos, devendo os genitores evitar a convivência dos filhos com pessoas que podem trazer influências negativas ou contrárias aos valores que apregoam e a consideração dos genitores como os maiores orientadores dos filhos, não devendo assim, terceirizar esta tarefa a outras instâncias educativas.

Quanto à filiação religiosa das entrevistadas, as cinco mães disciplinadoras pertencem às denominações: Evangelho Congregacional, Metodista Wesleyana, Presbiteriana (2 entrevistadas) e Quadrangular. Por sua vez, as mães democráticas freqüentam: Congregação Cristã do Brasil, Maranata e Assembléia de Deus.

De forma geral, “as igrejas protestantes no Brasil têm sido caracterizadas por sua rigidez nos costumes, sua repressão ao corpo e todas as expressões festivas da cultura brasileira” (ALVES; BRANDÃO; VELASQUES FILHO *apud* MACHADO; MARIZ, 1996, p. 153). Apesar do comportamento ascético com rejeição à bebida, ao cigarro e ao Carnaval ser “quase uma norma geral para todas as igrejas pentecostais” (MACHADO; MARIZ, 1996, p. 154), algumas denominações são mais conservadoras e rígidas do que outras, tal como a Assembléia de Deus, apontada pela literatura como a mais rígida no aspecto de usos e costumes (FREESTON, 1996). Neste sentido, a rigidez da “doutrina” de embelezamento serve como divisor de águas entre as diferentes denominações e é um dos fatores para a entrada ou abandono de determinada igreja. Shaunna Scott, citada por Machado (1996), observa que a profissionalização das mulheres e sua ascensão social as fazem contestar esta rigidez no estilo de vestir. Os dados de Machado corroboram as conclusões daquela autora ao constatar uma relação entre o pertencimento às camadas médias e regras flexíveis com relação ao vestir. Segundo Machado (1996), em geral, nas igrejas de camadas médias a restrição na forma de vestir não existe ou é bem pouca. Assim, o grau de ascetismo adotado é um dos aspectos que mais sofre influência da camada social dos membros. Além disto, entre as igrejas estudadas, as únicas que aceitam mulheres como pastoras são pentecostais: a Metodista Wesleyana e a Quadrangular. Nestas é permitido à mulher exercer funções de liderança e trabalhos que só são autorizados aos homens em algumas igrejas históricas.

Além de apontar as diferenças entre as denominações, sobretudo nas questões relativas à vestimenta das mulheres, na permissão ou não da vaidade, e na aceitação ou não da mulher em cargos de liderança, que revelam ou não aspectos de democratização, queremos também explicar porque existem mães disciplinadoras em “denominações democráticas”, bem como democráticas nas igrejas mais conservadoras.

Baseando-nos na afirmação de Machado (1996, p. 105) de que a “adesão a um grupo confessional pode gerar formas diferenciadas de compromisso e assimilação dos valores da liderança religiosa”, inferimos que apesar das denominações evangélicas também possuem seus “dogmas”, referido aqui na forma de princípios imutáveis por provirem da ordenança divina, seus membros nem sempre os seguem ou os acolhem integralmente. Desta forma, temos que a biografia dos sujeitos interfere no acolhimento dos ensinamentos religiosos. Segundo Couto (2001b) é importante reconhecer a conexão entre a experiência religiosa vivenciada, o estilo de vida particular de quem a adota e as intercorrências na vida familiar. Esta percepção liga-se à compreensão da afiliação religiosa como um processo que implica não apenas a aderência a um sistema de crenças, mas também um comprometimento com o grupo que sustenta estas crenças. “Ainda que a conversão possa ser entendida e publicamente expressa em termos do relacionamento homem/divindade, também envolve modificações no intercâmbio social e, portanto, nas relações familiares” (COUTO, 2001b, p. 32).

Um outro ponto que não podemos deixar de levar em consideração, na assimilação e seguimento das orientações evangélicas, e desta forma, na conformação a algum modelo educativo, tais como os estudados neste trabalho (democrático e disciplinador) se refere ao fenômeno da conversão das mulheres. Segundo diversos autores (COUTO, 2001a, 2001b; MACHADO, 1996) a conversão tende a provocar a adesão a novos valores e mudanças na visão de mundo dos conversos construindo assim uma “nova identidade”¹⁹ (BARBOSA, 1999).

Entretanto, como afirma Machado (1996), é necessário diferenciar dois tipos de mulheres convertidas. O primeiro é formado por mulheres que ao se converterem já possuíam um comportamento próximo dos padrões da moral cristã, também porque estes marcaram a cultura patriarcal brasileira. Assim, a adesão a uma denominação não provoca uma ruptura biográfica na vida destas mulheres. Por outro lado, existem pessoas que antes de se converter tinham hábitos, mentalidade e uma vida espiritual (caracterizada por práticas religiosas sincréticas ou pelo ateísmo) diferentes da moral cristã. Para estas então, a conversão ganha o sentido de um renascimento “provocando rupturas com o estilo de vida anterior e a adoção de novas formas de comportamento” (1996, p. 106). Mesmo no último caso, o das pessoas que atribuem o “novo nascimento”²⁰ à conversão, pensamos que esta não gera uma ruptura

¹⁹ Barbosa (1999) afirma ainda que a igreja é importante para o converso, dentre outros motivos, no sentido de fornecer uma identidade específica ao fiel, comparado a outras pessoas “do mundo”.

²⁰ Fernandes (1994, p. 164) confirma isto dizendo que “a adesão em seara protestante é tematizada justamente como uma experiência de mudança que deve afetar a vida do converso por inteiro. Fala-se mesmo de um ‘novo nascimento’”.

biográfica. Neste sentido, Couto (2001b) afirma que ressalvas devem ser feitas com relação às afirmações das transformações ocorridas na biografia dos conversos.

Diante disso, as histórias relatadas de mudança após a conversão devem ser relativizadas e analisadas de forma cautelosa, dado que alguns sujeitos tendem a exagerar sobre os níveis de transformações alcançados em termos pessoais e da relação conjugal-familiar (COUTO, 2001b). Para se ter um exemplo de como as transformações ocorridas podem não ser tão “radicais”, no sentido de provocar uma mudança definitiva, em sua pesquisa na área da sexualidade e reprodução, Couto (2001a) demonstrou que antigos hábitos, pensamentos e comportamentos podem permanecer na vida da pessoa após sua conversão, em outras palavras, não há um rompimento com sua biografia. “O que é interessante perceber é que, mesmo após a conversão e, sobretudo por parte daquelas que não conseguiram trazer para a sua igreja/religião seus maridos, o uso de métodos artificiais permanece” (2001a, p. 34). Do mesmo modo, pensamos que coexistem e lutam entre si “o homem velho” e “o homem novo”.

Ademais, os principais resultados em torno da temática da educação de filhos corroboram as impressões de que os elementos de autonomia de escolha e pertencimento religioso convivem, lado a lado, com os padrões mais gerais que informam a dinâmica dos gêneros na família e na sociedade. Neste sentido, Couto (1996) afirma que a convivência destes dois elementos gera um constante deslocamento entre ideal/valor e real/prática que se expressa em termos individuais, mas que traz importantes repercussões quando se trata do relacionamento conjugal, sobretudo quando este envolve o não compartilhamento da crença religiosa. Esta autora ressalta também que este deslocamento se processa no interior do sujeito mediante a introjeção de novas normas e preceitos religiosos. Desta forma, o sujeito não rompe completamente com os referenciais com os quais conviveu durante a socialização familiar e com o contexto social que formou grande parte de sua trajetória de vida²¹.

Couto afirma ainda que “embora as religiões evangélicas proponham um novo sentido para a vida do crente, baseado numa nova ética, é impossível que este se desprenda por completo de seus antigos referenciais identitários” (2001b, p. 338). Então, vemos que, na realidade cotidiana, há a sobreposição entre antigos e novos valores. Esta mesma visão é ratificada por Barbosa quando trata das mães evangélicas,

²¹ Lembramos ainda que a conversão não representa para as mulheres uma grande ruptura com seu estilo de vida, como representa para os homens, já que a conversão masculina, sobretudo das classes populares, demanda (re)construções ou atualizações da identidade herdada culturalmente.

Vivem uma situação de tensão ao confrontarem os valores de uma sociedade dinâmica e os valores tradicionais reafirmados pela comunidade religiosa da qual fazem parte, mas vivem também um esvaziamento desta tensão ao encontrarem o lugar da certeza, da resposta para situações [...] a importância da igreja para a família tem se mostrado em situações de crise, quando as certezas se rompem. (1999, p. 108).

Reforçando que a conversão não anula as influências das experiências anteriores e reconhecendo que podem ser inúmeras transformações pelas quais passam as mulheres de famílias marcadas pelo pluralismo religioso, Couto (2001b) afirma que a observância dos preceitos que passam a orientar as vidas das mulheres evangélicas está proporcionalmente relacionada à conquista, parcial ou completa, da manutenção e do reforço da família.

Assim temos que o quadro resultante que se apresenta para o analista é, senão desalentador, bastante complexo. Isto porque exige uma abordagem que permita, ao mesmo tempo, compreender as múltiplas intercessões entre os esquemas culturais na forma como eles são atualizados pelas pessoas em seus modos de vida cotidianos e, também, o reposicionamento das fronteiras sociais características do processo em mudança cultural em andamento. (COUTO, 2001a, p. 31).

Podem repercutir ainda na efetivação do modelo educativo aspectos como a classe social ou o gênero. Assim sendo, a conversão não homogeneizaria as práticas educativas das mães evangélicas. Soma-se a isto o fato das diferentes denominações transmitirem formações diferenciadas no tocante à moral familiar e à educação de filhos. Segundo Machado (1996), o processo de socialização não ocorre da mesma forma (nem atinge os mesmos resultados) nos diferentes segmentos sociais, nem mesmo a categoria gênero é homogênea, como poderia se supor. Da mesma forma, a interferência do nível de instrução também não pode ser desconsiderada no processo de construção da identidade e da opção religiosa e isto vale também para o ciclo de vida.

4.3 AS CONCEPÇÕES DAS MÃES QUANTO À CAPACIDADE DE ESCOLHA DOS FILHOS

No que concerne ao primeiro ponto basilar da pesquisa: qualidades e aptidões que os pais querem que o filho adquira, observamos que a preocupação das mães do modelo democratizante se volta sobretudo para a autonomia da criança. Assim, elas têm por norma

permitir que as crianças tomem iniciativas e a visualizam como capazes de tomar decisões, mesmo que dentro de limites. “Eu falo com elas, dou liberdade pro meus filhos sair, pra ir buscar, é isso. Melhor preparar, conversar do que ficar prendendo” (Janete - Democrática). Por outro lado, observamos no modelo disciplinador que quando os filhos são pequenos, os pais acham que estes não têm capacidade de escolher seus amigos e decidirem algumas coisas por si mesmos. Por este motivo, os genitores querem instruí-los desde cedo a fazer esta escolha (autodisciplina). Desta forma, podemos notar que a maior parte das mães disciplinadoras ainda relacionaram a autonomia do filho com a idade; por exemplo, algumas disseram que geralmente até a adolescência, os filhos deviam pedir autorização dos pais.

Observamos também que no modelo democratizante a criança é introduzida como um elemento ativo, participante e determinante de seu processo educativo, podendo, inclusive, negociar as regras com os genitores. Duas das mães evangélicas entrevistadas também relataram que o número de regras que seus filhos têm que seguir, é menor do que elas tinham que se submeter quando crianças, confirmando o que afirma Biasoli-Alves (1997). A preocupação destas genitoras volta-se sobretudo para a felicidade da criança, traduzida como bem estar emocional. Daí pode se entender o esforço dos genitores no desenvolvimento da auto-estima dos filhos, traduzido muitas vezes na forma de elogios: “sempre elogiava, a gente sempre elogia, porque eu acho isso muito importante no desenvolvimento do ser humano” (Heloísa – democrática). Além disto, a comunicação abre-se integralmente e passa a ser valorizado pelos pais o “dizer tudo sempre” e do “se expressar”, levando a preocupação com o bem-estar subjetivo da criança.

Eu costumo dizer que tem palavras que precisam realmente ser ditas porque o que fica subentendido pode gerar conflitos internos, pode causar trauma, ressentimento porque não ficou dito, não ficou claro. Então, se eu sinto, eu tenho que botar para fora. (Verônica - Democrática)

Notamos ainda que as mães democráticas criam filhos visando torná-los adultos competitivos, independentes e realizados profissionalmente, sendo esta independência relacionada muitas vezes à esfera econômica. Desta forma, os estudos e conseqüente sucesso profissional são apontados como condições indispensáveis para o alcance de um bom salário e, portanto, da autonomia. Assim, percebemos que enquanto estas mães citaram com freqüência a “independência financeira” de seus filhos e filhas, sobretudo de seus futuros cônjuges, as mães disciplinadoras citaram mais a obediência, a continência, a submissão aos pais – virtudes pertencentes à moral cristã -, qualidades ligadas à esfera espiritual tal como o

temor de Deus - “ter testemunho de vida com Jesus”, ser pessoa de oração ou de diálogo com Deus, etc. -, bem como características próprias para cada sexo, ligados aos papéis masculinos e femininos definidos pela clássica divisão sexual do trabalho. Estas mães desejam que, enquanto os rapazes sejam “trabalhadores e estudiosos”; as moças sejam: “doces, meigas e de bom comportamento”. Duas das mães disciplinadoras (Mônica e Mariza) citaram características dos dois modelos neste quesito, mostrando que a mentalidade tradicional convive com a moderna.

As qualidades de um rapaz? Que seja trabalhador, que tenha uma boa formação, que goste de estudar, já para a menina, que tenha um bom comportamento, seja obediente, estudiosa e que trabalhe para ser independente e ter uma vida financeira boa [...] Eu e o Júnior temos os mesmos planos para os meninos: que estudem, sejam independentes, trabalhem. Sempre falo para a Dreice: quando a mulher tem o seu, ela não fica dependendo do marido. Para Leo eu digo a mesma coisa: lute e tenha o que é seu. (Mônica - Disciplinadora)

De tanto eu falar com ela [a filha mais velha], que é melhor ser independente, ter o emprego dela, todas as outras filhas falam mesma coisa: ter a independência delas. “É ser independente minha mãe, é isso aí”. Tem que se casar, mas não é bom casar e ter que depender do marido. (Janete - Democrática)

Autonomia, autonomia mesmo do aprender fazer fazendo, não está colocando a minha mãozinha mágica em nada. (Verônica - Democrática)

Quatro mães, sendo duas disciplinadoras (Mônica e Mariza) e duas democráticas (Verônica e Heloísa), relacionando estudo com autonomia financeira, disseram ainda que aconselham suas filhas a não se casarem antes de concluírem sua formação técnica. O casamento então aparece aqui como fator impeditivo ou dificultador do início ou continuidade do processo acadêmico. Aqui também pode ser observado que o casamento aparece como uma dimensão relacionada, sobretudo ao sexo feminino, como um projeto de vida. Contudo, tal projeto não deve frustrar um outro que a mãe julga ser importante: a independência financeira do marido.

Acho que de tanto eu falar, de tanto eu ensinar a ela não ser acomodada como eu, não queira casar cedo como eu casei, sempre falo pra ela estudar, ser independente, eu sempre aconselhei ela desde novinha, e eu acho que de tanto eu falar, hoje o pensamento dela é esse. (Heloísa - Democrática)

4.4 O CONTROLE E A VIGILÂNCIA COMO RECURSOS EDUCATIVOS

Tratando agora da segunda temática “recursos e métodos pedagógicos que os pais utilizam para transmitir seus valores e ensinar comportamentos ‘adequados’ aos filhos”, os modelos democratizante e disciplinador possuem características que se opõem entre si e outras que são específicas de cada um deles.

Dentre as contraposições verificadas entre os dois modelos, observamos no democratizante a ênfase do cuidado nas relações pai e filho, sobretudo no primeiro ano de vida deste. Desta forma, o desenvolvimento sadio da personalidade depende das experiências da infância. No modelo disciplinador, os primeiros anos de vida dos filhos são também vistos pelos pais como estratégicos, porém sob uma ótica diferente: a da assimilação dos valores paternos.

Quando eu aceitei Jesus o menino tava com que, com dois anos né, desses dois anos em diante eles sempre, eu falando os princípios de Deus pra ele e pra a menina também, que tinha quatro anos. (Mônica - Disciplinadora)

No modelo democratizante, atribui-se importância à expressão do afeto dos genitores, inclusive por parte do pai, à criança. Também entre as mães disciplinadoras entrevistadas observamos a alteração da imagem paterna no sentido do aumento das trocas afetivas e valorização deste afeto por parte das mães. A maior parte destas afirmam que seus esposos, na relação com os filhos, são muito carinhosos. Além disto, no modelo democrático, a figura masculina, de autoridade máxima, transforma-se ao buscar fazer-se amigo do filho, ocasionado a transição de um ideário tradicional para um moderno.

Um outro ponto é que enquanto no modelo democratizante as mães optam por um enfoque antiautoritário na relação pais e filhos, as mães do ideário disciplinador valorizam e exigem a obediência, disciplina e submissão, por parte dos filhos. Isto implica, ao mesmo tempo, que o não cumprimento do limite estabelecido pelos genitores envolve sanções. Nesta ótica, os limites – valorizados e assumidos como recurso educativo - visam a não inversão de papéis dos filhos, com relação aos pais, garantindo assim a autoridade destes, como se pode constatar no trecho abaixo.

E o que é mais importante no pai e na mãe, na educação, é eles não perderem a liderança e a autoridade [...] então o que eu não quero perder nunca é questão do domínio, pois naquela hora, naquele momento, eu estou com a liderança, ou seja, eu

estou com a posição do correto [...] eu quero que eles tenham essa visão de mim porque se eu perder isso, é difícil recuperar [...] aí se perdem, se tornam autoritários, se tornam indisciplinados, quer dizer, a minha palavra já não vai ter honra. (Valquíria - Disciplinadora)

Comparando os meus filhos com os dos meus irmãos, os meus filhos têm demonstrado serem assim mais equilibrados do que os filhos dos meus irmãos, que foram criados assim muito soltos, com os pais muito permissíveis. (Ana Maria - Disciplinadora)

Embora haja uma semelhança entre os próximos indicadores pertencentes aos modelos democratizante e disciplinador - atribuição de eficácia à explicação do certo e do errado como método e ensinamento do “correto”, regras e acordos, numa atitude pró-ativa -, respectivamente, encontramos uma diferença no sentido dado a cada uma destas ações por parte dos genitores. Desta forma, no modelo disciplinador, esta prática visa a “internalização” ou a “interiorização da disciplina” por parte da criança. Esta internalização pode ser percebida inclusive em um outro indicador do disciplinamento: a explicação à criança do castigo ou da palmada recebida, para que esta ação seja didática ou alcance o objetivo, que é levar a criança a entender o seu erro para não mais repeti-lo. Já a explicação do certo e do errado é apontada pelas mães democráticas como prática importante para o desenvolvimento do senso crítico do filho ou da capacidade de discernimento deste diante das diversas situações.

Explico porque, não é apenas “não”, “não por isso, isso e isso”, porque não adianta dizer “não” e a pessoa ficar [...] “Minha mãe tudo bem.” Tem que ter o senso crítico né? Tem que tirar as dúvidas. (Janete - Democrática)

Meus filhos sempre tiveram uma criação tão rígida que eles foram exercendo aquela condição de conviver dentro das normas que a gente orientava e aquilo se tornou uma prática. Não precisou ele ser rebelde. Meu filho jovem nunca fumou cigarro escondido, nunca chegou em casa bêbado, minha filha nunca fugiu para namorar, nunca houve nada disso. (Mariza - Disciplinadora)

Então é há o sim e há o não porque isso é o freio e a gente de acordo com essa questão aí a gente tem que dar o limite a eles, tem que ensinar o que é obediência, tem que ensinar o que é temer a Deus, tem que ensinar o que é as coisas ruins para que eles possam frear e não ir assim para o outro caminho. (Valquíria - Disciplinadora)

Com relação às correções das crianças, por parte dos pais, diante de comportamentos considerados “inadequados”, observamos semelhanças e diferenças no ideário por parte das mães dos dois grupos. Desta forma, ao mesmo tempo em que o modelo democratizante aponta para uma tendência cada vez maior de substituir a punição física pela correção verbal – “a gente costuma usar algum tipo de punição que não fosse física [...] cortar as coisas tipo televisão, tipo sobremesa, parar um tempinho sentado no lugar para pensar no que estava

fazendo de errado, mais ou menos por aí” (Verônica - Democrática) - no modelo disciplinador, os pais apontam uma ordem ideal para se corrigir comportamentos inadequados dos filhos: diálogo, castigo e punição física. A semelhança então está na opção primordial pelo diálogo. A diferença está no fato destes genitores considerarem a punição física como um recurso educativo caso seja necessário, enquanto no outro modelo, claramente influenciado pela Psicologia, o potencial educativo deste método é cada dia mais desacreditado.

Desta forma, observamos que ainda vigoram na mentalidade das mães disciplinadoras concepções tradicionais de disciplinamento, assim como o ideário, disseminado por algumas denominações evangélicas acerca dos benefícios da “vara” para manter o controle disciplinar sobre os filhos, tal como foi visto no Capítulo 2 deste trabalho. Segundo as mães do modelo disciplinador, este tipo de “correção” dos filhos é realizada visando prevenir que estes recebam uma punição maior da sociedade (no futuro). As que optam pelo castigo ou punição física, afirmam, contudo, que estes recursos devem ser realizados sem excessos e de forma que não humilhe a criança, para que esta não tenha “prejuízos” de ordem emocional e psicológica.

Sempre eu fui muito de diálogo, muito da conversa, desde de pequeninos eu chamava e falava "você não pode fazer isso, por causa disso, disso e disso", desobedecia, tornava a chamar de novo, aí quando eu já via que estava de novo, aí eu castigava. (Ana Maria - Disciplinadora)

Pode usar a vara de maneira que você não vá magoar a criança, né? Para a criança não ficar com raiva, com ódio de você e quando bater explicar e dizer pra ele porque que tá batendo, porque ele ta apanhando, né? (Mônica - Disciplinadora)

Este último trecho confirma o que foi dito no segundo capítulo deste trabalho: o castigo deve ser “didático”, ou seja, além de não levar ao constrangimento da criança, deve levá-la a aprender com o erro cometido, de forma a levá-la a não repeti-lo mais. Aqui, novamente, é retomada a importância da explicação dos pais para que a criança compreenda o que os levou a aplicar aquele castigo. Como foi visto no Capítulo 2, para a aplicação da penalidade é preciso que esta seja hierarquizante. Para tanto, os genitores devem classificar os fatores em pólos positivos e negativos ou valores opostos: bem e mal, certo e errado, Reino de Deus e mundo, o que de fato percebemos em seus relatos. Desta forma, as primeiras destas dimensões, são apontadas e transmitidas como superiores e contrapostas às segundas.

Tem até no provérbio: “usa a vara no necessário”, né? Eles falam na vara, mas a vara eu creio de quando tá pequeno né? Depois quando homão como é que vai bater né? Enquanto ele [o filho] tava pequeno ele apanhou, pode bater de maneira que

você não vá magoar né? [...] Umas palmadinhas não faz mal né? (Mônica - Disciplinadora)

Visto isto, pode-se perceber mais facilmente porque no modelo disciplinador, apesar do diálogo entre pais e filhos também ser valorizado - “a gente conversava muito sobre todas as coisas [...] Eu acho que minha família é um pouco diferente porque lá a gente não tem questão de a gente não esconder nada um para o outro, a gente tem muita sinceridade” (Mariza - Disciplinadora) – ele é mais considerado como um meio privilegiado de orientação do que como um método em si. Neste caso, o diálogo é visto sobretudo como um método de correção, resolução de impasses e com vistas à mudança de atitude dos filhos. Além disto, as mães deste modelo afirmam que o diálogo ou a “exortação”, no sentido que explicamos agora, para “produzir frutos” ou alcançar o objetivo pretendido, devem ser exercidos com afeto.

No modelo democratizante o diálogo é citado com mais frequência, como um método educativo em si mesmo. Assim, a criança é considerada como parceira do processo educativo. Desta forma, temos a ênfase no diálogo com a criança por parte dos pais, sendo aberto um amplo canal de comunicação entre crianças e adultos de forma que elas se dirigem a estes, sem levar em consideração diferença de papel, de experiência e de conhecimento, enquanto que no modelo disciplinador, como trataremos melhor adiante, esta “simetria” de diálogo não acontece entre pais e filhos, uma vez que este pressupõe o reconhecimento de uma hierarquia entre os membros do grupo familiar, existindo então diferenciação dos atributos de cada uma das partes.

a gente tem muita sinceridade, a gente tem muita harmonia, muito amor, muito respeito, meus filhos ainda me chamam de senhora, o pai de senhor. Hoje em dia não existe isso. Meus filhos têm aquela consideração, minha mãe está dormindo vou fazer silêncio. (Mariza - Disciplinadora)

Retomando à questão da autonomia dos filhos, chegamos a uma outra diferenciação entre as mães pertencentes a cada um dos modelos abordados. Assim sendo, enquanto entre os indicadores da democratização encontramos a orientação de dar permissões às crianças a fim de não tolhê-las, não frustrá-las ou não desestimulá-las, procurando ver em cada uma delas suas idiossincrasias, uma vez que “a individualidade da criança deve ser compreendida, respeitada e atendida”, no modelo disciplinador é realizado e defendido o controle/regulação do comportamento e hábitos da criança por parte dos pais. Deste modo temos a adoção do modelo de “liberdade protegida”: a família traça um cordão sanitário em torno da criança, controlando seu desenvolvimento. Além disto, no modelo democratizante, o aumento das

permissões maternas confirma a passagem do controle externo dos genitores ao autocontrole das crianças, partindo do pressuposto que a livre-determinação destas é fundamental para uma vida futura saudável.

Eu acho que de certa forma eu cresci juntos com eles. Eu costumo dizer que eu fiz a minha história porque eu aprendi com eles como eles eram e não queria muito seguir os caminhos da minha mãe como matriarca como uma pessoa que manda o tempo todo. (Verônica - Democrática)

Eu criei muito meus filhos por telefone, eu ligava para saber se já tinha almoçado, já tinha chegado. Eu levava eles de manhã e não pegava, vinham sozinhos. Aí eu ligava para saber se tinham almoçado, já tinham feito o dever, se estavam vendo televisão, até merenda meus filhos tinham controlada, eles não abriam o armário [...] Eu sou autoritária, participativa, eu sempre tomei atitude [...] se me derem o comando eu comando, sempre fui assim desde criança. (Mariza - Disciplinadora)

Tanto as mães disciplinadoras quanto as democráticas não deixaram de citar um outro recurso: apresentarem a si mesmas como as referências fundamentais na orientação da conduta dos filhos, ou seja, defendem que os maiores orientadores dos filhos devem ser seus pais. Tal característica nos faz pensar que talvez este indicador esteja ligado mais à formação religiosa que estas mães recebem, do que a tendência democrática ou disciplinadora que apresentem.

[Você busca partilhar sua fé com seus filhos?] Sempre, eu vivo só pra isso [...] a todo momento e, e com minha própria vida né, com meu exemplo mesmo, chamando pra ir pra Igreja [...] eu mostro a verdade a eles, o caminho de se adorar a Deus, mas eu aconselho, eu mostro entendeu, tanto na Bíblia como no meu testemunho de vida. (Ana Maria - Disciplinadora)

Desta forma, estas mulheres afirmam também que os filhos devem buscar orientação nelas mesmas. Como foi visto no Capítulo 2, entre as orientações que os genitores evangélicos recebem das denominações, está aquela de se tornarem os melhores amigos dos filhos. A instrução de serem os pais os principais orientadores de seus filhos visa à transmissão dos valores e, dentre eles, os espirituais. Seguindo este raciocínio, temos que conquistando a confiança e o afeto dos filhos, os pais podem, mais facilmente, regular comportamentos e hábitos sociais que sirvam à consolidação e ao aumento do poder religioso institucional, potencializando-o, bem como a reprodução dos evangélicos, enquanto grupo social. Assim, podemos entender porque as mulheres entrevistadas valorizam a presença dos pais, mas, sobretudo das mães, na criação dos filhos.

Se ela está cercada de coisa ruim, tem que ter sabedoria, a malícia que eu falo é a sabedoria de ter visão e isso só há uma forma, buscando sempre a intimidade do Senhor orando, lendo a palavra, deixando que o Senhor vá falando com ela, falando principalmente comigo para poder está orientando ela e glória a Deus que eu tenho uma igreja que ajuda porque a igreja ajuda os pais nisso. (Valquíria - Disciplinadora)

4.4.1 O “fechamento social” e a reprodução do grupo evangélico

Como foi dito anteriormente, os dois modelos educativos abordados (o democrático e o disciplinador) possuem características que se opõem entre si e outras que são específicas de cada um deles. Portanto, agora abordamos aquelas que são próprias do disciplinamento e que ajudam no entendimento das considerações realizadas anteriormente. Dentre elas há o exercício por parte das mães disciplinadoras da “liberdade vigiada”, que segundo a literatura envolve a limitação da liberdade da criança, dirigindo-a para espaços de maior vigilância ou habitação familiar. Este controle é percebido quando as entrevistadas afirmam preferir receber os amigos dos filhos a permitir que estes freqüentem as casas dos amigos.

Eles saíam sempre supervisionados, por exemplo, iam para casa de minha irmã porque era minha irmã, não gostava de meus filhos ficarem dormindo nas casas das pessoas, nas casas de colegas, nunca permiti, agora eles levaram amigos para minha casa. Eu sempre dizia assim, tragam para casa de vocês, não vão para casa deles [Mas para trazer precisava de autorização?] É. Às vezes em alguma criança que por ter um hábito assim que era contrário à minha educação eu às vezes proibia eles andarem, brincarem. (Mariza - Disciplinadora)

Notamos também que o grau de controle dos genitores difere a depender da natureza da situação. Algumas das mães disciplinadoras disseram que para coisas que consideram “simples”, como convidar algum amigo para ir à sua casa, os filhos não precisavam pedir autorização, bastava comunicá-las. Já para dormirem na casa de amigos e sair ou viajar com estes, afirmaram que os filhos poderiam realizar estas atividades desde que fossem com pessoas pertencentes à “família extensa”. Se a pessoa em questão fosse um amigo, a liberação só se daria se este já fosse conhecido pela mãe desde a infância ou por muito tempo. Notamos ainda que as restrições sobre as filhas são maiores, como, por exemplo, dormir fora de casa.

[Eles ou ela podem dormir fora de casa?] Muito raro. Só na casa dos parentes. [Costumam passar férias com amigos?] Não, só viajam com, com as tias [...] Eles tem uma liberdade controlada [...] Eu creio que eles devem sempre estar sendo vigiados sabe? Vigiado assim, você tem que saber com eles tão gastando, porque, de repente, podem ir pra desvios da conduta, o que não é legal. (Iracema - Disciplinadora)

Geralmente eles pedem depois que o amigo chega, traz pra almoçar e avisa: “ó mamãe fulano veio almoçar.” [Na sua opinião, a partir de que idade uma criança ou um jovem deveria ter direito de convidar amigos sem pedir autorização?] Eu não creio, não sei se “autorização” seria a palavra certa, mas eu creio que precisa avisar aos pais que tá fazendo isso. [Tiago pode dormir na casa de amigos ou amigas?] Depende. [E Patrícia?] Todos três, depende do amigo e da amiga. Patrícia é ainda com mais restrições. (Iracema - Disciplinadora)

Além disto, as mães evangélicas que adotam o modelo disciplinador enfraquecem ideários e valores que consideram negativos e contrários aos que apregoam, abrindo espaço para o acolhimento de sua orientação (inclusive religiosa) transmitida. Como foi visto no Capítulo II, este “fechamento” é feito com vistas à reprodução social do grupo e à redução dos desvios. Desta forma, observamos no modelo disciplinador um processo educacional realizado, sobretudo “de fora para dentro” e que valoriza o disciplinamento e a normalização: comparando, diferenciando, hierarquizando, homogeneizando e excluindo.

Eu às vezes em alguma criança que por ter um hábito assim que era contrário a minha educação eu às vezes proibia eles andarem, brincarem. (Mariza - Disciplinadora)

Eu não permito que estejam indo a festas, festas dançantes né, trio. (Porque essas proibições?) Por que eu não quero que eles aprendam a gostar disso, eu quero que eles continuem gostando do mundo que eles tão vivendo né [...] Orientá-los como conviver com o mundo né, como estar ali e ser diferente, porque ser evangélico acaba sendo diferente, né? Não participando de atividades que a sociedade oferece e ler, orar junto com eles, por eles e com eles, né? (Iracema - Disciplinadora)

O disciplinamento referido no parágrafo anterior acontece também visando levar os filhos a submeterem-se a um modelo específico e à prática de determinados deveres. Desta forma, dá-se não só o adestramento da criança, mas a valorização desta prática. Como foi visto, os genitores adeptos deste modelo permitem o livre arbítrio ou autodeterminação do filho somente quando os filhos estão maiores ou mais velhos. Assim sendo, quando estes são crianças devem se submeter e sobretudo assimilar os ensinamentos ou as concepções de certo e errado transmitidas pelos pais.

Eu não vou permitir, hoje ela não tem idade, mas quando ela crescer, se tornar independente, ela disser assim: “eu vou me afastar da igreja”, eu digo: “você sabe o que você vai encontrar”, é o livre arbítrio dela [...] Mas enquanto estão dependentes, eu tenho que impor limites [...] Quando eles se tornam independentes, quando eles já estão ficando independentes, quando eles já estão se despedindo, estão saindo, oriento: “é isso assim, assim e assim”. Mas, enquanto estão dependentes, eu tenho que impor limites. (Valquíria - Disciplinadora)

Os recursos educativos citados nos três parágrafos anteriores contribuem para a compreensão do próximo indicador: o reforço dos valores abraçados pelos pais. Desta forma, observamos nas mães disciplinadoras uma preocupação em consolidar a doutrina que elas transmitiram aos filhos desde a infância.

Tiago ama música, forró, pagode e às vezes ao invés de estar ouvindo música, estar ouvindo a música evangélica, tá ouvindo a música que ele gosta, nunca privei né, fico orientando: “porque não está ouvindo não tá num som evangélico, porque não está ouvindo uma música evangélica?” (Iracema - Disciplinadora)

Em consonância com a moral e com ética cristã, as mães evangélicas do modelo disciplinador valorizam a postura regrada, o bom senso, o equilíbrio e negam os vícios: “Eu sempre aconselhei os meninos a terem cuidado com as amizades e a não se envolverem com pessoas que fumam e bebem” (Mônica- disciplinadora). Além disto, observamos também que estas mães se esforçam para ser as melhores amigas dos filhos a fim de evitar que as “más influências” o sejam. Neste sentido, confirmamos também este indicador, apontado no Capítulo 2, bem como o da criação, pelos genitores, de uma relação de confiança entre pais e filhos, que gera um espaço de socialização homogêneo, controlado pelos genitores. A partir de então podemos entender a razão da seleção e fiscalização (“vigilância hierárquica”) dos pais sobre as amizades, o namoro dos filhos, bem como sobre outras instâncias educativas (TV, escola), praticadas pelas mães entrevistadas.

Tem que ver as amizades, com quem anda e com quem está. Nunca deixei dormir na casa de amigo. Uma vez Dreice me pediu e eu não deixei porque eu não conhecia a amiga. [...] conheço os amigos mais próximos dos filhos. [...] Minha maior preocupação é com as amizades dos meninos, pois tem muitas que não conheço. (Mônica - Disciplinadora)

Fui e continuo sendo a mãe amiga, aberta de ontem, isso não mudei e não vou mudar porque eu vi que isso é importantíssimo à mãe ter um diálogo com os filhos. Muita amiga, principalmente com as minhas filhas mulheres para que elas confiem em mim, veja em mim uma mulher e não só a figura de mãe porque eu acho que, às vezes, quando é só figura de mãe, ela cria barreiras nesse relacionamento, porque os filhos começam a colocar a mãe lá no patamar e que impossibilitam eles a ter esse diálogo e essa intimidade. Então, eles vão ter com quem não deve e vão receber instruções de forma mais errada. Então eu sempre primei por isso porque eu quero que meus filhos busquem a mim e ao pai. (Valquíria - Disciplinadora)

O controle dos genitores sobre os filhos se revela, de maneira privilegiada, em dois aspectos: as amizades e o namoro. Com relação à questão da amizade, apesar das mães disciplinadoras afirmarem serem amigas dos filhos, elas valorizam um fator intrinsecamente relacionado à assimetria na posição entre pais e filhos: a obediência dos últimos aos

primeiros. Desta forma, elas não exitam em fazer prevalecer sua autoridade sobre os filhos. Esta assimetria será melhor abordada no próximo ponto e outras questões do comportamento dos genitores em relação aos amigos dos filhos será visto adiante.

eu coloco assim né, que o que a Bíblia, o que Deus acha daquilo, o que Deus pensa, [...] mas eu não gosto de impor, eu já impus muito e os meus filhos já me criticaram muito [...] mas já houve momentos de, de, dos meninos quererem e eu mostrar que não, que não é aquilo, enquanto eles fossem assim de menor e eu tivesse algum poder sobre eles eu não deixaria. [Mas você não deixava?] Não deixava, sem o pai, só eles, irem com colegas, ir em festa [...] Diacuí mesmo uma mocinha, bem, alguém que não fosse o pai, com o pai não [...] mas assim com vizinhos, com amigos, com primo, com parente não, se fosse um lugar que eu visse que não era bom, que não era recomendável a eles, em festa, festa de largo, ficar até tarde, São João, aí eu não deixava não. (Ana Maria - Disciplinadora)

Acerca do namoro, as mães disciplinadoras se revelam exigentes na aprovação dos namorados (as) por anteverem a possibilidade daquela relação resultar em um casamento. Afirmaram observar sobretudo os valores e os comportamentos dos candidatos (as) a genro ou nora e não escondem sua preferência por pessoas cristãs, ou seja, que possuam os princípios que elas julgam ser os melhores. No relato de uma das mães democráticas nos pareceu que a afinidade religiosa, para ela, não constitui um critério imprescindível. Ela também revela coerência com o pensamento abaixo expresso, quando em um outro momento da entrevista afirma que os conflitos religiosos entre o casal não derivam de um problema religioso mas de outro, de ordem relacional.

Se ela encontrar que não é da minha igreja e for uma pessoa boa eu não vou ser contra (Heloísa - Democrática).

ele tem que ser um homem de Deus [...] essa identidade cristã a gente só ver exatamente nas atitudes das pessoas, o testemunho é isso. É a primeira coisa e eu creio que Deus [...] Eu tenho pedido a Deus para ela um homem assim porque as outras coisas é processo, as outras coisas são coisas decorrentes dessa convivência, família e tudo [...] uma pessoa que é temente a Deus e tem testemunho disso é uma pessoa que está estruturada para formar uma família, é uma pessoa que está estruturada a ter um bom relacionamento com minha filha, venha ser um bom marido, um bom companheiro, é uma pessoa que não digo a você que não vai acontecer, que pode acontecer, mas é uma pessoa que vai ser difícil adular, é uma pessoa que vai respeitar a condição de esposa da minha filha, do que é família, base de família, então é uma pessoa que está preparada realmente porque ele tem o conhecimento da palavra e tem obediência. (Valquíria - Disciplinadora)

A maior parte das mães disciplinadoras afirma se esforçar para conhecer os namorados (as) dos filhos, bem como as famílias às quais estes pertencem. A maioria delas afirma exercer o controle sobre os filhos mais do que o marido e reforçar a vigilância e as instruções

quando os filhos começaram a namorar. O controle também pode ser observado na interferência que estas mães fazem nos namoros dos filhos.

[Procurou algumas informações sobre o namorado, namorada?] Sim, também às vezes eles não vão atrás, mas fica “quem é mesmo? E é gente boa? E a família, como é a família? É gente boa, é gente educada?” [...] Quando começou a namorar a vigilância foi mais né? Dizem que não se namora mais hoje com beijinho na boca, então eu pegava pesado com a questão de uma gravidez indesejada, de doenças sexualmente transmissíveis [...] Apesar de que eu sou contra os preservativos, sou contra o sexo antes do casamento. Tudo tem que ter o seu tempo, mas eu acredito neles. Então eu coloco a minha posição e oriento pra posição deles né? (Ana Maria - Disciplinadora)

Eu tive um problema com minha filha quando ela quis terminar com o noivo. Nós ficamos até de mal. Foi a primeira vez que a gente se desentendeu porque eu não concordava que ela terminasse com ele e ela tava determinada em terminar e a gente ficou zangada até que eu compreendi que ela tinha o direito de fazer a escolha dela, mas eu sofri muito. Eu fiquei quinze dias de cama quando ela terminou. (Mariza - Disciplinadora)

Ao mesmo tempo, esta última entrevistada e outra mãe disciplinadora afirmam se esforçar para respeitar a liberdade dos filhos na escolha de seus (as) namorados (as), ainda que a pessoa não lhe agrade. Para isto, elas afirmaram “aumentar o cuidado” na hora de expressar suas opiniões acerca dos (as) namorados (as) das (os) filhas (os) por perceberem que eles dão muito valor às suas opiniões. Como foi visto no Capítulo 2, este posicionamento pode ser compreendido diante da valorização do livre-arbítrio, concebido como dádiva de Deus ao homem e que, por isto, não pode ser negado a ele. Mas como também foi apontado, as mães entendem que os filhos são capazes de tomar a maior parte das decisões sozinhos, a partir de uma certa idade. Porém, quando pequenos, os genitores devem decidir por eles.

Eu fui muito importante e sou até hoje. Neto diz uma frase assim minha mãe não pode dizer nada de importante para a gente porque ela sabe que vai influenciar nossa decisão. Por exemplo, Neto está com uma namorada que não é que eu gostaria. É uma mulher mais velha do que ele, é uma pessoa ótima, eu quero muito bem, mas não para ser namorada de meu filho. [...] Então eu não falo porque eu tenho medo de influenciá-lo e como a questão afetiva é uma questão muito pessoal de cada um, eu não quero que amanhã ou depois meu filho diga assim eu deixei fulana por causa de minha mãe, mas eu nunca amei ninguém como eu amava, entendeu? Esse tipo de coisa eu não faço. (Mariza - Disciplinadora)

A maior parte das mães disciplinadoras afirmaram ainda que houveram namorados (as) dos filhos (as) que elas não aprovaram e a metade delas disse que já teve divergência com os filhos (as) por causa de seus namoros. Contudo, a maioria delas afirmou que os filhos não esconderam o namoro delas.

Com relação à prática parental de recompensar os filhos, valorizando assim os seus acertos, apesar de integrar o modelo disciplinador, construído a partir do Capítulo 2, notamos que a maior parte das mães democráticas também relataram utilizar este método educativo. Notamos que esta prática, a de premiar os filhos por algo certo que fazem, visando motivá-los a continuar praticando - chamada pela Psicologia de “Reforço positivo” e apontada por esta como benéfica ao processo educativo - é exercitada por mães dos dois modelos estudados. Elogiar, abraçar, dar carinho, atenção e amor à criança, foram as “premiações” mais citadas pelas mães entrevistadas.

Essa questão de prêmios e castigos quase todo mundo usa e eu não fugi muito à regra não. [Você também recompensava. Que tipo de recompensar assim você utilizava?] Verbal às vezes até com elogios coisas desse tipo, premiar mesmo de alguma forma material ou mesmo dessa forma de expressar, de deixar ele orgulhoso, sabendo de que ele fez alguma coisa legal, que eu fiquei feliz com ele. (Verônica - Democrática)

Principalmente nos estudos, mas não sempre, para não viciar, mas eu premiava na medida do possível porque a premiação é boa, mas não tem que ser necessariamente uma coisa material. (Valquíria - Disciplinadora)

As mães disciplinadoras defendem ainda um processo de socialização dos filhos, diferenciado segundo o sexo. Já as mães do modelo democratizante afirmam socializar seus filhos e filhas sem diferenciações entre os sexos. Entretanto, observamos nos depoimentos de todas as mães entrevistadas, as diferenças de autonomia de acordo com o sexo dos filhos, com maior liberdade para os meninos. Um exemplo neste sentido se refere à área da sexualidade. Embora as mães afirmem que a vivência da castidade deve ser praticada tanto pelos rapazes quanto para as moças, observamos uma maior vigilância na esfera sexual das filhas - confirmando o que afirma Salem (1980) sobre a parentalidade em camadas médias e Couto (2004) - e uma aceitação maior da quebra desta regra ou princípio, por parte dos filhos. Uma das entrevistadas (Verônica – democrática) disse que seu marido sentiu muita dificuldade em aceitar a gravidez de sua filha adolescente fora do casamento. Uma outra mãe, disciplinadora, afirmou que a experiência sexual do filho antes do casamento era algo inevitável.

Elas [as filhas] pontuam muito que eu sou mais liberal com o menino, “minha mãe você é machista, você deixa Anderson mais à vontade e tal”. Acredito que eu seja um pouco mais liberal pelo fato de ele ser mais velho [...] E eu temo muito por elas, é aquela coisa mesmo de a gente dizer assim é mais frágil, é menina então eu acho que eu sou um pouco mais, deixo ele um pouco à vontade. Por questão de séculos na nossa educação fica meio complicado de mudar da noite para o dia. (Verônica - Democrática)

A menina tem que ser doce, tem que ser sábia, mulher tem que ter uma sabedoria muito grande, tem que ter entendimento das coisas para saber conduzir a vida, tem que ser generosa [...] tem que ser também uma pessoa séria, tem que ser caprichosa, ter bom gosto, vaidosa, meiga, doce. [A questão do sexo antes do casamento. Você disse que era um valor para você...] É um valor, mas o que acontece é que eu sabia que não poderia manter isso durante muito tempo com relação ao homem. Ele é um homem que faz faculdade, tem a vida aí fora, ele é um homem bonito e é muito assediado e hoje eu faço de conta que não percebo. (Mariza - Disciplinadora)

Observamos assim que as mães dos dois modelos carregam influências de uma cultura tradicional, marcada pela socialização diferenciada dos filhos, e reforçada pela religião no que concerne ao comportamento desejado para meninas e meninos.

4.5 OS GENITORES COMO MAIORES ORIENTADORES DOS FILHOS

Com relação ao terceiro grande ponto: a repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe, no sentido da autoridade e tarefas assumidas por cada um, destacamos também vários pontos de diferença entre os modelos. O primeiro deles se refere às posições dos membros no interior da família. Desta forma, enquanto no modelo democratizante a opção é por uma estrutura igualitária, com maior simetria entre os membros da família, no disciplinador encontramos a valorização da assimetria intrafamiliar, sendo esta encarada como necessária e sadia.

Outra diferença que identificamos entre os modelos educativos escolhidos é a da autoridade dos genitores no âmbito familiar. Assim, no modelo democratizante além do deslocamento do centro da família da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”, observamos que o pai tem pouca autoridade no seio da família, fato criticado pelas mães disciplinadoras. Por outro lado, no ideário disciplinador a autoridade paterna não só é valorizada, mas o seu exercício é considerado imprescindível para o êxito do processo educativo e para a manutenção da ordem doméstica e social, ao “treinar” os filhos para o convívio com a sociedade mais ampla. Uma questão levantada por algumas mães entrevistadas foi a importância da figura masculina para o desenvolvimento integral do filho, atribuindo ao pai fatores como a autoridade, o respeito e a firmeza. Fica aí implícita a concepção da figura paterna como a maior autoridade simbólica do lar.

Às vezes ele fala grosso com os meninos apesar de que não levam muito a sério não [risos] Na hora eles faziam de conta até, mas eles costumam dizer que a última palavra é sempre a minha. Eles acham que eu tenho o poder de persuasão até com o

pai [...] Por exemplo, quando tem decisões importantes para serem tomadas ou eles querem muito uma coisa, a depender da nossa opinião eles vêm primeiro a mim aí eu digo: “não o pai tem que estar ali presente” aí eles falam “ah mãe desburocratiza um pouco isso porque a última palavra é sua mesmo [risos] meu pai vai ceder com certeza”. Eu acho que ele [o marido] pensa assim, se eu disser que está bom é realmente porque não tem problema, porque eu analisei primeiro, já que eu não sou uma pessoa leviana. [...] Às vezes ele faz aquela zoada e tal, mas no fundo quem acaba resolvendo o problema sou eu. (Verônica - Democrática)

Observamos ainda no modelo democratizante - marcado pela Moralidade Individualista e de Curtição, própria do final do Séc. XX, como foi visto no Capítulo 1 – que a mãe é vista como a principal mediadora entre a criança e o espaço social vital, exercendo papel fundamental no processo de adaptação da criança ao mundo dos adultos. Desta forma, o bem estar subjetivo da criança exige a compreensão e afeição por parte da mãe. Já no modelo disciplinador, a mãe é considerada a principal responsável pelo cuidado e orientação dos filhos, sendo detentora do papel central da educação destes. Embora estas características possam ser parecidas à primeira vista, elas guardam diferenciações de significado. No último modelo, por exemplo, a mãe - mais do que mediadora entre as esferas intra e extradoméstica - assume o papel central da educação dos filhos. A partir de então torna-se mais fácil compreender uma outra lógica defendida no modelo disciplinador: a presença da mãe ao lado dos filhos, considerada uma condição *sinequanon* para o bom desenvolvimento destes. Assim, a falta deste acompanhamento pessoal é vista como um prejuízo para a criança. O relato mais significativo que encontramos dentre as entrevistadas pertence a uma mãe classificada como a mais democrática da amostra, registrado abaixo para demonstrar que as posturas democráticas e disciplinadoras coexistem em todas as mães entrevistadas.

Eu só acho assim que ele me colocou muita responsabilidade em relação aos meninos. Eu achei isso assim bem difícil de administrar sozinha, praticamente eu fiquei sozinha nesta parte [...] ele sempre delegou essa função para mim [...] Aí fiquei grávida da terceira. Aí tornei a largar o trabalho, voltava e aí depois dei uma parada mesmo. Aí resolvi por opção vou criar os filhos e realmente eu acompanhei muito de perto, fui uma mãe bastante presente. [...] Então eu penso assim porque tinha que ser assim. Eu tinha que parar um tempo mesmo e construir uma coisa porque eu achava assim que se eu tivesse fazendo as duas coisas ao mesmo tempo, uma delas iria ser atropelada. Ou eu não iria ser uma boa profissional ou eu não iria ser uma boa mãe ou as duas coisas. Iria ficar tudo embolado o meio de campo. Algumas vezes eu tentei retomar aí acontecia alguma coisa, ficava doentinho, ficou doente é porque eu não estou dentro de casa ou não estou presente, tomou uma queda séria da escada foi porque eu não estava em casa. (Verônica - Democrática)

Entretanto, as mães que mais citaram que, se pudessem voltar no tempo, “teriam ficado mais tempo com os filhos” ou “seriam mais presentes no crescimento destes”, foram as disciplinadoras: “A única coisa que eu procuraria fazer se fosse possível seria ficar mais

tempo com eles porque passa muito rápido” (Mariza - Disciplinadora) e “Uma das coisas que eu acho que gostaria é de ter estado mais perto” (Valquíria - Disciplinadora).

Necessitando a mãe ficar mais tempo que o marido ao lado do filhos, chegamos a um outro fator, bem conhecido por fazer parte da cultura patriarcal/tradicional, citado por algumas das mães disciplinadoras: o domínio social mais amplo pertence ao sexo masculino e a casa é o reino do feminino. Desta forma, ao pai cabe a responsabilidade maior da provisão do lar, podendo a mulher auxiliá-lo nesta tarefa, contribuindo com um complemento financeiro à família. Por outro lado, no modelo democratizante, notamos a presença de uma sociabilidade entre os gêneros mais equilibrada, com maior repartição dos afazeres domésticos e do cuidado das crianças, com frequência sobretudo entre os segmentos da classe média.

Porque pela missão da mulher ela tem que ser boa companheira, boa amante, boa mãe, boa amiga pros filhos e pro marido, boa dona de casa, a nível de tudo, boa administradora dos bens, para poder essa família progredir [...] a minha vontade é que com o tempo, eu só fizesse a minha parte de mulher: cuidar da criança, cuidar da casa [...] (Valquíria - Disciplinadora)

Como foi visto anteriormente, uma vez concebidos como diferentes os papéis do pai e da mãe, coerente é a posição das mães disciplinadoras ao defenderem um processo de socialização dos filhos diferenciado segundo o sexo. Desta forma, o modelo para as meninas é a mãe e dos meninos é o pai e para isto é importante que as referências do masculino e do feminino sejam claras. Isto se deve em grande parte ao fato dos papéis masculino e feminino serem atribuídos às características intrínsecas ou naturais do homem e da mulher (tal como foi explicitado no relato das lideranças evangélicas) ficando a última com os papéis ligados mais à esfera emocional: afeto, sensibilidade, carinho, união, conciliação e harmonia entre os membros da família.

Um outro elemento, constante no Capítulo 2, foi citado por duas mães (uma disciplinadora e outra democrática: Janete): o pai é considerado líder do lar, “cabeça da casa” ou o “chefe da família”. No entanto, estas mães não atribuíram ao pai a maior responsabilidade pela orientação dos filhos o que revela uma incoerência. Pelo contrário, elas relatam que esta tarefa lhes coube primordialmente e por mais que desejassem maior presença e participação dos maridos na educação dos filhos, não transferiram para eles a responsabilidade maior pela orientação. Estas mães que concordam com a liderança doméstica do marido, também reconheceram o lugar de submissão que devem ter perante ele. Desta forma, elas legitimam o exercício da autoridade e poder do marido sobre a elas e seus

filhos. Contudo, observamos que as mães, sobretudo as disciplinadoras, de fato constituem-se a parte mais forte do casal, no sentido da tomada das decisões na família, do exercício do disciplinamento ou da correção dos filhos e da autonomia na educação dos filhos. Assim sendo, qualquer tentativa de descaracterizar isto parece forçada e sem encaixe com a realidade, como fica explícito no trecho seguinte.

Meu marido é uma pessoa que eu quero ser esposa como manda a Bíblia e não conseguir ainda, ou seja, “meu marido eu posso fazer isso, meu marido o senhor permite que eu faça isso, meu marido essa roupa está bonita, o senhor permite que eu use essa roupa?” Ele é assim com eu falei, ele morre de rir [...] eu digo a ele: “se eu vou ser esposa como manda a Bíblia eu vou ser porque a Bíblia fala o que? Que a mulher deve obediência ao marido, se você disser que não João e ainda que eu queira, se você disser que não, eu não vou”. Ele diz: “jamais eu vou fazer isso” (Valquíria - Disciplinadora).

Além disto, ao tratarem do papel que ocupam na parentalidade, a maior parte das mães disciplinadoras disseram que, geralmente, se ocupam mais das partes instrumentais ou pragmáticas da educação dos filhos, sendo muitas vezes “duras” e “exigentes” com estes. Entretanto, registram que não deixam de demonstrar amor, carinho e afeto.

eu amei demais os meus filhos. Eu botava para dormir cantando música de ninar, eu beijo o tempo todo, eu abraço, eu elogio, eu valorizo tudo que fazem. Então tem essa parte minha que pesa na balança, a de ser dura e eles sabem que eu sou dura porque quero o bem deles. Eu sou dura, brigo mesmo. (Mariza - Disciplinadora)

eu sou a mãe que dou roupa lavada e que faça dever e que boto pra ler o texto [...] Nego não bota regras nos meninos não, eu sempre tomei a frente, ele sempre fica na dele. (Ana Maria - Disciplinadora)

Apesar de identificarmos a pouca autoridade o pai no modelo democratizante, fator que leva as mães deste grupo a serem, por vezes, as responsáveis pela correção dos filhos, constatamos também que este traço de comando sobre os filhos também acontece entre as mães disciplinadoras. Portanto, pensamos que esta característica talvez esteja relacionada às concepções de mundo destas mulheres, influenciadas em grande parte pela religião. Concepções estas marcadas por uma visão negativa do “mundo”, que as levam a fortalecer o controle.

Visto isto, temos que a maior parte das mães entrevistadas, no papel parental que assumem, consideram-se mais exigentes ou menos “liberais” que seus maridos. Elas se declaram mais firmes e mais controladoras que os maridos e reclamam que estes são muito permissivos com os filhos. Assim, as mães afirmam que, desde que os filhos eram pequenos, foram elas a parte disciplinadora do casal, aquela que mais disse “nãos” aos filhos e que

determinavam as regras e limites a serem seguidos pelas crianças. Deste modo, criticam seus maridos por não terem colocado limites, regras e não terem assumido o disciplinamento ou correções dos filhos, considerando-os fracos e omissos. Isto vai de encontro ao que Gallo (2006) afirma sobre o fenômeno do “declínio” ou a carência do pai, tal como foi dito no Capítulo 1 deste trabalho. Observamos ainda outro aspecto, também registrado neste capítulo. Segundo Romanelli (1995), no modelo de família nuclear, os papéis masculinos e femininos são estruturados de forma que do pai se espera o exemplo, a orientação, a provisão e que este encarne a figura de autoridade do lar. Contudo, no relato das entrevistadas, a maior parte delas reclamou estar desempenhando (ou terem desempenhado) tarefas como a orientação, o exemplo e o disciplinamento dos filhos – tarefas anteriormente a cargo dos homens. Muitas disseram que, com esta postura, os maridos passam a ser considerados pelos filhos como “bonzinhos” e elas ficam como as “más”. Afirmaram também se sentirem sozinhas na tarefa da educação dos filhos, sendo que a maior parte dos maridos e das esposas entrevistados, afirmou ser esta tarefa atribuída à esposa. Como foi visto no Capítulo 2, os evangélicos entendem como importante “o exercício da autoridade parental para o êxito do processo educativo”. Tal característica apontada aos pais, como fracos e omissos, se encaixa no perfil apontado por Baumrind, citado por Montandon (2005), no estilo educativo Permissivo que se caracteriza por genitores que exercem um controle fraco e um apoio forte, tendendo a aceitar os desejos da criança, exigindo pouco dela.

Aí ele: “Ah é isso mesmo, não sei dizer ‘não’” E eu: “Não sabe o que?” e fica naquela situação e eu fico triste. Ele sabe que ele faz errado, que o que ele diz, é pra dizer “não” e ele diz “sim” ele sabe, não consegue, não consegue [...] ele diz que não aprendeu a dizer “não”, ele não gosta de aborrecer ninguém, tem que fazer tudo bom para aquela pessoa, certo ou errado, fazer a vontade não é assim né. Isso é muito, muito [...] isso aí é chato pra mim. [...] Se os dois concordassem e dissessem “não”, se ele dissesse “não” tudo bem, aí seria diferente, mas ele sempre quer dizer “sim”, e eu digo “não” e ele quer dizer “sim”, aí é um choque. Aí elas acham que eu sou a má, a bruxa e ele o bonzinho, o pai bonzinho e isso é difícil pra gente. (Janete - Democrática)

Wagner (2003) correlaciona esta dificuldade dos genitores em dizer não aos filhos ao modelo democrático de parentalidade, marcado pela simetria na relação pais e filhos.

a aprovação incondicional remete a um modelo de parentalidade igualitária, em que os pais, incapazes de dizer “não”, tornam-se pessoas ineficazes que não conseguem dar limites. Estas atitudes, muitas vezes, podem estar encobrindo determinadas dificuldades conjugais ou mesmo ocupando o lugar de culpa dos pais por não terem o suficiente tempo para estar com os filhos. (2003, p. 31).

Embora reconheça os benefícios que a difusão e a popularização das teorias psicoeducativas e desenvolvimentais trouxeram à maioria da população, Wagner (2003) afirma que elas contribuíram para o aumento do dilema de muitos pais frente aos modelos “ideais” de parentalidade, de educação e de funcionamento familiar. Desta forma, “é comum encontrarmos pais sem referências claras e objetivas de como julgar e encaminhar questões simples do cotidiano dos seus filhos, como, por exemplo, o permitir e o proibir” (WAGNER, 2003, p. 29). Biasoli-Alves, também trata desta questão.

A consistência quase absoluta de regras e normas estabelecendo o certo e o errado, de maneira geral e imutável, caminha gradativamente para a ausência de constância no que permitido e no que é interdito. (2002, p. 250).

Wagner ainda explica que na busca do ser “moderno”, somado à temeridade de repetir os erros de sua própria educação, “é comum que os pais se fragilizem frente a seus filhos, devido à perda de referências que lhes sejam significativas como, por exemplo, suas experiências pessoais enquanto filhos” (2003, p. 31). Desta forma, talvez o fato de se orientarem por uma referência absoluta (a Palavra ou os mandamentos de Deus), ajuda-os a separarem com mais facilidade, os pólos negativos e positivos. Retomando o que foi dito no Capítulo 2, segundo Foucault (1987), a classificação entre valores opostos (bem e mal), tem um duplo papel: “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões, mas também castigar e recompensar”. Em outras palavras, baseados no “*ethos* cristão” e comparando todas as coisas a este, discernem as coisas e as situações como benéficas ou não aos filhos, de acordo com este referencial. Mariz (1994), ao tratar do pentecostalismo, defensor dos valores tradicionais, afirma que estes valores refletem uma moralidade clara, definida e regida por leis universais inexoráveis, em um mundo de regras flexíveis e particularistas. Neste sentido, Zaguri, citado por Wagner (2003, p. 32), afirma que:

as coisas não foram mais más para os nossos pais não. As crianças não mudaram. São e serão insistentes quando querem alguma coisa. Foram os pais que mudaram: antes eles tinham certeza do que pretendiam em relação aos filhos [...] eram coisas definidas e definitivas para os pais da geração anterior.

Talvez a vivência religiosa das mães evangélicas lhes torna mais firmes e decididas na avaliação que fazem das coisas, bem como em suas tomadas de decisões, inclusive, algumas entrevistadas disseram que após a conversão se tornaram mais exigentes em alguns aspectos, como pode ser visto no trecho que segue. Tal como foi visto no Capítulo 2, os evangélicos

consideraram-se como um grupo social rígido com relação às questões de ordem familiar, tais como: vivência da sexualidade somente no matrimônio, negação de vícios, recato nas vestimentas e a obediência dos filhos, visto que estão em uma posição hierarquicamente inferior em relação aos pais.

a conversão ela vem paulatinamente, cada dia, cada leitura, cada pregação, a cada viver, a cada amanhecer você se converte mais a Cristo e ele via que eu era uma pessoa diferente, que eu estava sendo uma pessoa muito melhor, mais compreensiva, numa certas partes também mais exigente. (Ana Maria - Disciplinadora)

Sara hoje não, Sara hoje tem outros ensinamentos, Sara hoje, segundo a palavra do Senhor não se pode ter vida sexual antes do casamento, a mulher tem que se conservar virgem, tem que se conservar pura e eu mostro para ela porque isso porque da importância disso. Então é completamente diferente, hoje a minha visão é outra, hoje o meu conhecimento é outro e hoje eu me arrependo de não ter tido mais tempo porque eu acho que a minha filha deu muitas cabeçadas. (Valquíria - Disciplinadora)

Um outro fator também que pode estar relacionado a esta maior exigência e controle por parte das mães disciplinadoras, é a reprodução por parte destas mulheres do papel desempenhado por suas mães: a maioria afirmou que suas mães eram mais rígidas ou exigentes que seus genitores.

Desta forma, observamos que a posição da maior parte dos maridos destas mulheres, no processo educativo, tem sido marginal; a literatura afirma que nem sempre isto acontece na classe estudada (a média). Entretanto, sabendo que esta classe é composta por várias frações, sendo até mais apropriado intitulá-las de “classes médias”, pode ser que estes autores estejam se referindo ao tipo de classe média, denominado “classe média alta”, no qual o nível de escolaridade dos maridos seja mais alto, o que não é o caso da maior parte dos maridos pesquisados.

Além disto, observamos que as divergências de direcionamentos dados pelas entrevistadas e seus maridos, fruto de uma visão de mundo diferente, inclusive devida à pluralidade religiosa que vivenciam, tende a enfraquecer a autoridade do cônjuge que possui “voz mais fraca” ou menos autonomia na orientação dos filhos. Este é o caso da entrevistada da Assembléia de Deus que relata que as filhas, quando o marido está em casa, pedem autorização somente a ele para fazer algo que sabem que a mãe vai discordar. Ela enfatizou, em vários momentos de sua entrevista, que a criação de filhos deve ser realizada pelos dois genitores e não por um deles somente. Ao mesmo tempo, aponta uma exceção: se o filho pertencer a uma outra união, o padastro/madastra não deve interferir na educação deste filho

(a). Esta mesma entrevistada aponta que o maior ponto de divergência que o casal enfrenta, ainda hoje, é com relação à criação dos filhos.

Pedem permissão e ele sempre diz “sim” [elas não pedem a você?] não, a mim não pedem não porque já sabe se tiver alguma situação eu vô dizer “não” e ele “sim”. É difícil. [E vocês já chegaram a brigar por causa dessas divergências?] Briga porque às vezes eu digo: “Olhe, mais tarde você vai colher isso que você plantou e o pior que eu vou colher junto sem ter plantado”. Aí é difícil pra mim [...] a autoridade na verdade não depende de mim, criação de filhos é conjunto, a não ser que seja pais separados ou então viúvo [...] me aborreço com ele, ele diz que não pode ser diferente e aí fica naquela [...] ele fecha o caminho, não quer aceitar, mas eu não posso criar só [...] é tanto que a minha [a filha] ele não interferiu na criação, né? (Janete - Democrática)

Ainda no tema da repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe, também identificamos mais entre as mães disciplinadoras um indicador ligado à esfera religiosa; “se o pai não assume a formação religiosa dos filhos, enquanto sacerdote da casa (liderança espiritual), a mãe deve fazê-lo”. Entretanto, observamos que além de tomarem para si a responsabilidade da orientação religiosa dos filhos, as mães não atribuem ao marido a liderança espiritual da família. Pensamos que isto se dá pelo fato dos maridos não assumirem a mesma vivência de fé das esposas, o que as faz pensar que eles andam em um caminho errado ou “dando cabeçadas” ao agir de forma que elas não aprovam. O não compartilhamento da religião implica assim em uma visão de mundo também diferente, visão esta que influencia hábitos, gostos, comportamentos e as orientações transmitidas aos filhos, inclusive da área da espiritualidade.

O pastor ele sempre dizia que quando a gente se batiza, também tem, a gente promete né, criar os filhos na doutrina da Igreja, levar os filhos pra Igreja né, porque tem crente que deixa os filhos em casa e os meninos precisam ir pra escola dominical pra aprender a palavra na linguagem deles, a Bíblia né, a linguagem da criança, ensinar as vestes das meninas, dos meninos, o comportamento. (Ana Maria - Disciplinadora)

A palavra de Deus diz que é pra mulher ser submissa ao esposo, mas só que quando a gente fica assim submissa aos maridos assim cabeçudos que a gente tem, então a gente peca por esse lado, a gente sabe que a gente peca entendeu? (Ângela)

4.6 EVITANDO A INFLUÊNCIA DE CONTRAVALORES

Com relação ao último grande ponto: o comportamento dos pais frente a outras instâncias educativas, tais como a escola, a TV e o grupo de pares; enquanto destacamos

como principal indicador no modelo democratizante o fato dos ambientes externos à família, tais como a escola, o grupo de pares, a TV e a mídia em geral serem considerados pelos pais como importantes no processo de socialização dos filhos, no modelo disciplinador foram apontados diversos indicadores referentes a este tópico. Dentre eles observamos que, embora a escola seja vista pelos pais deste modelo também como uma instância educativa, eles não “abrem mão” de serem os maiores orientadores dos filhos. Desta forma defendem que não devem delegar ou “terceirizar” a educação e o acompanhamento dos filhos para outras instâncias educativas. Entretanto, como já foi visto, os genitores do modelo do disciplinamento pensam que estas tarefas cabem primordialmente à mãe. Também neste modelo, como uma forma de controle dos conteúdos e valores transmitidos pela escola, os pais consideram importante aproximarem-se desta instituição, já que seus filhos passam boas horas do dia nela. Desta forma, a participação das atividades promovidas pelas escolas, tal como a reunião de pais é valorizada. Este acompanhamento e interesse dos genitores pelo desempenho escolar dos filhos e seu desenvolvimento intelectual justifica-se também pelo fato da educação formal ser vista como melhor instrumento de ascensão social, sobretudo pelas camadas de baixa renda.

Acerca da TV e da Internet, as mães do modelo disciplinador os consideram positivos a depender da forma como são usados, mas, freqüentemente, atribuem a estes a disseminação de “contravalores” referindo-se a eles como “perigosos” e “problemáticos”: “é importante a mãe estar acompanhando as coisas que se pregam na televisão, coisas que a gente vê em *Malhação*, que a gente vê em novela”. Assim, dentre as mães entrevistadas, somente as disciplinadoras defenderam o controle e seleção da TV e Internet por parte dos genitores visando o equilíbrio no uso e a transmissão de conteúdos “positivos”. Neste sentido, o uso da autoridade para este fim deve ser feito se necessário for.

São esses os valores que eu passei para eles, sempre passei e tudo eu sempre aproveitei para dar uma lição a eles até o que passava na televisão, sabe por que isso, por isso, isso e isso. Sempre fazendo eles verem o outro lado da questão. Nunca deixei nada de positivo para ensinamento passar despercebido, nunca.
(Mariza - Disciplinadora)

Este controle se deve em grande parte devido a um tipo de pensamento já citado anteriormente: o de que os filhos, quando pequenos, são considerados incapazes de discernir com assertividade entre o que é bom e o que é ruim. Este pensamento se mantém quando o assunto é namoro ou amizades dos filhos. Além das mães disciplinadoras, também as democráticas afirmaram que os pais devem evitar o quanto antes influências ou

relacionamentos que consideram negativos. Desta forma, ao tratarem do comportamento dos genitores frente a outras instâncias educativas, observamos que as mães disciplinadoras entrevistadas ressaltaram a influência dos amigos. Cremos que isto se deu pelo fato explicitado no Capítulo 2: a consciência da relevância que o grupo de pares passa ter na formação de opinião de seus filhos, sobretudo na fase da adolescência (SALEM, 1980). Como já foi dito desta forma, os genitores se esforçam para evitar, o quanto antes, as influências que consideram negativas para não chegar o tempo em que estas sejam mais fortes do que as suas.

Então, as mães disciplinadoras afirmam com relação às amizades, que não aceitam qualquer tipo de amigo para o convívio com seus filhos. Reconhecem ser seletivas e por isto só permitem a amizade dos filhos com meninos (as) que tenham “bom comportamento” (que pressupõem a questão dos valores) e que sejam de “boas famílias” (que remete ao modo de criação e hábitos familiares). Percebemos então que esta escolha se dá por afinidade, sobretudo nos valores e, uma maior preferência se dá pelos valores evangélicos ou consoantes a estes. Os pais temem pelos contravalores que os amigos podem trazer para seus filhos, alterando assim a visão de mundo transmitida pelos genitores. Assim sendo, confirmamos mais um dos indicadores apontados no Capítulo 2: as escolhas dos amigos e namorados (as) dos filhos (as) devem se basear na afinidade com os valores dos pais.

[Quem são os melhores amigos dos seus filhos?] Nossos irmãos. [Você os conhece?] Conheço todos. [...] Todos têm a mesma visão e tem que ter a mesma disciplina, objetivo é único. [...] Sara tem, ela tem amiguinhas aqui no prédio, na escola, colegas, amigos não. (Valquíria - Disciplinadora)

Algumas entrevistadas citaram com orgulho que os melhores amigos de seus filhos pertencem à Igreja. Isto talvez se deva ao fato de seus filhos terem seguido o seu percurso religioso e, como elas, participarem com frequência das atividades e eventos promovidos pelas igrejas. Quando os amigos são da igreja, estas mães demonstram-se mais seguras e tranquilas e relatam dar mais autonomia aos filhos na convivência com estes amigos. Isto é compreensível partindo do pressuposto que estes amigos tendem a fortalecer os valores e ensinamentos que os pais desejam que os filhos assimilem. Como foi visto anteriormente, a homogeneidade dos sujeitos no pensar e no agir é fruto do processo de internalização das regras.

Os amigos mais próximos de Dreice são os da Igreja. [...] Não aconselho um cristão namorar um não cristão porque isto é jugo desigual. Sempre digo a eles: procure alguém evangélico, que tenha o mesmo objetivo [...] senão fica igual eu o meu marido: eu tenho um pensamento e ele tem outro [...] (Mônica - Disciplinadora)

Controlo sim, se eu ver que... se gosta de beber, se não gosta de estudar, são os pontos assim [e seu marido?] bebeu, não estuda, fuma, Nego do mesmo jeito. (Ana Maria - Disciplinadora)

Assim sendo, a maior parte das entrevistadas afirma se esforçar para conhecer os melhores amigos dos filhos, bem como as famílias as quais estes pertencem. Algumas relataram ainda que buscam informações sobre estes. Como foi visto no Capítulo 1 deste trabalho, Salem (1980) registra que a proveniência familiar dos amigos dos filhos mostrou-se ser de suma importância para a maioria dos pais entrevistados por ela. Esta atitude, de regulação de comportamentos e hábitos que se enquadra na “fiscalização ou vigilância hierárquica” abordados por Foucault (1987) é chamada de “policiamento” por Donzelot (1986). Segundo este autor, esta é justificada por um papel pedagógico. Enquanto algumas mães falam acerca do controle de forma mais velada, outras afirmam explicitamente que controlam as amizades dos filhos, como é o caso de Ana Maria. A maior parte das mães disciplinadoras entrevistadas (Mariza, Ana Maria, Valquíria) afirmaram ainda que não há diferenças entre elas e seus maridos no que diz respeito às amizades de seus filhos.

A maioria das entrevistadas, porém, afirmou não proibirem a amizade de seus filhos e a disseram que os amigos que não pertencem à Igreja não são necessariamente uma influência negativa. A este respeito uma delas afirmou: “às vezes sim, às vezes não” (Ana Maria - Disciplinadora).

Não proíbo, mas o mundo de quem não é evangélico é diferente do seu mundo. Você tem que entender que sua visão é uma e a visão deles é outra então você não pode contaminar você está para acrescentar. Então você tem que aproveitar e falar de Jesus para eles e não se contaminar com as coisas que eles têm. A forma de vestir, a forma de falar, a forma de se conduzir com os pais, eu digo, observe como fala com os pais, observe como se vestem, observe a rebeldia, observe que eles fazem isso porque não tem Jesus, mas você tem, você pode passar para eles, que Jesus ensinou, evangelizar, mas eu não proíbo, eu proíbo assim de ir para casa deles porque não é ambiente, mas de conversar, de ir lá para baixo eu não proíbo não. (Valquíria - Disciplinadora)

4.7 A CONVERSÃO MATERNA E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Ressaltamos ainda o fato de que a maior parte das mães entrevistadas, de ambos os grupos, afirmaram que a conversão religiosa gerou mudanças em suas práticas educativas.

Elas relataram alterações, sobretudo em seus temperamentos, afirmando terem se tornado mais calmas e pacientes com os filhos (antes se consideravam mais agressivas), mais voltadas ao diálogo (antes gritavam com os filhos) e mais compreensivas. Já as mudanças relatadas sobre as práticas educativas, tais como o aumento do controle ou dos limites impostos aos filhos, foram relacionadas sobretudo à visão negativa do “mundo”, encarado como “ambiente externo ao lar” e por isto considerado lugar inseguro, violento, perigoso, pernicioso e difusor de “contravalores”, sendo os valores do “mundo” e os do “evangelho” considerados opostos. Portanto, as mães vêem a necessidade de protegerem os filhos ou os isolarem do “mundo” a fim de que tenham um baixo envolvimento com este. É o que Foucault (1987) chama de “cordão sanitário”, como já foi apresentado.

Eu era liberal, então achava que eles próprios escolhiam o caminho deles e eu só estava ali para segurar na mão, se desse certo ou errado. [...] Depois da minha conversão que o Senhor Jesus começou a me falar, direcionar e me tratar foi que eu fui ver o quanto eu tinha errado com meus filhos. [...] Eu não coloquei limites e eu acho que eu deveria ter colocado, esse é o erro, eu não coloquei limites como mãe liberal e deveria, porque ser mãe liberal não é deixar fazer o que quer, ser mãe liberal é respeitar o direito deles decidirem a respeito da vida deles, mas não deixá-los irem de forma frouxa, fazendo o que quiserem sem antes eu dar a minha posição. [...] Mas enquanto estão dependentes, eu tenho que impor limites e eu não fiz isso, a hora do sim e a hora do não e o que mudou foi isso e isso foi a visão bíblica, a Bíblia nos ensinando essa postura de mãe e o relacionamento com os filhos e como criar os filhos. [...] Hoje eu faço a comparação e vejo que ela [Lívia, a filha mais velha] quebrou muito a cara, poderia ter sido mais feliz se fosse dentro de uma educação como eu dou a Sara hoje. (Valquíria - Disciplinadora)

Por outro lado, duas (uma disciplinadora e outra democrática) disseram que, após a conversão ficaram mais tranqüilas ou mais “descansadas em Deus” com relação aos filhos, uma vez que “Deus tem o controle de tudo” e que os seus filhos pertencem antes de tudo a Deus do que a elas.

Por meio da análise das entrevistas das mães evangélicas com maridos não crentes, podemos verificar a coexistência de práticas educativas pertencentes aos dois modelos de socialização estudados: o democrático e o disciplinador. Assim, estas práticas se apóiam por um lado em um ideário mais simétrico entre pais e filhos, e por outro em um paradigma que envolve a hierarquia nas posições intrafamiliares.

Constatamos também que estas mulheres por valorizarem a autoridade paterna e considerarem positiva a participação do marido no processo educativo do filho, não “fecham” ou “enfraquecem” essa relação, ao contrário do que poderia se pensar.

Ressaltamos ainda a incoerência por parte de algumas mães evangélicas que, não obstante afirmarem ser o marido a liderança doméstica, consideram a si mesmas como as principais responsáveis pelo cuidado e orientação dos filhos. Entretanto, as mães não atribuem ao marido a liderança espiritual da família, assumindo para si a responsabilidade também da orientação religiosa dos filhos. Pensamos que estas questões se relacionam ao não compartilhamento da fé pelo marido que, possuindo valores e visão de mundo diferentes, levam estas mulheres a assumir a tarefa da dupla orientação – temporal e espiritual.

Além disto, a maior parte das mulheres evangélicas afirma possuir autonomia no processo de socialização dos filhos e se consideram como a parte mais forte do casal, no sentido da tomada das decisões na família e do exercício do disciplinamento dos filhos. Visto isto, podemos entender porque afirmam que seus maridos têm uma participação marginal na educação dos filhos, apesar da literatura afirmar que isto tende a ser diferente nas camadas médias. Segundo elas esta baixa interferência do marido acontece por uma decisão dele. Assim, mesmo sem compartilhar de sua religião, as mulheres entrevistadas não tendem a afastar o marido dos filhos, pelo contrário, vêem como benéfica para a integridade psíquica do filho o contato mais próximo com seu pai.

Observamos também que, sobretudo, as mães disciplinadoras valorizam recursos e ideários ligados também à Moralidade Religiosa caracterizada pelos seguintes aspectos: crenças e atitudes a respeito da criação de filhos vêm basicamente da religião, valorização da autoridade paterna (assumindo o homem o papel de comando e a mulher de submissão) e a preocupação com a formação moral dos filhos. Mediante tais concepções podemos compreender a utilização das regras, dos limites e do controle exercido pelas mães na tentativa de diminuir as influências das concepções do “mundo” no conteúdo educativo que buscam transmitir aos filhos. Seguindo este raciocínio, podemos entender porque as mães evangélicas se consideram mais exigentes e controladoras que seus maridos.

Além disto, apesar das mães evangélicas afirmarem que a conversão do filho se dá por seu livre-consentimento ou livre-arbítrio, observa-se que elas criam condições que facilitam este aceite durante o processo de formação do filho, tal como o “fechamento” deste para o “mundo”. Este e outros fatores são reforçados pelas igrejas e cooperam para a reprodução dos evangélicos, como grupo social.

Nesta análise vimos ainda que, apesar das mulheres entrevistadas pertencerem às camadas médias e serem casadas com um homem que não compartilha da mesma fé, os modelos educativos que assumem possuem características sobretudo do ideário protestante, considerado por nós como disciplinador. Deste modo, as mulheres entrevistadas têm suas

formas de pensar e ver o mundo articuladas com os preceitos religiosos. Além disto, os princípios pregados pelos evangélicos, tais como postura regradada, opção por dizer a verdade, negação de vícios, bom senso e equilíbrio, cooperam para a ordem social. A este respeito, Bittencourt Filho (1994) afirma que esta escala de valores não traz nenhuma novidade. São os velhos princípios socialmente aceitáveis e engendrados pela ordem estabelecida e que adestram as pessoas para cumprirem fielmente seus papéis sociais. Como registra Machado (1996), a religião se afirma, aliada à família tradicional, como uma entidade contramodernizante. Assim, as concepções religiosas nas práticas educativas das mães pesquisadas, revelam uma moralidade conservadora e disciplinadora no processo de criação dos filhos, confirmada e fortalecida pelas lideranças evangélicas.

Neste sentido, observamos que as mães disciplinadoras criticaram por vezes alguns aspectos da educação contemporânea, tal com a questão da falta dos limites e o enfraquecimento da autoridade parental. A estas questões atribuem a desordem social e a “desestruturação” familiar. Então, relacionam o processo educativo à necessidade de um retorno a princípios que se perderam ou estão em vias de degradação.

Além disto, no esforço dos evangélicos por conciliarem duas exigências que se contrapõem - a reprodução do grupo e o livre-arbítrio - pensamos que este último princípio pode dificultar a realização do primeiro. Assim, percebemos pela análise das entrevistas das mães evangélicas que há um enorme esforço de seus membros para tentar conciliar estes dois fatores. Por esta razão, entendemos que este grupo social busca criar um meio homogêneo com vistas à formação de novos membros, meio, que para ser fortalecido, precisar ser permeado da doutrina religiosa das mães.

Entretanto, como foi visto, o ideário democrático também está presente nas concepções educativas das mães entrevistadas, o que revela as influências dos paradigmas contemporâneos na área de socialização de filhos.

Por fim, embora os relatos de algumas mães evidenciem o caráter democratizante, estas ainda guardam muitos aspectos do modelo disciplinador. Da mesma forma, as mães mais disciplinadoras, também apresentaram vários pensamentos de caráter democrático, uma vez influenciadas pelo ideário moderno. Assim, constamos os dois modelos no relato de uma mesma mãe, um fato já registrado por diversos autores: a coexistência do tradicional e do moderno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que a família é o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assuma formas diversas nas várias sociedades, neste estudo buscamos identificar se as práticas educativas das mães evangélicas, de classes médias e casadas com não evangélico seguem o processo de democratização ou são ligadas ao modelo evangélico. Para isso, foi necessário balizar os elementos indicativos das permanências, das tradições valorativas, uma vez que são objetos de resignificação ou inovação por parte dos atores sociais.

Apesar da mãe ser a principal responsável pela educação dos filhos, a orientação dos filhos não é mais algo exclusivo das mulheres, computando-se também a responsabilidade paterna. Não sendo marginal a participação do pai, sobretudo nas classes médias, inferimos que ele poderia se opor à efetivação do modelo dos evangélicos e/ou aos conteúdos educativos que a mulher deseja transmitir aos filhos, baseada na nova mentalidade advinda da conversão. Neste sentido, queremos lembrar que a conversão religiosa não leva a pessoa a romper completamente com os referenciais com os quais conviveu durante a socialização familiar e com o contexto social que informou grande parte de sua trajetória de vida. Assim sendo, é impossível que o crente se desprenda por completo de seus antigos referenciais identitários.

Assim, os sujeitos que compõem o grupo familiar marcado pela pluralidade religiosa, estão a todo instante vivenciando relações contraditórias e ambíguas, em que a tensão geralmente está presente. No caso de cônjuges que não seguem a mesma religião, o conflito pode ser desencadeado pelo confronto de valores, já que o evangélico tende a estabelecer uma diferenciação entre os valores “divinos” e “mundanos” e pelo fato do cônjuge não converso não reconhecer os “novos” valores referenciais como legítimos por representarem uma ruptura com os valores usuais ou tradicionais.

Desta forma, buscamos analisar as práticas educativas de mães evangélicas que vivenciam o contexto do pluralismo religioso, a partir da perspectiva dos modelos de democratização e disciplinamento. Caracterizamos cada um destes modelos e verificamos as atuações dos genitores em suas práticas educativas. Neste sentido foi importante, embora que de forma breve, abordar os estilos parentais.

Nas últimas décadas ocorreram alterações no processo educativo no sentido de sua democratização. Com as mudanças na maneira de pensar a socialização das gerações mais novas, certas práticas para o controle do comportamento foram sendo questionadas, discutidas e muitas vezes desvalorizadas. Assim, o modelo baseado na imposição e no controle vai gradativamente dando espaço para outro, fundamentado na participação e na negociação.

Um outro fenômeno que marca a contemporaneidade é o crescimento dos evangélicos e especialmente das mulheres casadas, nem sempre acompanhadas no caminho da fé por seus maridos, questão que repercute no âmbito familiar ou nas relações domésticas. Desta forma, tomamos oito mulheres com este perfil como sujeitos do nosso estudo, sendo estas em sua maioria professoras por profissão, fato que pensamos ter auxiliado-as entender e tratar de recursos e métodos na área da educação.

Através de uma abordagem qualitativa, desenvolvemos este estudo buscando responder ao problema levantado, verificando como se dava a tensão entre dois modelos educativos diferentes, já que por serem mulheres de classes médias casadas com um homem que não compartilha da mesma fé, elas poderiam adotar o modelo democrático; porém, por serem evangélicas, elas poderiam adotar um modelo mais tradicional, pelo fato da religião cristã caracterizar-se por uma moralidade conservadora.

Embora nossos resultados apontem que houve uma mudança para uma sociedade menos fundamentada sobre os valores tradicionais e hierárquicos do autoritarismo e mais voltada para a compreensão dos desejos dos filhos - o que evidencia um leve padrão de mudança na dinâmica familiar em relação à educação dos filhos - a partir da análise dos dados, identificamos que o modelo preponderante na socialização de filhos pelas mães envolvidas na pesquisa foi o dos evangélicos, de caráter notadamente disciplinador e conservador.

Neste sentido, o controle dos filhos é encarado como um recurso valorizado e praticado, sendo a “vigilância” das mães (distanciando os filhos das “coisas do mundo”) realizada com o objetivo de não “contaminar” as mentes destes, formadas nos valores cristãos. Assim, são apontados como objetivos destas mulheres a orientação para o “caminho de Deus” e o fechamento às oportunidades que podem provocar, ou se constituem, um desvio deste caminho. A perspectiva das entrevistadas que adotam o modelo do disciplinamento envolve o enfraquecimento dos ideários e valores que consideram negativos, bem como o reforço da doutrina que abraçam, facilitando o acolhimento da orientação que transmitem aos filhos e assim a reprodução do grupo religioso ao qual pertencem. As conseqüências desta

normatização de hábitos e comportamentos serão sentidas na socialização dos filhos, não se restringindo somente à esfera religiosa destes.

Ainda, a autoridade dos genitores evangélicos, que deve encontrar correspondência na obediência dos filhos, foi apontada, sobretudo pelas mães disciplinadoras, como uma questão de grande importância para o êxito do processo educativo e essencial para a manutenção da “ordem do lar”, dado que pressupõe a hierarquia entre pais e filhos no interior do grupo doméstico. Por outro lado, as mães democráticas: valorizam a autonomia e a independência dos filhos e todos os aspectos relacionados a estes fatores, tais como a formação de um adulto bem sucedido profissionalmente e a livre-determinação dos filhos.

Assim sendo, reafirmamos que nossos dados também mostram a influência do processo de democratização nas práticas educativas das mães entrevistadas, que integram as classes médias, revelando as ressonâncias do ideário moderno no campo da educação, notadamente marcado pela cultura psicanalítica individualista que introduz um novo *ethos* familiar.

Este estudo nos levou a perceber que o processo de socialização de filhos é complexo e se dá num contexto cujas influências religiosas, familiares e as ligadas à sociedade mais ampla determinam práticas, interferem nas relações de poder e na tomada de decisões. Assim, apontamos para a necessidade de estudos sobre processo de socialização dos filhos que reflitam e discutam os papéis dos genitores, inclusive aqueles com pluralidade religiosa, bem como de outras instâncias educativas na formação das novas gerações. Além disto, também seria interessante o desenvolvimento de pesquisas que tratem do ponto de vista dos filhos de casais religiosamente mistos ou da socialização que recebem destes.

Investigando a influência parental no processo educativo notamos que também é escassa a produção literária sobre a avaliação que as crianças fazem sobre a eficácia das práticas educativas utilizadas por seus genitores. Tal aspecto, pouco explorado até agora, aponta então para a necessidade de pesquisas futuras. Assim sendo, como afirmam Weber, L. *et al* (2004a), não basta saber o que fazer para se educar bem, mas é necessário saber se o que está sendo feito é interpretado pela criança como se espera. Além disto, estes autores registram que “pode ocorrer no relacionamento pais-filhos uma certa incompatibilidade de percepções e pensamentos, ou seja, a visão que o filho tem sobre os comportamentos dos pais é diferente da visão que os pais tem deles próprios” (2004a, p. 330). A pesquisa destes autores revelou ainda que os genitores se percebem como mais responsivos e exigentes do que os filhos os percebem.

Por fim, apontamos uma hipótese para a continuação deste estudo. Não obstante o modelo protestante de educação de filhos ser notadamente disciplinador, algumas mães evangélicas adotam o modelo democrático, medindo os resultados e a eficácia de suas práticas educativas em termos do alcance que trazem para a autonomia dos filhos. Então, pensamos que o fator que faz com que as mães evangélicas adotem o ideário democrático perpassa a questão da autonomia, neste caso, a autonomia que as mães democráticas reclamaram não ter tido quando eram crianças.

Visto o fenômeno da desvalorização do passado, sendo as técnicas tradicionais consideradas ultrapassadas e inadequadas para serem aplicadas na contemporaneidade e, temendo os genitores repetir os mesmos erros de seus pais, sobretudo no tocante à falta de liberdade, pressupomos que o que vai diferenciar as mães democráticas das disciplinadoras é a negação, por parte das primeiras, do estilo educativo autoritário pelo qual foram criadas por seus pais. Observamos assim o fenômeno da má referência que tem da criação que vivenciaram, considerando a educação que tiveram como tradicional ou repressora. As mães democráticas afirmaram ainda ter educado os filhos de forma diferente do que foram criadas, educando-os com a liberdade que não tiveram²². Duas delas ainda afirmaram que se casaram em busca de maior liberdade ou como forma de fugir da limitação da liberdade que o pai (Janete - Democrática) ou a mãe (Heloísa - Democrática) lhes impunha. “É interessante assinalar que os participantes avaliam negativamente certos aspectos da prática de educação e que foram submetidos pela sua família (rigidez, falta de diálogo e relacionamentos ruins na família), e indicam claramente sua rejeição a eles” (MOREIRA; BIASOLI-ALVES, 2005). Isto faz com que a visão destas entrevistadas, acerca da criação que tiveram, seja mais negativa do que positiva. Dessa forma, olhando para as práticas educativas que foram utilizadas pelos seus genitores, constatamos que os métodos e recursos que estas mães pretendem não reutilizar são mais numerosos do que aqueles que desejam reproduzir. Apesar disso, ressaltamos porém, que isto não se refere aos valores, dado que foram transmitidos.

Desta forma, inferimos que adotam o modelo democrático, as mães que reclamam terem sido criadas sem liberdade, tendo que obedecer muitas regras e vivenciar muitos limites. Pensamos que estes fatores, dentre outros, as levou a fazer uma avaliação negativa da socialização que seus genitores lhes imprimiram. Então, optam pelo modelo no qual são valorizadas a autonomia e a independência dos filhos, aspectos que elas desejariam ter vivido

²² Inclusive, estas duas entrevistadas (Janete, Heloísa) relataram terem casado cedo, com vistas à liberdade, já que um de seus genitores (uma o pai, outra a mãe) as “prendia muito”. Contudo, ambas relatam que não alcançaram este objetivo em seus matrimônios.

em suas fases de infância e de adolescência. Além disto, um outro aspectos a diferenciá-las em termos do maior ou menor nível de assimilação do modelo protestante de educação de filhos, marcado pelo ideário do disciplinamento, pode ser o “grau” de aproximação das entrevistadas para com os valores evangélicos. Desta forma, sugerimos que pesquisas futuras problematizem mais os caminhos de conversão das mães.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. K. P. **A família da fé em tempos modernos**. Uma interpretação sobre constituição familiar, relações de gênero e sexualidade entre presbiterianos. 1999. 206f. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, São Paulo.

BARDIN, L. *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Temas em Psicologia**, nº 3, p. 33-49, 1997. (BIASOLI-ALVES)

_____. A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX. **Veritati** - Revista da UCSAL, Salvador, vol. II, nº 2, julho de 2002, p. 243-259.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; SIGOLO, S. R. R. L. Análise e categorização dos estudos sobre práticas de educação de crianças na família. **Didática**, São Paulo, nº 28, p. 103-114, 1992.

BITTENCOURT FILHO, Remédio amargo. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. 2. ed. Petropolis: Vozes: Rio de Janeiro: CERIS, 1994.

BLANCHET, A.; GOTMAN, A.. **L'enquête et ses méthodes: l'entretien**. Paris: Nathan Université, coll. sociologie 128, 1992.

BOURDIEU, P. Condition de classe et position de classe. **Archives européennes de sociologie**, Paris, v. VII, n. 2, p. 201-229, 1966.

BRAZ, M.; DESSEN, M.; SILVA, N. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. **Reflexão e Crítica** [on line], 18(2), p. 151-161, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27465.pdf>> Acesso em: 02 set. 2006.

BRITO, L. M. T. de. De “papai sabe tudo” a “como educar seus pais”. Considerações sobre programas infantis de TV. **Psicologia e Sociedade** [on line], Porto Alegre, v. 17, nº 1, p. 48-55, Jan/Abril 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822005000100007&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 10 ago. 2006

CALDANA, R. H. L. Interdisciplinariedade e a orientação do educador. Paidéia – Cadernos de Educação da FFCL RP – USP, n° 7, 1994.

_____. Ser criança no início do século: alguns retratos e suas lições. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

CALDANA, R. H. L.; OLIVEIRA, T. T. S. da. Mães psicólogas e psicólogas mães: vicissitudes na educação dos filhos. **Estudos de Psicologia** [on line], Natal, v. 9, n° 3, p. 585-593, set/dez, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a21v09n3.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2006.

COUTO, M. T. **Pluralismo religioso em famílias populares: poder, gênero e reprodução.** 2001a. 362f. Tese (Doutorado) - Universidade de Federal de Pernambuco, Faculdade de Sociologia, Recife.

_____. Religiosidade, reprodução e saúde em famílias urbanas pobres. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, v. 5, n° 8, p.27-44, 2001b.

_____. **Estrutura Familiar e opção religiosa:** um estudo de famílias religiosamente mistas. 1992. Monografia (conclusão do curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. Gênero e comportamento reprodutivo no contexto de famílias em pluralismo religioso. In: Seminário “Relações Familiares, Sexualidade e Religião”, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

DONZELOT, J. **Polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERNANDES, R. C. Governo das almas. As denominações evangélicas no Grande Rio. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos, nem demônios:** interpretações sociológicas do pentecostalismo. 2. ed. Petropolis: Vozes: Rio de Janeiro: CERIS, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FRESTON, P. Breve História do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos, nem demônios:** interpretações sociológicas do pentecostalismo. 2. ed. Petropolis: Vozes: Rio de Janeiro: CERIS, 1994.

GALLO, S. As contribuições de Foucault à educação, **Revista do Instituto Humanitas, UNISINOS**, São Leopoldo, 06 de novembro de 2006, edição 203, p. pág 32-35.

JACQUET, C. ; COSTA, L. F. Família e opção religiosa: reflexão acerca do impacto da conversão na esfera familiar. In: JACQUET, C. ; COSTA, L. F. (Orgs.). **Família em mudança**. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada Ltda, 2004.

LE GALL, D. Beaux-parents au quotidien et par intermittence. In: LE GALL, D., MARTIN, C. (Dir.). **Familles et politiques sociales**. Dix questions sur le lien familial contemporain. Paris: L'Harmattan, Logiques sociales, 1996, p. 125-149.

LOPES, Jr, O. P. **A conversão ao protestantismo no Nordeste do Brasil**. Lusitopie, 1999, p. 291-308.

MACHADO, M. D. C. As relações intrafamiliares e os padrões de comportamento sexual dos pentecostais e carismáticos católicos do Rio de Janeiro. **Revista da Universidade Rural do Rio de Janeiro**, v. 16, n° ½, p.69-84, jan/dez., 1994.

_____. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. São Paulo: Autores Associados, 1996. 221p.

MACHADO, M. D.; MARIZ, C. L. Pentecostalismo e a redefinição do feminino. **Religião e Sociedade**, v. 17, n. 1-2, p. 141-159, 1996.

MARIZ, C. L. Libertação e ética; uma análise do discurso de pentecostais que se recuperaram do alcoolismo. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. 2. ed. Petropolis: Vozes: Rio de Janeiro: CERIS, 1994.

_____. **As igrejas pentecostais e a recuperação do alcoolismo**. Relatório de pesquisa CNPq/FACEPE. Niterói, 1993, mimeo.

MARTIN, C. A propos de la desinstitutionnalisation. Le cas des recompositions familiales. In: Actes du colloque de Lisbonne, 10-12 avril 1991, **Familles et contextes sociaux. Les espaces et les temps de la diversité**, Lisbonne: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1992, p. 87-100.

MONTANDON, C. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. **Educação e Sociedade** [on line], Campinas, v. 26, n° 91, p. 485-507, Maio/Ago, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000200010&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 10 jul. 2006.

MONTANDON, C.; KELLERHALS, J. Les styles éducatifs. In: SINGLY, F. de (Dir.). **La famille, l'état des savoirs**. Paris: La découverte, Textes à l'appui, Série sociologie, 1991, pp. 194-200.

MOREIRA, L. V. C. Educação de filhos: desafios hodiernos. **Veritati** - Revista da UCSAL, Salvador, vol. II, n° 2, p. 195 – 204, julho de 2002.

_____. **Concepções e práticas de pais sobre educação de filhos**. 2005, 198f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, São Paulo.

MOREIRA, L., BIASOLI-ALVES, Z. Concepções e práticas de pais sobre educação de filhos. In: **Livro de Artigos** - Tomo II - Programa de Pós-Graduação em Psicologia (FFCLRP-USP). 1 ed. Ribeirão Preto: Legis Summa e Universidade de São Paulo, v.II, p. 327-337, 2005.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade** [on line], Apr. 2002, vol.23, no.78, p.15-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2007.

NOGUEIRA, M. A.. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais. **Teoria e Educação**, n. 3, p. 89-112, 1991.

PROVÉRBIOS, In : **BIBLIA SAGRADA**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B (Org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995.

SALEM, T. **O velho e o novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

VITALI, I. L. “**Como nossos pais?**” A transmissão intergeracional dos Estilos parentais: 2004, 111p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Departamento de Psicologia. Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente às demandas modernas. In: FERÉS-CARNEIRO, T. (Org). **Família e Casal**: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003, p. 27-33.

WEBER, L., **Estilos e práticas parentais e determinantes para o desenvolvimento de crianças e adolescente**. Núcleo de Análise do Comportamento. Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/051005/pesquisas.doc>> Acesso em: 12 set. 2006.

WEBER, L. N. D; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de Psicologia** [on line], Natal, v. 9, nº 2, p. 227-237, maio/ago, 2004b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000200004&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 28 ago. 2006.

WEBER, L.N. D; *et al.* Identificação de estilo parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Reflexão e Crítica** [on line], 17(3), p. 323-331, 2004a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a05v17n3.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2006.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Ed., 1987. 233p.

ZAGURY, Tania. **Sem padecer no paraíso**: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos. Rio de Janeiro: Record, 1997.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com as mães

Começamos essa entrevista com algumas perguntas de identificação e profissionalização sua e de seu marido.

I. Identificação

Ano de nascimento da entrevistada e do marido.

Local de nascimento (município, estado, zona rural ou urbana) da entrevistada e do marido.

Bairro de residência.

Nº de filhos da entrevistada e do marido.

Quantas pessoas moram nesse domicílio ?

Questões complementares:

Quem são essas pessoas → *preencher a tabela 1*

Todos os seus filhos moram aqui com você?

Se não → *preencher a tabela 2*

Em que circunstâncias seu filho saiu de casa? Idade, motivo.

1. Percurso escolar e profissional da entrevistada

Como foi seu percurso escolar?

Questões complementares:

Até que idade estudou?

Até que série?

Desde que você se casou, já voltou a estudar? *Se não:* já teve vontade?

Já frequentou uma escola religiosa? Qual? Onde? Quanto tempo? Séries?

Você já trabalhou? Como foi seu percurso profissional ?

Questões complementares:

Com que idade você começou a trabalhar? O que você fazia?

Diferentes empregos ocupados (datas, emprego, carga horária).

Desde que você se casou, já mudou de profissão?

Se está trabalhando :

Em que? Onde (em casa ou fora)? Há quanto tempo?

Carga horária

Você pretende continuar trabalhando como _____ ?

Sempre trabalhou ou já parou de trabalhar alguma vez? Em que circunstâncias?

Quando voltou a trabalhar novamente? Em que circunstâncias?

Já reduziu sua carga horária? Em que circunstâncias?

Se não está trabalhando:

Qual foi seu último emprego? Quanto tempo?

Carga horária

Em que circunstâncias saiu?

Você pretende voltar a trabalhar? Já procurou?

2. Percurso escolar e profissional do marido

Como foi o percurso escolar do seu marido?

Questões complementares:

Até que idade seu marido foi à escola?

Até que série estudou?

Desde que você se casou, já voltou a estudar? *Se não:* já teve vontade?

Já frequentou uma escola religiosa? Qual? Onde? Quanto tempo? Séries?

Como foi o percurso profissional do seu marido?

Questões complementares:

Ele está trabalhando? Qual o trabalho dele? Há muito tempo que ele trabalha como_____ ?

Com que idade ele começou a trabalhar? O que ele fazia?

Desde que você se casou, já mudou de profissão?

3. Família de origem do marido

Qual é o nível de estudo do pai do seu marido? E da mãe?

Qual era o emprego do pai do seu marido? E da mãe?

Qual a religião do pai e da mãe? Sempre tiveram essa religião?

Quantos irmãos e quantas irmãs seu marido tem? Ele é o mais velho?

Ele já foi casado antes de se casar com você? Teve filhos?

TRANSICÃO:

Agora, eu gostaria de lhe fazer perguntas sobre seu percurso religioso, o do seu marido e dos seus filhos.

II. Percurso religioso da entrevistada, do marido e dos filhos

A que igreja você pertence?

Questões complementares:

Você foi criada dentro dessa igreja?

Qual a religião atual de seus pais? *Estar atento às diferenças eventuais entre pai e mãe*

Questões complementares:

Sempre tiveram essa religião ou mudaram de religião ao longo de suas vidas?

Eles frequentam assiduamente? Sempre frequentaram assiduamente?

1. Primeiro contato com a Igreja

Como você conheceu a Igreja?

Questões complementares:

Conheceu antes ou depois do casamento?

Quem a levou na Igreja que você frequenta?

Na sua família já tinha alguém que frequentava essa igreja?

Sua vinda para a Igreja teve um motivo específico?

Na época que você conheceu a igreja, o que você fazia: emprego, estudo.
Como era sua vida conjugal ? E sua vida familiar?

Que lembranças você guarda do seu primeiro contato com a Igreja?

Caso o primeiro contato aconteceu após o casamento: Como seu marido reagiu quando você começou a se interessar por sua Igreja? E seus filhos?

Foi a primeira Igreja a freqüentar?

Questões complementares:

Você já se interessou alguma vez por outra Igreja, outra religião, antes ou depois de sua conversão?

Já acompanhou um amigo/a em outro culto ou se interessou pela pregação de outras Igrejas?

2. Conversão

Como se deu sua conversão? **NB : conversão = batismo**

Questões complementares:

Quando? Quanto tempo depois do primeiro contato com a Igreja?

Porque quis se converter?

Na época, você trabalhava? Estudava?

Como era sua vida conjugal? E sua vida familiar?

Se a conversão aconteceu após o casamento:

Antes de se converter, você chegou a comentar com seu marido, sua intenção? Como ele reagiu?

Quando você se converteu, como seu marido reagiu?

Questões complementares:

Sofreu restrições de seu marido, críticas?

Se for o caso: O que você fez para evitar problemas?

Ele assistiu ao batismo?

Se a conversão aconteceu na adolescência dos filhos:

Antes de se converter, você chegou a comentar com seus filhos sua intenção?

Como eles reagiram quando você se converteu?

Questões complementares:

Sofreu críticas de seus filhos? Por parte de todos?

Se for o caso O que você fez para evitar problemas?

Eles assistiram ao batismo ?

Seus pais tiveram alguma reação quando souberam da sua conversão? E seus irmãos e irmãs?

Você acha que sua vida mudou após sua conversão? Em que?

3. A prática religiosa

Você está na Igreja desde ____ . Você freqüenta assiduamente?

Questões complementares:

Qual sua frequência aos cultos? E às reuniões?

Quanto do seu tempo você disponibiliza nos finais de semana para as atividades eclesiais?

Você leva seus filhos para estas atividades de final de semana? E seu marido?

Frequenta as festas, participa das recreações e trabalhos da Igreja? Você leva seus filhos? E seu marido?

Você organiza ou já organizou cultos domésticos? Como reagiu ou reage seu marido? Seus filhos participam?

Você já participou de encontros de casais? Foi sozinha ou com seu marido? Seu marido aceitou participar?

Você já desenvolveu ou está desenvolvendo atividades de destaque na Igreja (obreira, responsável pelo círculo de oração, responsável por grupos de evangelização, escola, etc.)?

Questões complementares:

Qual? Há quanto tempo?

Quanto tempo esta atividade lhe exige ou exigia em média por semana?

Como seu marido reagiu?

Qual a reação de seus filhos? Eles se incomodam?

Se nunca exerceu cargo na igreja Já teve vontade de exercer algum cargo?

Quem lhe acompanha para a Igreja?

Questões complementares:

Você já trouxe algum outro parente, que não seja seu marido ou seus filhos, para a Igreja?

Se já levou alguém Essa/s pessoa/s chegou/aram a ser converter?

4. Religião do marido

Seu marido tem uma religião? Qual?

Questões complementares:

Ele foi batizado? Ele foi criado nessa religião?

Ele vai frequentemente ou de vez em quando à igreja?

Ele vai sozinho? Leva algum filho/a? Qual? Por que esse?

Você o acompanha ou já o acompanhou? Você frequenta as atividades da Igreja do seu marido?

5. Prática religiosa dos filhos e das filhas

X tem uma religião? Qual?

Questões complementares:

Ele foi batizado? Foi criado nessa religião? Percurso religioso.

Ele vai frequentemente à Igreja?

X já participa ou já participou das atividades religiosas da Igreja do seu marido? Que atividades?

Questões complementares:

Como você reagiu?

Como foi a experiência para ele?

X participa ou já participou das atividades religiosas de sua Igreja? Que atividades?

Questões complementares:

Como seu marido reagiu? Como foi a experiência para ele?

Com quantos anos tinha quando foi lá pela primeira vez?

Ele gostou? Ficou freqüentando ou ia ocasionalmente?

Foi batizado?

Que atividades ou grupos ele participava regularmente na Igreja? Quantas vezes por semana? O que fazia dentro dos grupos? O pai deixava participar das atividades?

Freqüentou a escola dominical quando criança?

Participava de eventos recreativos da Igreja (viagens em grupo, organização de festas fora do templo, jornadas evangélicas, etc.)? O pai deixava participar dos eventos recreativos?

Quantas vezes por semana ele ia ao templo? Ia por conta própria ou a convite seu?

Quanto à educação religiosa de seus filhos, que direcionamento eles receberam?

Questões complementares:

Tal decisão foi tomada por você e seu marido?

Sua igreja dá orientação sobre a educação dos filhos? Quais são as principais? Você segue algumas delas? E seus filhos?

Como seu esposo reage a tais orientações?

A orientação educacional ministrada pela Igreja é a mesma para ambos os sexos? Quais as orientações para os meninos? E para as meninas?

Se seu esposo quer levar seus filhos a uma festa com muita música, dança, bebida ou ainda ao estádio de futebol, como você reage?

A reação da entrevistada sendo negativa Como seu esposo reage?

TRANSICÃO:

Agora vamos falar de sua história familiar, de seus pais e da sua infância.

III. Família de origem

1. Pais da entrevistada

Ano de nascimento

Local de nascimento: município, estado, zona rural ou urbana

Seus pais são vivos?

Seus pais são casados (casados no civil, no religioso (que religião?), ambos ou união consensual)?

Questões complementares:

Quando eles se casaram?

Seus pais se separaram?

Você se lembra da separação deles?

O que levou seus pais a se separar?

Hoje em dia onde moram seus pais?

Que empregos diferentes seu pai teve?

Questões complementares:

O que ele faz agora? *[Se é aposentado, o último emprego]*

Desde quando ele faz esse trabalho? *Se aposentado*: quanto tempo fez esse trabalho?

Qual é a escolaridade dele?

Sua mãe já chegou a trabalhar? [*trabalho remunerado, inclusive exercido em casa*]

Questões complementares:

Que empregos diferentes sua mãe teve?

O que ela faz agora? [*Se é aposentada, o último emprego*]

Desde quando ela faz esse trabalho?

Qual é a escolaridade dela?

2. Irmãs e irmãos da entrevistada

Você tem irmãs e irmãos?

Questões complementares:

Quantos do sexo feminino e do sexo masculino?

Todos do mesmo pai e da mesma mãe?

Você é a mais velha (posição na fratria)

Ano de nascimento

Local de nascimento: município, estado, zona rural ou urbana

Onde moram os seus irmãos e irmãs?

Qual a religião deles?

Os seus irmãos e as suas irmãs seguiram o mesmo percurso de vida que o seu?

Você acha que seus irmãos e suas irmãs reproduziram o percurso de vida de seus pais?

Cunhados e cunhadas: Profissão

Estudo

Religião

3. Criação da entrevistada

Aviso: Diferenciar, quando necessário, o pai e a mãe.

Você foi criada por seus pais durante toda sua infância e adolescência?

Questões complementares:

Se não Quem lhe criou: parente (grau de parentesco, linha paterna ou materna) ou amigo (do pai ou da mãe)?

Quanto tempo ficou com essa pessoa?

Porque você morou com ela?

Você guarda boas lembranças do tempo em que morou na casa dessa pessoa?

Que lembranças você guarda de sua infância? E de sua adolescência?

Você acha que recebeu uma educação tradicional ou liberal? Quem era o mais liberal, seu pai ou sua mãe?

Quando você morava com seus pais, você tinha um bom relacionamento com eles?

Até que idade você morou na casa dos seus pais?

Questões complementares:

Em qual ocasião você saiu da casa dos seus pais?

Você queria sair logo da casa de seus pais?

3.1 Primeiro namoro

Com que idade você começou a namorar?

Questões complementares:

Como você o conheceu?

Como eles souberam do namoro? Como reagiram quando souberam que você estava namorando?

Seus pais aceitavam o namoro?

As famílias se conheciam?

Ele frequentava sua casa? Você frequentava a casa dele?

Quantos namorados já teve?

3.2 Projetos de vida na juventude

Quando você era moça, como você imaginava sua vida de adulta?

Questões complementares:

Você tinha um projeto de futuro bem definido?

Como seus pais concebiam seu futuro? Sua mãe concebia seu futuro de maneira diferente de seu pai?

Você acha que correspondeu às expectativas de sua mãe? E de seu pai? Tem a impressão de ter saído dos trilhos?

TRANSICÃO:

Você me falou da sua infância, agora quero lhe perguntar sobre sua vida conjugal.

IV. Uniões anteriores

Quantas uniões já teve até agora?

Questões complementares:

Para cada união: foi consensual, casamento civil, religioso (que religião?), ambos?

Quantos anos você tinha quando começou a viver com um homem ?

Quando você encontrou seu primeiro marido (ou companheiro), o que seus pais acharam disso ? Como eles reagiram? O que eles esperavam de você na época?

Casal atual

1. Encontro, namoro e casamento

Como você conheceu seu marido? Em que circunstâncias, quando e onde?

Caso a conversão seja anterior ao casamento Quando vocês se conheceram, vocês sabiam da opção religiosa de cada um?

Quanto tempo após seu primeiro encontro, vocês começaram a namorar?

Questões complementares:

O que você fazia na época: trabalho. Grau de estudo.

E seu marido: trabalho e grau de estudo.

Quando começou a namorar com ele, logo você pensou que ia ser uma relação séria? Quais eram seus projetos de vida na época?

Quando vocês namoravam, costumavam conversar sobre as diferenças religiosas entre vocês?

Questões complementares:

O que vocês acertaram?

Como seus pais souberam que você estava namorando com ele?

Questões complementares:

Como eles reagiram?

O que eles esperavam de você na época?

Como foi o primeiro encontro entre seus pais e seu marido? Que comentários seus pais fizeram sobre ele?

A família dele aceitou o namoro?

A família de seu marido e a sua família se deram bem?

Quanto tempo depois de começar a namorar, vocês decidiram morar juntos (ou casar)?

Questões complementares:

A partir de que momento essa idéia de morar juntos (ou casar) surgiu? *[o importante aqui é a decisão de morar juntos, e não o fato de morar juntos].*

Quais eram os planos de vida de vocês dois?

Questões complementares:

Seus objetivos de vida eram parecidos?

Na época, o que você imaginava ser uma vida de casada?

Questões complementares:

A vida de casada correspondeu à suas expectativas?

Houve algum momento em que você questionou sua escolha? Quando? Porquê?

O tipo de casal formado por seus pais foi um modelo para você?

Que idade você tinha quando começou a morar juntos (ou casar)? E seu marido? Vocês são casados legalmente ou estão numa união consensual?

Se estão em união consensual:

Vocês já pensaram em casar?

Questões complementares:

Em que ocasião?

Porque vocês não casaram ?

Sua família sempre aceitou bem o fato de vocês não serem casados? E a família do seu marido?

Se são legalmente casados:

Vocês ficaram noivos? Quanto tempo? Houve uma festa de noivado? Onde (igreja, etc.)

Antes de casarem, vocês moraram juntos? Porque vocês se casaram?

Como reagiram seus pais quando souberam que vocês iam casar? E os pais do seu marido?

Tipo de casamento: civil, religioso, ambos? Explicitar as razões do tipo de casamento. Quando você casou, você tinha uma idéia clara de como devia ser a vida familiar. Por acaso, suas idéias mudaram?

NB: *A partir daí, as palavras casamento, casado, casar, marido, etc. são usadas tanto para os casamentos legais quanto para as uniões consensuais.*

3. chegada dos filhos

Aviso: *Estar atento às negociações entre os parceiros, no que diz respeito às decisões reprodutivas.*

No início do seu casamento, você pensava em ter filhos logo?

Questões complementares:

Quantos?

E seu marido? Vocês chegaram a conversar a esse respeito?

Vocês esperavam alcançar uma certa estabilidade (sua ou do marido) financeira para decidir em ter filhos? Ou vocês não associavam essas duas coisas?

Você já negociou com seu marido o adiamento de filhos? Ou ele negociou com você?

Questões complementares:

Você já se preocupou em evitar uma possível gravidez? E seu marido?

Você ou seu marido usava algum método para evitar filhos?

Já ficou grávida sem você querer ou sem seu marido querer?

Questões complementares:

Porque você ou ele não queria? O que levou vocês a prosseguir a gravidez?

3.1. Primeiro filho

Sua primeira gravidez foi planejada?

Se sim O que levou você e seu marido a tomar a decisão de ter o primeiro filho?

Na época, quais eram seus projetos de vida?

Questões complementares:

O que você fazia na época (trabalho, estudo) ? Qual era seu grau de estudo?

O que seu marido fazia? Qual era o grau de estudo dele?

Que religião você professava?

Como era sua vida conjugal?

Como reagiu seu marido quando soube que ficou grávida?

Você queria um menino ou uma menina? E seu marido?

Como você viveu sua primeira gravidez? E seu marido?

Como você viveu o nascimento de X? E seu marido?

Questões complementares:

Como foi para você ser mãe pela primeira vez?

E para seu marido ser pai pela primeira vez?

Quem ajudou imediatamente após o nascimento de X?

Se a entrevistada trabalhava :

Você parou de trabalhar após o nascimento dele?

Chegou a reduzir sua carga horária?

O que mudou na sua vida após o nascimento de X? E na vida do seu marido?

Questões complementares:

O nascimento de X ocasionou mudanças significativas no casal?

Seu relacionamento com seu marido mudou?

Houve entre vocês problemas ou conflitos após o nascimento de X?

Na sua opinião, quais são as condições desejáveis num casal, para a chegada do primeiro filho?

3.2. Segundo, terceiro, etc. filho

Sua gravidez de X foi planejada?

Se sim O que levou você e seu marido a tomar a decisão de ter esse filho?

Na época, quais eram seus projetos de vida?

Questões complementares:

O que você fazia na época (trabalho, estudo) ? Qual era seu grau de estudo?

O que seu marido fazia? Qual era o grau de estudo dele?

Que religião você professava?

Como era sua vida conjugal?

Como reagiu seu marido quando soube que ficou grávida?

Você queria um menino ou uma menina? E seu marido?

Como você viveu essa gravidez? E seu marido?

Como você viveu o nascimento de X? E seu marido?

Quem ajudou imediatamente após o nascimento de X?

Se a entrevistada trabalhava :

Você parou de trabalhar após o nascimento de X?

Chegou a reduzir sua carga horária?

O que mudou na sua vida após o nascimento de X? E na vida do seu marido?

Questões complementares:

O nascimento de X ocasionou mudanças significativas no casal?

Seu relacionamento com seu marido mudou?

Houve entre vocês problemas ou conflitos após o nascimento de X?

Para as mulheres com menos de 40 anos:

Você queria ter outros filhos ?

Se sim Quantos ?

Quando você acha que vai ter outros filhos ?

4. Modalidades de organização conjugal

Objetivo: analisar a divisão das tarefas e do poder no casal

4.1. Manutenção e administração da casa

Quem cuida da casa?

Questões complementares:

Seu marido participa? Como participa?

Você acha que a repartição das responsabilidades domésticas é bem equilibrada, levando em conta suas respectivas obrigações profissionais?

Quem administra o dinheiro da casa?

Questões complementares:

Faixa de renda da entrevistada: 0-5 SM; 6-10 SM; 11-20 SM ; mais de 20 SM.

Você sabe quanto ganha seu marido? Faixa de renda: 0-5 SM; 6-10 SM; 11-20 SM ; mais de 20 SM.

Quem declara o imposto de renda?

Você tem uma conta bancária? E seu marido? Vocês têm conta conjunta? Quem deposita dinheiro nas contas [*especificar: na conta do marido, da mulher ou conjunta*]?

Vocês dividem as contas da casa (telefone, água, condomínio, empregada, etc.)? Quem paga o quê?

Cada um pode dispor do dinheiro da forma que achar melhor?

Você conversa com seu marido sobre como gastar o dinheiro?

4.2. As decisões

Objetivo: avaliar a repartição do poder de decisão no casal.

Qualquer casal é levado a fazer escolhas, tomar decisões. Gostaria de saber como se dá esse processo no seu casamento. Por exemplo, quem escolheu a moradia onde vocês estão?

Questões complementares:

Antes de escolher, vocês conversaram?

Logo vocês concordaram ou teve que negociar?

Quais foram os critérios para escolher a moradia?

Quem decide a utilização da poupança?

Quem escolhe as atividades do final de semana? Quem sugere? No último final de semana, o que vocês fizeram?

Quem escolhe o tipo de férias? Nas últimas férias, o que vocês fizeram?

Você costuma aceitar um convite para o casal sem antes consultar seu marido? E seu marido?

Você costuma convidar pessoas na sua casa sem avisar antes ao seu marido? E seu marido?

Se a entrevistada já parou de trabalhar

Quando você parou de trabalhar, de quem foi a idéia?

Se a idéia foi da entrevistada Qual era a opinião do marido sobre isso?

Se a idéia foi do marido Qual era sua opinião sobre isso?

Se a entrevistada já trabalhou ou está trabalhando:

Alguma vez seu marido sugeriu que você deixasse o trabalho? Por que? Em que circunstâncias?

Você já teve que fazer escolhas profissionais?

Se sim:

Quais

Você conversou com seu marido?

A decisão foi conjunta?

Se a entrevistada mudou de emprego ou alterou sua carga horária após seu casamento:

O que a levou a mudar?

Questões complementares:

Você conversou com seu marido antes de mudar?

Qual era a opinião dele?

Se a entrevistada voltou a estudar após seu casamento?

O que a levou a voltar a estudar?

Questões complementares:

Você conversou com seu marido antes de mudar?

Qual era a opinião dele?

Como vocês se organizaram com as crianças?

Seu marido já teve que fazer escolhas profissionais?

Se sim:

Quais

Seu marido conversou com você?

A decisão foi conjunta?

Se a marido mudou de emprego após seu casamento:

O que o levou a mudar?

Questões complementares:

Ele conversou com você antes de mudar?

Qual era sua opinião?

Se a entrevistada voltou a estudar após seu casamento?

O que o levou a voltar a estudar?

Questões complementares:

Ele conversou com você antes?

Qual era sua opinião?

Como vocês se organizaram com as crianças?

5. Sociabilidade do casal

Objetivo: avaliar a autonomia de cada um dos parceiros em relação ao casamento.

O que você costuma fazer para se divertir?

Questões complementares:

De noite. Nos finais de semana. Nas férias.

Você faz normalmente acompanhada por quem? Do marido?

O que fez de noite a semana passada? No último final de semana? Nas últimas férias? Quem participava?

Costuma sair sem seu marido? Sem os filhos?

Questões complementares:

Tem algumas diversões, atividades ou lugares que você prefere ir sem seu marido ou sem os filhos?

O que seu marido faz para se divertir? Com quem?

Questões complementares:

Ele faz normalmente acompanhada por quem?

Ele costuma sair sem você? Sem os filhos?

Questões complementares:

Tem algumas diversões, atividades ou lugares que ele prefere ir sem você ou sem os filhos?

No horário da noite, vocês tentam ficar juntos?

Em relação com o tempo que você passa junto com seu marido, você acha suficiente?

Você e seu marido têm muitos amigos em comum?

Você frequenta a família do seu marido?

Questões complementares:

De quem mais especificamente? Você vai sozinha ou acompanhada por seu marido? Por seus filhos?

Ele frequenta sua família?

Questões complementares:

De quem mais especificamente? Ele vai sozinho ou acompanhado por você? Por seus filhos?

No Natal você vai visitar sua família? A família do seu marido? Na Páscoa, você vai visitar sua família? A família do seu marido?

Você acha que existem muitas diferenças entre a família do seu marido e a sua?

6. Relacionamento conjugal

Objetivo: identificar as dificuldades entre parceiros e a regulação desses desacordos.

Que lembranças você guarda do início de sua vida de casada?

Questões complementares:

O início de sua vida de casada foi difícil? Na época, como você encarava a vida a dois?

No início de seu casamento, você estabeleceu com seu marido regras de convivência?

Você teve que fazer esforços para ter uma boa convivência com seu marido?

Você acha que seu relacionamento com seu marido mudou com o tempo?

Questões complementares:

O que mudou? Como mudou?

Desde sua conversão, seu relacionamento mudou?

Quais foram os momentos mais felizes da sua vida de casada?

Muitos casais acham que a família interfere na sua maneira de organizar sua vida conjugal.

Você tem esse sentimento ou já chegou a ter?

6.1. Papéis relacionais

Na vida de casal, cada um tem sua personalidade, seu papel. Na sua opinião qual o seu papel no seu casamento? E o papel de seu marido?

6.2. Comunicação

Você costuma conversar com seu marido?

Questões complementares:

Quais os assuntos privilegiados?

Quais são os assuntos mais difíceis de conversar com seu marido?

Você sente dificuldades ou já sentiu em se comunicar com seu marido?

Quando você fala com seu marido, você tem a impressão de ser ouvida por seu marido, mesmo ele não concordando?

Você se sente a vontade para expressar suas opiniões ou suas emoções com seu marido?

E seu marido se sente a vontade?

Sua visão do mundo é parecida com a do seu marido?

Questões complementares:

Suas idéias sobre a família?

Você tem gostos parecidos com os do seu marido?

Quando você enfrenta dificuldades no trabalho, costuma conversar com seu marido?

Quando seu marido enfrenta dificuldades no trabalho, ele costuma conversar com você?

6.3. Dependência

Você tem a impressão de depender de seu marido?

Questões complementares:

Em que sentido? (idéias, amigos, financeiramente, estatuto social, criação dos filhos, etc.)

Você acha que precisa de autonomia maior na sua vida conjugal?

Se a entrevistada não trabalha ou trabalho meio turno:

Você tenta estar em casa quando seu marido está? Você organiza suas atividades conforme os horários de seu marido?

6.4. Convivência religiosa

Você busca partilhar sua fé com seu esposo?

Questões complementares:

Como? Em que ocasião? Como ele reage?

Você tem alguma esperança que seu marido chegue a se converter?

Como seu marido lida com sua prática religiosa?

Questões complementares:

O fato de sua religião ser diferente da do seu marido, o incomoda?

O fato da religião de seu esposo ser diferente a incomoda? Como você lida com isto?

Você acha que a diferença de opção religiosa entre você e seu marido facilitou ou dificultou o relacionamento entre ambos?

Seu marido respeita sua opção religiosa?

No caso da conversão ter sido posterior ao casamento:

Você acha que a sua opção religiosa causou mudanças na sua relação com seu marido?

Você acha que sua opção religiosa já chegou a ameaçar seu casamento?

As diferenças religiosas entre você e seu marido já chegaram a criar problemas entre vocês?

Questões complementares:

Se for o caso: Você pode dar exemplos?

Como você lida com esses problemas? Como você administra esses problemas? Você busca o auxílio de alguém para intermediar ou aconselhá-la? De quem?

Sua igreja dá alguma orientação quanto ao relacionamento conjugal?

Questões complementares:

Quais são as principais?

Você as coloca em prática?

Elas afetam seu relacionamento conjugal? Como?

6.6. Os problemas e sua gestão

Problemas conjugais

Quais os principais problemas que vocês já encontraram ou estão encontrando na sua vida de casal?

Questões complementares:

Vocês já sentiram dificuldades em se adaptar ao caráter ou personalidade, um do outro?

Você e seu marido já tiveram dificuldades em encontrar ritmos, hábitos comuns?

Para as mulheres que se converteram após o casamento:

Quais eram os principais problemas conjugais que enfrentava antes de sua conversão

Quais são os principais problemas conjugais que você enfrenta desde que você se converteu?

Como você reage quando um problema conjugal importante emerge no seu casamento?

Questões complementares:

Você costuma conversar com alguém que seja amigo, membro da sua família ou da família do seu marido? Para cada pessoa citada: sexo, idade, religião, seu marido conhece essa pessoa, a frequenta, é um amigo comum a ambos?

Procura especialistas, profissionais?

Você fala abertamente com seu marido sobre o que você sente, o que você pensa?

Você consegue se controlar?

Você tem tendência a fugir do problema?

E seu marido, como ele reage?

Questões complementares:

Como ele tende a se comportar em relação a você quando há um problema conjugal?

Se você pensar nos problemas conjugais que enfrentou, você acha que, de modo geral, eles foram solucionados de maneira satisfatória?

Desacordos conjugais

Em qualquer casal, há divergências, desacordos entre os parceiros. Quais são os principais motivos de divergências entre você e seu marido?

Questões complementares:

Já discordaram em relação ao projeto de vida, ao futuro comum?

Já teve sérias divergências sobre a educação das crianças? Sobre a religião?

Vocês já tiveram importantes desacordos sobre a utilização do dinheiro?

Para as mulheres que se converteram após o casamento:

Quais eram os principais motivos de divergências entre você e seu marido antes de você se converter?

Quais são os principais motivos de divergências entre vocês depois que você se converteu?

Brigas

Em qualquer casal, há também brigas entre os parceiros. Por exemplo, no decorrer dos seis últimos meses, quantas vezes vocês brigaram?

Questões complementares:

Quais foram os motivos dessas brigas?

Como foram essas brigas: graves, sérias, leves?

Você conversou com alguém ou buscou apoio? Com quem? De modo geral, você costuma buscar apoio quando tem briga com seu marido?

Você sentiu dificuldades em superar essas brigas? Antes, você já sentiu dificuldades?

Como vocês resolveram essas brigas?

Como se deram as reconciliações, foram rápidas e fáceis ou difíceis e incompletas?

Nos últimos seis meses, houve tensões sérias que não se declararam em brigas?

–A religião é motivo de brigas entre você e seu marido?

–Tem assuntos que você prefere não conversar com seu marido para não suscitar brigas?

No geral, você prefere ceder do que entrar em conflito?

Para as mulheres que se converteram após o casamento:

Quais eram os principais motivos de brigas entre você e seu marido antes de você se converter?

Quais são os principais motivos de brigas entre vocês depois que você se converteu?

Conflitos importantes

Você atravessou momentos particularmente difíceis (crise no seu relacionamento conjugal) desde que você se casou? Quais?

Muitos casais enfrentam problemas tais que pensaram seriamente em se separar. Você já pensou em se separar do seu marido?

7. Satisfação em relação ao relacionamento conjugal

De modo geral, como você avalia hoje sua vida conjugal?

Você gostaria que seu marido mude em determinados aspectos? E ele gostaria que você mudasse em determinados aspectos?

De modo geral, você está satisfeita com o comportamento do seu cônjuge em relação a você?

TRANSICÃO:

Já falamos a respeito de seus filhos e gostaria de aprofundar mais a questão da criação deles, diferenciando a criação do meninos e das meninas.

VI. Criação dos filhos

Objectivo: *Analisar as formas do processo educativo, as competências que os pais buscam construir nas crianças e os conteúdos normativos.*

Avisos:

- *Diferenciar por um lado, valores ou modelos educativos, por outro, práticas. Essa diferenciação é necessária porque as práticas não são a simples decalque dos modelos.*
- *Estar atento às diferenças entre meninos e meninas, como também as divergências entre cônjuges.*

1. Informações sobre as crianças

Recapitular com a entrevistada as informações relacionadas com as crianças: número de filhos, sexo, local de nascimento, ano de nascimento, são filhos do mesmo pai, local de residência.

Seus filhos/suas filhas sempre moraram com você ou já ficaram sob a responsabilidade de outra pessoa?

Para cada filho/a criado/a por outra pessoa:

Quem era essa pessoa? Parente (*grau de parentesco, linha paterna ou materna*) ou amigo (*do pai ou da mãe*)?

Quanto tempo ficou com seu filho/sua filha?

Porque seu filho/sua filha morou com ela?

Para cada filho/a:

O que ele/a faz atualmente (escola, trabalho, etc.)? Desde quando?

Para os filhos/as filhas que trabalham ou já trabalharam:

Que empregos seu/sua filho/a já teve ?

Que trabalho ele faz agora ? Desde quanto tempo ?

Como ele encontrou esse emprego ? Você ajudou ele a encontrar esse emprego ?

A Igreja teve alguma participação na vida profissional de seu filho/sua filha?

Quem é o padrinho? A madrinha? Identificar o laço: parente (*grau de parentesco, linha paterna ou materna*) ou amigo (*do pai ou da mãe*)?

Que considerações guiaram a escolha do padrinho e da madrinha?

Qual a religião do padrinho? Da madrinha?

Quem escolheu os padrinhos de X ?

2. Aspirações e modelos educativos

Objetivo: *identificar as qualidades e aptidões que os pais queriam que seus filhos/suas filhas adquirissem gradativamente.*

Muitos pais costumam elaborar projetos de vida para seus filhos/suas filhas. Como você pensa o futuro de seus filhos/suas filhas?

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito ao futuro de seus filhos? 361

Você aconselharia seus filhos terem a mesma profissão que a sua? A mesma profissão que seu marido? (*diferenciar meninos e meninas*) 361

O que você tenta passar para seus filhos? E para suas filhas?

Quais são as qualidades que lhe parecem mais desejáveis para um menino? E para uma menina?

—Que pessoa(s) você acha que sejam um modelo a seguir para educar seus filhos?

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito à educação a ser dada a seus filhos?

Questões complementares:

Essas diferenças geram conflitos?

3. Métodos educativos

Objetivo: *identificar os métodos pedagógicos que os pais utilizam mais para transmitir seus valores, orientar a condutas das crianças.*

A maneira como você cria seus filhos é igual ou diferente da maneira com que você foi criada? E suas filhas?

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito à maneira de criar seus filhos?

Você impõe regras a seus filhos/suas filhas?

Questões complementares:

Existem regras negociáveis? Regras inegociáveis? Pode citar algumas?

Seus filhos/suas filhas aceitam as regras ou as questionam o tempo todo?

O que você faz quando seus filhos/suas filhas não respeitam as regras? Você pode dar um exemplo da última vez em que seu filho/sua filha passou dos limites estipulados? O que você fez? E seu marido?

Tem regras de convivência familiar que seus filhos/suas filhas devem respeitar? (horário para as refeições, pedir licença para deixar a mesa, etc.)

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito a essas regras?

Que recursos você utiliza para corrigir um comportamento inadequado por parte dos seus filhos? E seu marido?

Questões complementares:

Quando seu filho/sua filha desobedece, como você reage?

Você costuma castigar seus filhos/suas filhas? Por que? Como são castigados?

Você costuma recompensar seus filhos/suas filhas? Por que? Como são recompensados?

4. Papeis do pai e da mãe

Objetivo: avaliar a participação masculina e feminina na educação dos filhos e as atribuições específicas do pai e da mãe (mãe = competências expressivas; pai = competências instrumentais).

Como você define seu papel junto a seus filhos? E o papel do seu marido?

Um dos seus filhos/suas filhas é mais apegado a você? E a seu marido?

Quem a ajuda na educação/criação diária (em casa) dos filhos/das filhas?

Quem toma conta das crianças na ausência dos pais?

Se a entrevistada trabalha:

Quantas horas em média você fica fora de casa?

O que você faz com seus filhos quando você trabalha? Quem toma conta deles? Seu marido cuida das crianças na sua ausência? De que forma? Em sua ausência quem a substitui na educação/cuidado dos seus filhos/suas filhas?

Você tem dificuldade em conciliar atividades profissionais e familiares? E seu marido?

Você e seu marido conversam sobre a criação de seus filhos?

Que atividades seu marido realiza com seus filhos? Com que frequência? E suas filhas?

Seu marido lhe deixa totalmente a vontade para criar seus filhos?

O que você acha do seu marido enquanto pai?

Questões complementares:

Seu marido atende às suas expectativas em termos de criação dos filhos?

Você acha que seu marido é presente quando necessário?

5. Autonomia das crianças

Quem de vocês dois é mais liberal, você ou seu marido? É igual para os meninos e as meninas?

Você se acha exigente em relação a suas crianças? E você acha seu marido exigente?

Em que situações seu marido exerce sua autoridade nas crianças?

5.1. Dinheiro

Seus filhos recebem mesada?

Questões complementares:

Desde quando?

Regularmente?

Quem dá, você ou seu marido?

Eles pedem dinheiro extra?

Questões complementares:

Para que?

A quem, você ou seu marido?

O que você faz? E seu marido?

Eles têm outras fontes de renda que a mesada?

Como eles gastam seu dinheiro?

Questões complementares:

Pode gastá-lo como ele quiser ou você vigia suas despesas?

Na sua opinião, a partir de que idade uma criança ou um jovem deveria ter o direito de gastar seu dinheiro como quiser?

Você já chegou a ter conflitos com seus filhos por causa da mesada? Das despesas que ele faz? E seu marido?

5.2. Saídas, lazeres

Seus filhos costumam sair sozinhos?

Questões complementares:

Costumam sair à noite?

Que tipo de lugar você permite que eles vão? E seu marido?

As meninas saem à noite? Elas têm o direito de sair na mesma medida que os meninos?

Para sair de noite eles/as devem pedir a autorização?

Questões complementares:

A quem, você ou seu marido? Eles/as têm horário para voltar? Já passou da hora? O que aconteceu?

Eles/as podem dormir fora de casa?

Quem controla mais as saídas dos filhos, você ou seu marido? Quem controla mais as meninas? Por que?

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito às saídas dos seus filhos?

Costumam se deslocar sozinho na cidade?

Questões complementares:

Eles sabem pegar ônibus sozinho?

Eles/as têm carteira de motorista? Quem pagou as aulas? Eles/as têm carro? Quem deu o carro?

Existem alguns tipos de diversão que você proíbe a seus filhos/suas filhas? E seu marido?

Questões complementares:

Por que essas proibições?

Como seus filhos/suas filhas reagem?

O fato de pertencer à Igreja traz alguma restrição social para seus filhos/suas filhas?

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito às diversões dos seus filhos?

As vezes, você e seu marido saem com seus filhos/suas filhas? O que vocês fazem? Sua filha sai muito com o pai? Para onde? Seu filho com você?

Como são organizadas as férias dos seus filhos ?

Questões complementares:

Seus filhos são confiados a membros da família? Que membros? Que filhos?

Seus filhos costumam passar férias com amigos? Já viajaram com amigos sem os pais?

Devem pedir a autorização? A quem, você ou seu marido?

5.3. Amigos

Quem são os melhores amigos de seus filhos? São parentes?

Você conhece os amigos de seus filhos? E seu marido?

Você controla as amizades de X? E seu marido?

Você já chegou a não gostar de determinados amigos de X? O que você fez?

Questões complementares:

Já teve conflitos com seus filhos a respeito de seus amigos?

Seus filhos têm muitos amigos na Igreja? Eles se encontram fora da Igreja?

Você acha que os amigos que não são da igreja têm uma influência negativa sobre seus filhos?

Com relação aos amigos (do prédio, bairro, escola), há alguma restrição do convívio?

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito às amizades dos seus filhos?

Os amigos de seus filhos costumam freqüentar sua casa? Podem dormir na sua casa?

Questões complementares:

Seus filhos podem convidar amigos ou amigas em casa sem pedir sua autorização ou a autorização de seu marido?

Na sua opinião a partir de que idade uma criança ou um jovem deveria ter direito de convidar amigos sem pedir autorização?

Seus filhos costumam freqüentar a casa de seus amigos?

Questões complementares:

Podem dormir na casa de amigos ou amigas?

Na sua opinião a partir de que idade uma criança ou um jovem deveria ter direito de dormir na casa de amigos?

5.4. Namorados

Seus filho/ass já tiveram namorado/a?

Seus filhos/as tinha quantos anos quando começaram a namorar?

Questões complementares:

Esconderam de vocês? Como você soube? Como você reagiu? E seu marido?

Qual a idade mais adequada para um rapaz namorar? E para uma moça?

Quando soube que seus filhos/as estavam namorando pela primeira vez, você reforçou seu controle sobre eles? E seu marido?

Seus filhos/as costumam falar com você de suas/seus namoradas/os? E com seu pai?

Que tipo de conselho você dá para seus filhos/as com relação à namorada dele/ao namorado dela?

Seus filhos/as já esconderam ou tentaram esconder um/a namorado/a de você? E de seu marido?

Você já teve conflitos com seus filhos/as a respeito de seus namorados/suas namoradas? E seu marido?

Seus filhos/as já tiveram um/a namorado/a que não lhe agradava ou não agradava seu marido? O que não agradava?

Seus filhos/as já tiveram namorado/a dentro da Igreja? Que igreja, do pai ou da mãe? Você acha que é uma boa opção, ter uma namorada na Igreja? E o pai, o que ele achou?

Você aconselharia sua filha a casar com alguém que não compartilha da mesma religião? E seu filho

Quais as principais divergências entre você e seu marido em relação a namorar?

Quais as principais divergências entre você e seu marido no que diz respeito aos namorados dos seus filhos?

Seus filhos/as estão namorando atualmente?

Questões complementares:

Você o/a conhece? *Se não* Tem vontade de conhecê-lo/a?

Você procurou algumas informações sobre o namorado/a? E seu marido? Como?

Você se dá bem com ele/a? E seu marido?

Freqüenta sua casa? Inclusive quando você ou seu marido não estão?

Seu filho/a pode receber seu/sua namorado/a para passar a noite na sua casa? Pode namorar no quarto? Quem decidiu isto?

Seu filho/a freqüenta a casa de seu/sua namorado/a?

Você conhece a família do/a namorado/a de seu filho/a?

O que você acha desse namoro? Você concorda?

6. Escolaridade

Fazer o histórico escolar de cada filho, ano por ano → preencher a tabela 3.

Perguntar para cada escola freqüentada pelos filhos:

Como você ouviu falar dessa escola?

Questões complementares:

Procurou informações sobre a escola? Como? Quem decidiu da escola? Quais foram os critérios para escolher? Você consultou seus filhos?

Se houver repetência no percurso escolar:

O que causou essa repetência?

Seus filhos já tiveram problema na escola? Como você reagiu? E seu marido?

Você e seu marido dividem as tarefas no que diz respeito à vida escolar dos filhos? Como é essa divisão.

Questões complementares:

Quem acompanha mais a vida escolar dos seus filhos, você ou seu marido? Como?

Que suporte vocês dão a seus filhos para ele obter sucesso na escola? E seu marido?

Tem alguém que ajuda as crianças nas tarefas escolares? Tipo de ajuda

Quem seus filhos solicitam quando tem problemas para fazer os deveres de casa?

Você frequenta as reuniões de pais e professores? E seu marido?

Você já pediu um encontro particular com os professores? Em que ocasiões? E seu marido?

Você participa das atividades organizadas pela escola (festa, etc.)? E seu marido?

Você controla o tempo que seu filho se dedica aos estudos? E seu marido?

Você controla os boletins escolares? E seu marido? Pune quando são notas baixas? Que tipo de punição? O recompensa quando tirou uma nota alta? Quem o pune ou o recompensa?

Quais são suas expectativas em relação aos estudos de seus filhos? E as expectativas de seu marido?

Questões complementares:

Quais as principais diferenças entre você e seu marido no que diz respeito a essas expectativas?

Você e seu marido conversam muito sobre a escolaridade de seus filhos?

Questões complementares:

De que vocês conversam mais: orientação, desempenho, estabelecimento, etc.

Quais são suas principais diferenças entre você e seu marido sobre a escolaridade de seus filhos? Como você explica essas diferenças

7. Relações com os filhos

Como você define o relacionamento entre você e seus filhos/suas filhas?

E o relacionamento do seu marido com seus filhos/suas filhas, como você a define?

Você costuma dar conselhos para seus filhos/suas filhas? Que tipo de conselho? E seu marido?

Você procura apoio quando tem problemas com filhos/filhas? Quem?

Com quem você costuma conversar, trocar idéias, experiências sobre a educação/criação de seus filhos que sejam amigos, membros da sua família ou da família do seu marido?

Questões complementares:

Quando você está precisando de um conselho sobre a criação dos seus filhos, você se dirige a quem?

Para cada pessoa citada:

Sexo

Idade

Local de residência

Estado matrimonial

Nº de filhos

Profissão

Religião

Seu marido conhece essa pessoa? A frequênta? É um amigo comum a ambos?

Já encontrou dificuldades em assumir seu papel de mãe?

Seu marido já enfrentou dificuldades em assumir seu papel de pai?

O que você acha mais difícil no seu relacionamento com seus filhos/suas filhas? Você acha mais difícil seu relacionamento com seus filhos ou com suas filhas?

Já enfrentou importantes dificuldades na educação de um dos seus filhos?

Quais são as situações, os temas que geram conflitos entre você e seu filho? [*identificar as pessoas envolvidas*] E entre seu marido e seus filhos?

Você pode me contar a última briga que você teve com cada um de seus filhos/as?

Há assuntos que você evita para não suscitar conflitos com seus filhos/as?

Quais são os principais motivos de preocupação em relação à X?

O fato de ter filhos já trouxe alguma dificuldades para a sua vida de casal ?

8. Convivência religiosa

Você costuma conversar com seus filhos/as sobre religião?

Você busca partilhar sua fé com seus filhos/as?

Questões complementares:

Quais dos seus filhos/as?

Que estratégias você utiliza para conscientizar o filho ou a filha a participarem da sua religião? Em que ocasião?

Como eles/as reagem?

Você tem alguma esperança que seus filhos/as cheguem a se converter?

Seus filhos/as falam muito sobre religião? E sobre sua opção religiosa?

Questões complementares:

Como seus filhos/as lidam com sua prática religiosa? Os seus filhos/as aceitam os seus conceitos religiosos?

E quando não concordam, eles/as encontram apoio do pai?

fato da religião de seus filhos/as ser diferente a incomoda? Como você lida com isto?

Você acha que a diferença de opção religiosa entre você e seus filhos/as facilitou ou dificultou o relacionamento com eles/as?

No caso da conversão ter sido posterior ao nascimento dos filhos :

Você acha que a sua opção religiosa causou mudanças na sua relação com seus filhos/as?

As diferenças religiosas entre você e seus filhos/as já chegaram a criar problemas entre vocês?

Questões complementares:

Se for o caso Você pode dar exemplos?

Como você lida com esses problemas? Como você administra esses problemas? Você busca o auxílio de alguém para intermediar ou aconselhá-la? De quem?

Sua Igreja dá alguma orientação quanto ao relacionamento com os filhos/as?

Questões complementares:

Quais são as principais?

Você as coloca em prática?

Elas afetam seu relacionamento com seus filhos/as? Como?

De modo geral, você acha sua família diferente em relação a outras famílias que você conhece? Por quê?

Que imagem você tem da sua família em relação às famílias que você conhece?

Apreciação e sugestões da entrevistada

Agradecimentos

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com os representantes das denominações evangélicas

- 1) Que qualidades, aptidões os pais devem incentivar os filhos?
- 2) Que métodos e recursos os pais devem privilegiar para educar os filhos?
- 3) Qual é o papel do pai na família? E o papel da mãe?
- 4) Como os pais devem se comportar frente a outras instâncias educativas, tais como a escola, a TV, a internet, o grupo de amigos, etc?
- 5) Qual é a posição da sua igreja sobre casamentos entre um evangélico com uma pessoa que não é crente?
- 6) No caso dos cônjuges com religião diferente, que habilidades eles devem desenvolver para terem uma boa convivência?
- 7) Que habilidades e qualidades os pais, que não partilham da mesma fé, devem procurar desenvolver em seus filhos?
- 8) Que implicações a diferença religiosa dos pais podem ter no desenvolvimento dos filhos?
- 9) Quais as conseqüências para a criança que recebe direcionamentos diferentes dos pais?
- 10) Como fica o papel do pai e da mãe em casais em que a esposa é crente e o homem não?
- 11) A religião, a visão de fé de uma pessoa, interfere no modo que ela vai educar o filho?
- 12) Sobre a educação religiosa dos filhos ou a educação na fé, o que a mãe evangélica, com esposo não crente, deve fazer?
- 13) Os valores que os pais desejam que os filhos assimilem e vivenciem diferem pelo fato da diferença religiosa dos cônjuges?
- 14) A qualidade relação conjugal influencia na qualidade da relação parental (pais-filhos)?
- 15) Se o papel do homem é diferente do da mulher, então meninos e meninas dever ser criados, aprender, desde pequenos, coisas diferentes, relacionados aos papéis femininos e masculinos?
- 16) (Para aqueles que disseram que o pai é amigo do filho.....as relações entre pais e filhos são simétricas?)

**APÊNDICE C - Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE
(Conforme Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)**

Nós, Christine Jacket (pesquisadora – orientadora) e Ariane Vieira Leite (pesquisadora – orientanda) estamos te convidando para participar como entrevistado (a) da pesquisa de dissertação de mestrado: **“Os modelos educativos das mães evangélicas com maridos não crentes: influências da religião e do processo de democratização nas relações familiares”**. Esta tem por objetivo analisar os modelos educativos das mães evangélicas - pertencentes às classes médias e cujo marido não compartilha da mesma fé - buscando compreender a influência da religião, bem como do processo de democratização das relações familiares, sobre os modelos adotados.

Se você consentir, sua entrevista será gravada em gravador digital/ MP3. Após a entrevista, você pode solicitar a gravação para ouvir, retirar e/ou acrescentar quaisquer informações. Para prevenir erros de interpretação nas entrevistas, você poderá solicitar revê-la ou corrigi-la antes do uso na pesquisa. Você ainda pode intervir a qualquer momento desta pesquisa sem que isto lhe cause o menor prejuízo.

As pesquisadoras asseguram o seu anonimato, isto é, ninguém saberá que foi você que deu a entrevista, buscando respeitar a sua integridade intelectual, social e cultural. As pesquisadoras e os entrevistados não são remunerados pela participação deste estudo. As despesas do projeto são de responsabilidade das pesquisadoras.

No momento que houver necessidade de esclarecimento de qualquer dúvida sobre a sua participação na pesquisa, você pode entrar em contato com as pesquisadoras através do telefone (71)3334-1359, do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, ligado à UCSAL.

Após ter sido informada sobre os objetivos da pesquisa, caso concorde em participar, voluntariamente, da entrevista que está sendo realizada para fins científicos, assine este consentimento, ficando com uma cópia do mesmo.

Salvador-Ba, 30 de Agosto de 2006.

Entrevistado

Ariane Vieira Leite